

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação
– Área de Especialização em Arquivística**

Outubro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e Documentação – Área de especialização em arquivística, realizada sob a orientação científica de professora Dr.ª Maria de Lurdes Rosa e da Dr.ª Sónia Casquiço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que me ajudaram na elaboração deste trabalho. Em especial à professora Dra. Maria de Lurdes Rosa e à Dra. Sónia Casquiço pela sua orientação científica. Ao Dr. João Amado pela disponibilidade, pela revisão e pelos conselhos. Aos colegas de trabalho Cristina Ribeiro, Filomena Magalhães, Helena Medeiros e Manuela Magalhães pelas suas valiosas contribuições ao Alexandre Almeida, Bruno Domingues, Cátia Almeida, Francisco Feio e Nuno Tavares pela preciosa ajuda na revisão.

AVALIAÇÃO E SELEÇÃO NOS ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS DIGITAIS: O CASO DO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

MARINA BARROS FIGUEIREDO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia digital, Arquivo Histórico Parlamentar, preservação digital, formatos, metainformação

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto do aumento do volume da documentação fotográfica em ambiente digital. Pretende-se verificar de que forma a intervenção do arquivista no momento da produção poderá minimizar o aumento dos custos de tratamento e conservação.

A revisão da literatura explora a temática da seleção de fotografia digital e dos desafios que a tecnologia digital coloca em termos de preservação e conservação dos documentos. Estes desafios têm origem no aumento do volume de informação, na intermediação e na obsolescência tecnológicas. O conceito de autenticidade altera-se e os formatos, os suportes de armazenamento e a metainformação passam a ser variáveis a ter em conta. A natureza dinâmica dos arquivos digitais e a manipulação necessária para a sua preservação implicam que o arquivista tenha um papel mais ativo e contínuo. Assiste-se também a uma alteração do papel do fotógrafo que passa a ter preocupações no que diz respeito ao armazenamento e conservação.

É feita uma análise dos ingressos da documentação fotográfica no Arquivo Fotográfico Parlamentar (AFP) no sentido de avaliar a conformidade com as boas práticas identificadas ao longo do trabalho.

O produto final deste trabalho é uma proposta de regulamento de ingresso de imagens no AFP que tem como objetivo a diminuição do volume das imagens que entram no arquivo. Pretende-se garantir que no momento da captura haja a preocupação de preencher alguns requisitos no que diz respeito aos formatos, suportes, metadados, características técnicas e representatividade do objeto fotografado para assegurar a sua autenticidade e acesso ao longo do tempo. Com a fotografia digital tem que se agir a partir do momento da produção, o correto planeamento deste momento garantirá a preservação no futuro deste património digital.

**EVALUATION AND SELECTION IN DIGITAL PHOTOGRAPHIC ARCHIVES: THE CASE OF
THE PARLIAMENTARY HISTORY ARCHIVE
MARINA BARROS FIGUEIREDO
ABSTRACT**

KEYWORDS: Digital photograph, Parliamentary Historical Archive, digital preservation formats, metadata

The present study aims to analyze the impact of the increased volume of photographic documentation in the digital environment. Intends to examine how archivist intervention at the time of production can minimize the costs of treatment and conservation due to the volume increase.

The literature review explores the selection of digital photography and the preservation and conservation challenges pose by digital technology. These challenges stem from the volume of information, intermediation and technological obsolescence. The concept of authenticity changes and formats, storage media and metadata become variables to take into account. The dynamic nature of digital files and manipulation necessary for preservation demands a more active and continuous role for the archivist. There is also a change on the photographer role that needs to concern with storage and conservation.

Is made an analysis of inflows in Parliamentary Photographic Archive (AFP) to assess compliance with the best practices identified throughout the work.

The final product of this work is the proposal for a procedure for the influx of digital photographs in AFP that aims to decrease the volume of images.

It is intended to ensure that at moment of capture there is a concern to fill some requirements regarding formats, media, metadata, technical qualities and the representation of the photographed object to ensure its authenticity and access over time.

With digital photography we have to act from the point of production, proper planning will ensure the preservation and access in the future.

ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo I - Problemáticas dos arquivos digitais	05
I.1. Seleção da fotografia digital	05
I.2. Desafios da tecnologia digital	07
I.2.1. Autenticidade	08
I.2.2. Formatos	11
I.2.3. Armazenamento	14
I.2.4. Metainformação	14
I.2.5. Preservação digital	17
I.3. O papel do fotógrafo e o papel do arquivista	17
Capítulo II - Arquivo Fotográfico Parlamentar	21
II.1. Caracterização geral	21
II.1.1. O Arquivo Fotográfico Parlamentar: contexto institucional	21
II.1.2. O acervo do Arquivo Fotográfico Parlamentar	22
II.1.3. Organização do Arquivo Fotográfico Parlamentar	26
II.2. Caracterização do fluxo de trabalho	26
II.3. Solução de armazenamento	28
Capítulo III - Ingressos no Arquivo Fotográfico Parlamentar: descrição e análise	29
III.1. Fontes e metodologia	29
III.2. Constituição da amostra	31
III.3. Análise da amostra	31
III.3.1. Características gerais	31
III.3.2. Características técnicas da imagem	33
III.3.3. Análise dos formatos	35
III.3.4. Análise da metainformação descritiva	36
III.3.4.1. Aplicação do esquema de dados IPTC (International Press Telecommunications Council)	37
III.3.5. Análise do conteúdo das imagens	40
III.3.5.1. Reportagens de diferentes proveniências	40
III.3.5.2. Número de imagens por reportagem	41

Capítulo IV - Proposta de regulamento ingresso de documentação Fotográfica no Arquivo Fotográfico Parlamentar	45
IV.1. Elaboração do regulamento ingresso de documentação fotográfica no Arquivo Fotográfico Parlamentar	45
IV.2. Regulamento de ingresso de documentação fotográfica no Arquivo Fotográfico Parlamentar	48
Conclusão	53
Bibliografia	56
Lista de quadros	59
Anexo I – Regras para a transferência de imagens digitais dos NARA	I
Anexo II - Regulamento do Arquivo Fotográfico Parlamentar	Xiii
Anexo III - Acervo do AFP: Fotografias em suporte tradicional e suporte digital	Xix
Anexo IV - Base de dados do Arquivo Fotográfico Parlamentar	xxv
Anexo V – Metainformação das imagens em formato JPEG	xxxii
Anexo VI – Metainformação das imagens em formato TIFF	xxxvii
Anexo VII - Aplicação dos campos do IPTC a uma reportagem	xlili
Anexo VIII - Ingresso de reportagens em julho de 2013	xlvii
Anexo IX - Reportagem produzida no âmbito das funções do GAREPI	liii
Anexo X - Reportagem encomendada pelo AHP	lvii
Anexo XI - Análise das imagens da reportagem sobre o concerto de encerramento da sessão legislativa pela Orquestra Juvenil de Pevidém	lxi
Anexo XII - Análise das imagens da reportagem relativa à realização da conferência sobre crise económica, políticas de austeridade e representação política	lxxiii
Anexo XIII - Análise das imagens da reportagem sobre o almoço da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) com o Embaixador da China	lxxxv
Anexo XIV - Análise das imagens da reportagem relativa ao encontro da Presidente da Assembleia da República com o Embaixador da Irlanda em Portugal	xcii

LISTA DE ABREVIATURAS

AF - Arquivo Fotográfico (coleção)

AFP - Arquivo Fotográfico Parlamentar

AHP - Arquivo Histórico Parlamentar

AR – Assembleia da República

CIC-RP - Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas

CNECP – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

DE - Divisão de Edições

DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DILP - Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

DSDIC - Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação

GARIP - Direção de Serviços de Relações Internacionais e Protocolo

JPEG - Joint Photographic Experts Group

IPTC - International Press Telecommunications Council

LOFAR - Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República

NARA - National Archives and Records Administration

PAR – Presidente da Assembleia da República

TIFF - Tagged Image File Format

UK – United Kingdom

INTRODUÇÃO

Confrontados com a necessidade de salvar os vestígios da fotografia do século XIX que resistiram à incúria que o documento fotográfico foi votado no primeiro século da sua existência¹, os arquivistas encarregues do tratamento deste tipo de documentação criaram uma resistência à necessidade de proceder à sua seleção. A prioridade inicial foi salvar uma herança que tinha sido negligenciada² e conservar toda a documentação fotográfica.

Apesar do avanço no tratamento da documentação fotográfica, há uma vertente emocional que torna a sua seleção mais difícil.³ Em 1985, William Leary refere a resistência que se tem verificado quanto à seleção de fotografias. Defende que a massa de fotografias produzida no século XX obrigará os arquivistas a confrontarem-se com essa necessidade de avaliação e seleção.⁴ Para o autor, os arquivistas que tratam este tipo de documentação deparam-se com o mesmo desafio que os outros arquivistas já enfrentam há mais tempo: eliminar o acessório. O que, consequentemente, leva ao desenvolvimento de diretrizes para selecionar apenas uma parte da produção fotográfica.

Com o advento da fotografia digital verifica-se um aumento exponencial da produção de fotografias. Este aumento do volume de documentação tem reflexo nos custos de tratamento e conservação e torna a avaliação mais complexa. Perante esta problemática questiona-se de que forma é que a definição de uma política de ingresso poderá contribuir para minorar o impacto do aumento do volume da documentação e questiona-se a sua influência no momento da produção. No âmbito de uma política de ingresso, questionam-se quais os parâmetros que deverão ser regulamentados. No mesmo sentido, procura-se avaliar o impacto que poderá ter a intervenção do arquivo antes do ingresso da fotografia. E, por fim, compreender o papel do fotógrafo na organização e preservação das fotografias que produz e o papel do arquivista que passa a intervir no momento da captura.

¹ LEARY, William H. - The Archival appraisal of photographs: a RAMP study with guidelines. [Em linha] Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000637/063749eo.pdf>>, p. 2

² LEARY, William H., cit. 1, p. 5

³ LEARY, William H., cit. 1, p.7

⁴ LEARY, William H., cit. 1, p. 6

O trabalho que em seguida se apresenta surge da necessidade de minimizar o impacto gerado pelo aumento do volume de fotografias produzidas no ambiente digital, no Arquivo Fotográfico da Assembleia da República (AFP). Com a produção digital verificou-se um aumento do número de imagens em arquivo, algumas redundantes, repetidas e sem qualidade, tendo sido necessário fazer uma seleção dessas imagens, através da alocação de um técnico para a realização desta tarefa, num contexto de escassez de recursos humanos e financeiros.

No primeiro capítulo será feita uma revisão da literatura que traçará uma panorâmica global da temática da seleção de fotografia, dos desafios dos arquivos digitais e da necessidade de planeamento do ingresso de documentação fotográfica.

No segundo capítulo é traçado um retrato do AFP que englobará uma breve caracterização do acervo do arquivo fotográfico e da sua organização, uma descrição do fluxo de trabalho e armazenamento da documentação fotográfica digital.

No terceiro capítulo será feita uma análise dos ingressos da documentação fotográfica quanto à qualidade técnica da imagem, aos formatos, à metainformação e ao conteúdo das imagens. Neste capítulo também será abordada a metodologia adotada e a constituição da amostra.

No quarto capítulo serão elencados os problemas detetados na sequência da análise efetuada ao acervo do AFP apontando de que forma o regulamento poderá contribuir para a sua resolução. Finalmente será apresentada a proposta de regulamento para aplicar aos serviços produtores da Assembleia da República (AR), no momento do ingresso das fotografias digitais no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) que incidirá no momento da captação da fotografia digital.

A proposta de regulamento tem como objectivos contribuir para a racionalização, preservação e autenticidade do AFP, bem como facilitar a recuperação da informação. O regulamento irá clarificar os procedimentos no momento do ingresso de imagens digitais, facilitando a comunicação entre o arquivo e o fotógrafo. Levará à redução do número de imagens entregues no AFP ao limitar as reportagens ao número estritamente necessário para documentar o objeto fotografado, enquanto que, através da definição dos formatos e dos metadados, garantirá a preservação, a autenticidade e a recuperação.

Através dos anexos pretende-se ilustrar a análise efetuada. No anexo I apresentam-se as regras para a transferência de imagens digitais dos National Archives and Records Administration (NARA) que constituíram o modelo para a elaboração da proposta de regulamento para o ingresso de imagens no AFP. No anexo II apresenta-se o atual regulamento do AFP. No anexo III é feita uma análise das coleções que compõem o acervo fotográfico, enquanto no anexo IV se apresenta o interface da base de dados utilizada para recuperação da informação no AFP. O anexo VIII ilustra os ingressos que se verificaram no mês de julho de 2013. Nos anexos V, VI e VII são apresentados quadros relativos à metainformação. Finalmente, nos anexos IX a XIV podem observar-se exemplos da análise efetuada ao acervo do AFP.

CAPÍTULO I - PROBLEMÁTICAS DOS ARQUIVOS DIGITAIS

I.1. Seleção da fotografia digital

A fotografia, devido ao seu valor essencialmente informativo e à negligência de que a sua conservação foi alvo nos primórdios da sua existência, tem tido o estatuto de documento especial ao qual se aplica a regra de conservar tudo. Como já foi referido, em 1985, William Leary refere o consenso dos arquivistas quanto à necessidade de selecionar a fotografia e, nesse sentido, elabora um guia com critérios específicos para a seleção de imagem.

Num artigo intitulado “The Selection of Photographs”, Normand Charbonneau (2001), diretor geral dos Arquivos do Quebec, reflete sobre a dificuldade que os arquivistas sentem em eliminar os documentos fotográficos e também propõe critérios específicos da fotografia tendo como ponto de partida os que foram definidos por William Leary.

A relutância dos arquivistas quanto à eliminação de fotografias deve-se ao seu valor informativo e à relação emocional que os utilizadores e os arquivistas estabelecem com este tipo de documentos.⁵

Ao longo do artigo, Charbonneau enumera e desenvolve os critérios que considera pertinentes seguir na seleção de fotografias: a inteligibilidade ou qualidade do suporte; o assunto; a intenção dos participantes na criação da fotografia; a raridade ou originalidade da informação; a idade do suporte ou da informação, a qualidade estética, importância para a história da arte e da ciência da fotografia e, finalmente, a acessibilidade.

Conclui que, independentemente da pressão do interesse dos utilizadores dos arquivos fotográficos nos assuntos e na informação contida na imagem, o arquivista não pode esquecer a missão do arquivo e em primeiro lugar deve preservar os documentos que refletem a atividade do seu produtor.⁶

Ao sublinhar a necessidade do arquivo definir aquilo que pretende documentar e do arquivista conhecer o contexto de produção dos documentos, Charbonneau

⁵ CHARBONNEAU, Normand - The Selection of Photographs.[em linha] Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12504/13628>, p.120

⁶ CHARBONNEAU, Normand, cit. 5, p.137

coloca a fotografia a par com os documentos de arquivo e fornece orientações para o processo de seleção se tornar mais claro.

Para além de se democratizar, o processo fotográfico tornou-se imediato, mais prático e, sobretudo, mais barato, o que levou à acumulação de milhares de documentos nas instituições.

Nancy Gaudory, num artigo sobre a avaliação de fotografias digitais⁷, refere a dificuldade sentida por parte dos arquivistas em eliminar fotografias e o tratamento especial que é dado ao documento fotográfico, tal como Charbonneau já havia mencionado. Defende que no ambiente digital, perante o aumento do volume de documentação fotográfica e os problemas que isso acarreta em termos de gestão arquivística, a eliminação deve ser uma prioridade.

No ambiente digital, que se caracteriza pelo aumento do volume acompanhado pelo decréscimo da qualidade da fotografia, Gaudory propõe uma aplicação mais rigorosa à fotografia digital dos critérios definidos por Charbonneau.⁸ Para além do maior rigor associado à quantidade, soma aos critérios específicos da fotografia, os dos documentos eletrónicos, conseguindo assim definir um guia para orientar os arquivistas na seleção da fotografia digital.⁹

No que diz respeito aos critérios de seleção dos documentos eletrónicos, Gaudory parte de um estudo de Daniel Ducherme, “Identification de critères d’évaluation pour les archives informatiques” e conclui que no ambiente digital o problema não está na seleção dos conteúdos, mas em garantir o acesso a esses conteúdos ao longo do tempo.

Os critérios de seleção dos documentos eletrónicos estão associados à intermediação tecnológica e à grande obsolescência que a caracteriza, nomeadamente, à possibilidade de conversão, à perenidade do suporte e do formato, e finalmente, à definição de metainformação.¹⁰

⁷ GADOURY, Nancy - L'évaluation des photographies en format numérique, In **Archives**, [em linha], Disponível em: <http://www.archivistes.qc.ca/cora/afficheFic.php?fic=vol41_1/41_1_gadoury.pdf>

⁸ GADOURY, Nancy, cit.7, p.31

⁹ GADOURY, Nancy, cit.7, p.32

¹⁰ GADOURY, Nancy, cit. 7, p.38

I.2. Desafios da tecnologia digital

Num artigo que pretende ser um guia para aqueles que têm que gerir coleções digitais, James Trevor Bond aponta como fatores técnicos a ter em conta num arquivo digital, o aumento do volume de informação para gerir; a necessidade de uma infraestrutura tecnológica; a acessibilidade mediada pela tecnologia; a perenidade do suporte e do formato; e a definição de metainformação.¹¹

São necessários uma série de procedimentos e uma vigilância constante para prevenir os problemas que advêm da rápida obsolescência tecnológica, da necessidade de intermediação no acesso e da incerteza quanto à autenticidade dos documentos.

Para evitar que os formatos e os suportes fiquem obsoletos é necessário implementar rotinas de preservação digital. Através da migração evita-se a obsolescência dos formatos dos ficheiros e através do refrescamento previne-se a degradação dos suportes de armazenamento.

A preservação digital é um processo contínuo que exige verificações periódicas e um maior consumo de recursos humanos e materiais, daí que vários autores se refiram à importância da estabilidade da organização e a sustentabilidade financeira como variáveis a ter em conta no desenvolvimento de uma coleção de fotografia digital.

Os formatos dos ficheiros, os suportes de armazenamento e a tecnologia são as variáveis que o arquivo pode controlar. O controlo destas variáveis permitirá uma manutenção que, apesar de ser complexa e onerosa, é mais simples e económica do que a recuperação ou recriação dos ficheiros. Cabe ao arquivo alertar os responsáveis pelos serviços para este facto.¹²

I.2.1. Autenticidade

Sharon Adam analisa a questão da autenticidade em ambiente digital. Começa por analisar o contexto analógico onde o conteúdo e o suporte são duas entidades

¹¹ BOND, Trevor James - Collection development for digital photographs.[em linha] Disponível em:<[10.1108/00242530710730312](https://doi.org/10.1108/00242530710730312)>, p.127

¹² ANDERSON, Cokie - Digital Preservation: Will Your Files Stand the Test of Time?[Em linha]. Disponível em:<[10.1108/07419050510620226](https://doi.org/10.1108/07419050510620226)>, p. 9

inseparáveis e as propriedades físicas constituem prova da autenticidade. E conclui que, tradicionalmente, o conceito arquivístico de autenticidade está relacionado com a integridade do objeto¹³.

No entanto, em ambiente digital, os objetos são facilmente manipuláveis, uma vez que podem ser copiados, transmitidos e alterados para efeitos de preservação.

A adoção da migração como ferramenta de preservação vem levantar novas questões quanto ao conceito de autenticidade, integridade e de originalidade¹⁴.

Com o intuito de preservar o acesso à informação contida no documento digital, o seu conteúdo terá de ser migrado, mudando o formato e o suporte.

No paradigma digital não existe um conceito fixo de autenticidade, dependente da integridade do original. É necessário estabelecer a origem do documento e o que este pretende documentar. O arquivista deve definir que elementos do objeto garantem a preservação do contexto e do conteúdo, de forma a garantir autenticidade.¹⁵

Yola de Luset, refere que a preservação digital não implica preservar o suporte que contém a informação como um livro ou um negativo, significa garantir formas de aceder e representar a informação.¹⁶

Para um arquivo, que tem como função garantir o valor documental de uma fotografia, a preservação da autenticidade em ambiente digital constitui um novo desafio. A preservação digital implica a alteração do objeto, por isso é necessário definir quais as propriedades a garantir pelo repositório.¹⁷

O caráter dinâmico e a manipulação necessária à preservação implicam que o arquivista tenha um papel mais ativo a determinar e preservar a autenticidade.

David Franch, coordenador do grupo de trabalho "Arquivos Fotográficos e Audiovisuais" do Conselho Internacional dos Arquivos, considera que, em ambiente digital, o conceito de original é posto em causa devido à necessidade de migrar as

¹³ ADAM, Sharon - Preserving authenticity in the digital age. [Em linha] Disponível em: <10.1108/07378831011096259>, p. 596

¹⁴ ADAM, Sharon, cit. 13, p.597

¹⁵ ADAM, Sharon, cit. 13, p. 599

¹⁶ LUSENET, Yola - Long term access to the digital world. [em linha] Disponível em: <<http://www.ica.org/?lid=5704>>, p.2

¹⁷ FERREIRA, Miguel - Introdução à preservação digital. Conceitos, estratégias e actuais consensos. [Em linha]. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>, p. 59

imagens para novos formatos com o objetivo de evitar a obsolescência e garantir o seu acesso. O conceito de original dilui-se quando numa rotina de migração se fazem cópias que são “originais”.¹⁸

Ainda no que diz respeito à autenticidade, a manipulação da fotografia também é mais fácil no ambiente digital, quer pela sua fácil difusão, quer pela necessidade de migrar para novos formatos e novos suportes. Para Franch, a fácil manipulação da fotografia digital constitui mais um fator de incerteza que a tecnologia digital vem acrescentar. O arquivo deverá tomar medidas necessárias para assegurar a autenticidade.¹⁹

Gaudory considera que a manipulação não deverá ser um critério de eliminação, mas deverá ser tido em conta na intenção do autor.²⁰ A este propósito Jessica Bushey afirma que as potencialidades de manipulação das câmaras digitais e do *software* de edição de imagem, a manipulação e a replicação que são características do digital, constituem uma ameaça para a perceção de autenticidade e fiabilidade da imagem digital.²¹

A autenticidade terá que ser medida em cada migração porque cada conversão de formato pode implicar perdas de informação. Por isso as migrações têm que ser bem documentadas para manter a autenticidade.²²

A obsolescência que caracteriza a tecnologia digital obriga a intervir no momento do ingresso, validando os formatos, os suportes e a metainformação associada, na medida em que as opções feitas no momento do ingresso irão condicionar a preservação do ficheiro.

As rápidas mudanças tecnológicas tornam as escolhas difíceis sendo necessário manter os suportes e os formatos atualizados.²³

¹⁸ FRANCH, David – La fotografia digital en los archivos : Qué es y como se trata, p. 16

¹⁹ FRANCH, David, cit. 18, p.16

²⁰ GADOURY, Nancy, cit. 7, p. 35

²¹ BUSHEY, Jessica - He Shoots, He Stores: New Photographic Practice in the Digital Age. [em linha] Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13172/14432>>, p.130

²² FARIA, Luís; CASTRO, Rui - RODA: Repositório de Objectos Digitais Autênticos. Relatório Final. [Em linha] Disponível em: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/roda_relatorio1.pdf>, p. 20

²³ CLARK, Susie; FREY, Franziska - Care of Photographs [Em linha] European Commission on Preservation and Access, 2003. [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: <<http://www.ica.org/?lid=5735>>, p.36

O arquivista deve ter sempre presente a sua missão de preservar exclusivamente os documentos que espelham a atividade da entidade produtora.

O aumento exponencial da produção da documentação fotográfica na era digital obriga o arquivista a ser mais rigoroso na seleção das imagens que são escolhidas para conservar.

A preservação dos documentos eletrónicos implica a implementação de rotinas de preservação que são onerosas e que exigem um planeamento que afeta todo o ciclo de vida do documento desde o momento da captura, por isso a seleção terá que ser mais rigorosa e o arquivista terá que participar no momento da produção.

Charbonneau coloca a fotografia a par com os outros documentos de arquivo, Gadoury analisa a aplicação dos critérios definidos pelo primeiro ao universo da fotografia digital e dá relevo à necessidade de eliminar sem hesitar. Bond e Bushey centram-se no momento da produção da fotografia, na mudança do papel do fotógrafo e na necessidade de definir políticas de ingresso das imagens digitais nos arquivos.

I.2.2. Formatos

O formato é o modo como um conjunto de dados está organizado e que permite que o objeto eletrónico seja lido ou alterado por uma determinada aplicação. Podem ser proprietários com as especificações fechadas, proprietários com especificações abertas ou não proprietários. O acesso aos formatos proprietários com especificações fechadas fica totalmente dependente do seu fabricante, que pode desaparecer do mercado ou descontinuar aquele produto, ao qual deixa de ser possível aceder. Quando o formato é proprietário com especificações abertas significa que o fabricante disponibiliza o seu código para outros fabricantes de *software* e para os utilizadores.²⁴

Quando os formatos são *standard* ou normalizados, as suas definições estão patentes numa norma de acesso público. Os formatos *standards* constituem a opção mais segura em termos de preservação. Na ausência de um formato *standard*, dever-se-á escolher um formato proprietário com especificações abertas.

²⁴ ANDERSON, Cokie, cit.12, p.9

Para preparar o ingresso de documentos digitais, o arquivista terá que deter um conhecimento dos diferentes formatos de imagens digitais e as suas limitações.²⁵ A escolha do formato de arquivo antes da criação do ficheiro digital evita que seja necessária a sua conversão para o formato escolhido, não havendo custos acrescidos e poupando uma etapa no processo de ingresso.

David Franch considera que as características que se seguem constituem a chave para a adoção de um formato para arquivo:²⁶ o formato deverá ser amplamente utilizado e durante um longo período de tempo, as suas especificações deverão estar publicadas e acessíveis. Um formato ideal para arquivo deverá ser compatível com muitas aplicações e não dependente de uma única plataforma tecnológica. Também não deverá ter compressão²⁷, deve permitir a captura total de informação, estar aprovado como standard e ser livre de patentes.

Esta orientação também está patente nas “Recomendações para a Produção de Planos de Preservação digital”, orientações elaboradas pela DGLAB onde se pode encontrar uma listagem de critérios de apoio à avaliação de formatos.

Para a DGLAB é importante ter em conta se o formato tem uma considerável quota de mercado e uma utilização consolidada no tempo. O formato não deverá ser dependente de apenas um fabricante, os formatos não proprietários e isentos de custos de utilização são preferíveis. Também são aconselhados formatos normalizados, abertos e sem compressão. A possibilidade de ter metainformação embebida é igualmente importante. A retrocompatibilidade, que garante a possibilidade de acesso a versões anteriores, também é um fator a ter em conta na escolha de um formato. Não deverá estar dependente de uma só plataforma tecnológica e, para o formato ideal, deverão existir vários produtores de aplicações de leitura.²⁸

A compressão é outra ameaça uma vez que acarreta perda de informação, os formatos dos ficheiros para arquivo não devem ter compressão como é o caso dos

²⁵ BUSHEY, Jessica, cit. 21, p.136

²⁶ FRANCH, David, cit. 18, p.128

²⁷ A compressão de dados consiste na redução do volume de um formato a partir da aplicação de um ou vários algoritmos de compressão. Pode ser com ou sem perda. A compressão está associada à rapidez no acesso e à transferência de informação na rede.

²⁸ BARBEDO, Francisco, et al - Recomendações para a elaboração de Planos de Preservação Digitais [Em linha]. Disponível em: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/PlanoPreservacaoDigital_V2-02.pdf>, p. 37

ficheiros TIFF, não comprimidos, (Tagged Image File Format) e RAW,^{29 30} mas estes merecem uma atenção diferenciada, como veremos mais à frente.

O TIFF é um formato normalizado muito utilizado. Apesar de ser um formato proprietário tem especificações abertas, o que significa que o seu código está disponível para outros fabricantes e para os utilizadores. A relevância deste tipo de formato prende-se com a sua autonomia em relação ao fabricante.³¹

No entanto, Bond alerta para a crescente utilização do formato RAW pelos fotógrafos no momento da captura da imagem.³²

O formato RAW mantém toda a informação capturada pela máquina fotográfica sem interpolação, preservando todos os dados registados pela câmara. É o formato que fornece melhor qualidade de imagem mas que não preenche os requisitos para arquivo, por ser um formato nativo das câmaras, como tal é um formato em bruto, que ainda não foi tratado a fim de ajustar os parâmetros da captura.

O formato de ingresso das fotografias no arquivo não deverá ser o RAW, por ser um formato que permite interferir no ato de criação do fotógrafo, o que não compete ao arquivo.

Este formato, que é considerado o negativo digital, é um formato proprietário, específico de cada máquina fotográfica. Existem diferentes formatos RAW consoante os fabricantes. Por isso precisa de ser decodificado e processado por uma aplicação disponibilizada pelo fabricante da câmara fotográfica, havendo no entanto outras alternativas disponibilizadas por fabricantes de *software*, que normalmente também são proprietários.

Nem o formato JPEG³³ (*Joint Photographic Experts Group*) nem o RAW garantem o acesso ao longo do tempo. O primeiro devido à compressão, o segundo por ser proprietário com as suas especificações encriptadas.³⁴ No entanto o JPEG é o

²⁹ RAW não se trata de um acrónimo mas da característica deste formato, é um formato em bruto. Formato de ficheiro de câmara que guarda toda a informação de captura do sensor sem qualquer processamento

³⁰ CLARK, Susie; FREY, Franziska, cit. 23, p. 33

³¹ ANDERSON, Cokie, cit.12, p.9

³² BOND, Trevor James, cit. 11, p.128

³³ JPEG: Processo utilizado para efetuar a compressão de imagens digitais.

³⁴ BUSHEY, Jessica, cit. 21, p. 136

formato ideal para visionamento, pois devido à compressão ocupa pouco espaço em memória e o acesso a este tipo de ficheiros é rápido.

Cokie Anderson faz algumas recomendações para o caso de a escolha recair sobre um formato proprietário: deverá ter as especificações abertas e assim haverá uma janela de segurança expectável de 5 anos. Também nunca deverá ultrapassar as duas versões de antiguidade, pois normalmente os fabricantes só garantem que as duas últimas sejam lidas pelos *softwares*.³⁵

É importante vigiar as novidades do mercado porque haverá sempre mudanças tecnológicas. O mercado encoraja a mudança e vive dela. A melhor solução é a elaboração de um plano de preservação digital, que deverá incluir rotinas como a migração e o refrescamento que permitem manter, respetivamente, os formatos e os suportes atualizados, bem como a existência de cópias de segurança em diferentes locais.³⁶

I.2.3. Armazenamento

O sistema de armazenamento pode ter uma estrutura de complexidade variável em função das necessidades da organização. Deve abranger um sistema de cópias de segurança e estar replicado em diferentes camadas, suportes e locais.³⁷

Desta forma, no que diz respeito ao armazenamento, a melhor solução é ter cópias em mais do que um local e em boas condições de temperatura e humidade.³⁸ A este propósito, Cokie defende que a redundância é o segredo.³⁹

I.2.4. Metainformação

A metainformação consiste no conjunto de dados sobre o objeto digital que permitem garantir o acesso e a autenticidade, minimizando os riscos deste se tornar inacessível garantindo a sua preservação.

³⁵ ANDERSON, Cokie, cit.12, p.10

³⁶ CLARK, Susie; FREY, Franziska, cit. 23, p. 34

³⁷ BARBEDO, Francisco, et al, cit. 28, p.41

³⁸ CLARK, Susie; FREY, Franziska, cit. 23, p.33

³⁹ ANDERSON, Cokie, cit.12, p.10

A metainformação permite a referência única de cada imagem digital, a sua localização e recuperação, o registo das transformações que foi alvo e a sua reconstituição.⁴⁰

O registo de todos os eventos que ocorrem na vida de um objeto digital pode ser armazenado na forma de metainformação. Esta informação acompanha-o ao longo do seu ciclo de vida. Isto significa que a metainformação associada contém dados relevantes para a sua preservação.⁴¹

A metainformação distingue-se pela função que desempenha quanto ao objeto digital. A metainformação descritiva permite categorizar e localizar a informação a partir da descrição do seu conteúdo e tem como objetivo a pesquisa, a recuperação e a identificação. Inclui elementos como o autor, o título, o assunto e palavras-chave. A metainformação administrativa consiste na informação de apoio à gestão do documento de arquivo, inclui elementos como a data de criação, o tipo de ficheiro e os privilégios de acesso. A metainformação estrutural fornece a informação sobre a forma como o objeto digital é construído ou organizado, tem como objetivo a reconstituição do objeto. A metainformação técnica descreve as características técnicas dos ficheiros e dos seus formatos. A metainformação de preservação é a necessária para suportar o processo de preservação digital, incluindo o registo das intervenções que ocorrem com a finalidade de preservação, como a migração para versões de formato mais recentes.⁴²

A captura de metainformação descritiva, administrativa e de preservação permitem que uma fotografia digital seja válida enquanto documento de arquivo.⁴³

Franch distingue metainformação descritiva, que descreve a imagem para facilitar a sua recuperação; metainformação estrutural, relativa ao contexto e; metainformação administrativa, relativa á propriedade intelectual e preservação.⁴⁴

A contribuição da metainformação é fundamental no estabelecimento da confiança e na prova da autenticidade de uma imagem digital.

⁴⁰ BARBEDO, Francisco, et al, cit.28, p. 49

⁴¹ ADAM, Sharon, cit. 13, p. 602

⁴² BARBEDO, Francisco, et al, cit.28, p. 50 e FARIA, Luís; CASTRO, Rui, cit.22, p. 75

⁴³ BUSHEY, Jessica, cit.21, p. 132

⁴⁴ FRANCH, David, cit. 18, p.8

Alguns dados são gerados de forma automática no momento da captura, sendo outros de inserção manual. São estes dados de preenchimento manual que salientam a importância da definição de uma grelha de metainformação que deve estar associada ao ficheiro, no momento do ingresso da imagem no arquivo.⁴⁵ Franch considera que o esquema desenvolvido pelo International Press Telecommunications Council (IPTC) para as imagens de imprensa constitui um esquema de metainformação adequado para orientar o autor quanto aos elementos descritivos a inserir no cabeçalho da imagem digital. Esta informação descritiva deverá estar associada ao ficheiro no momento do ingresso da imagem no arquivo.⁴⁶

Para além da metainformação descritiva de inserção manual, a informação técnica, de geração automática, não deverá ser desanexada do ficheiro.

David Franch refere como problema da metainformação, a existência de diferentes *standards* que foram criados com diferentes objetivos, tais como:

- O esquema EAD (*Encoded Archival Description*)⁴⁷ que é um esquema de metainformação adequado para a identificação e descrição do conteúdo da imagem;
- O NISO Z39.87⁴⁸ contém a metainformação básica para a representação da imagem, a descrição do *hardware* e do *software* de captura. Muitos destes dados são gerados no momento da captura. A maioria destes elementos existe na estrutura do formato TIFF e no esquema EXIF⁴⁹ (*Exchangeable File Format*);⁵⁰
- O PREMIS (*PREservation Metadata Implementation Strategies*)⁵¹ é um esquema de dados que tem como objetivo a conservação permanente dos ficheiros digitais, os seus elementos visam garantir a leitura, a autenticidade e a identidade dos ficheiros.

⁴⁵ FRANCH, David, cit. 18, p. 100

⁴⁶ FRANCH, David, cit. 18, p. 106

⁴⁷ EAD é um esquema de metadados elaborado a partir da norma de descrição arquivística, ISAD (G) que foi desenvolvido pela sociedade de Arquivistas Americanos e pela Library of Congress.

⁴⁸ NISO Z39.87 é um esquema de metainformação técnica específico para a imagem digital que engloba os elementos necessários para a interpretação, avaliação e conservação permanente da imagem, este *standard* foi desenvolvido pela National Information Standard Organization.

⁴⁹ EXIF – *Standard* de metadados técnicos que são obtidos automaticamente a partir da câmara fotográfica. Inclui informações relativas ao dispositivo de captura, data e hora da captura de imagem, velocidade do obturador, lente, entre outros elementos técnicos.

⁵⁰ Quadro onde Franch compara o NISO Z39.87, o EXIF e o TIFF. Ver: FRANCH, David, cit. 18, p.85

⁵¹ PREMIS – Esquema de metainformação que tem como objetivo a conservação permanente dos documentos eletrónicos sob custódia de instituições culturais.

Franch considera que estes esquemas de metainformação são complementares e defende a combinação de diferentes *standards* de metainformação para uma gestão global dos metadados da imagem digital. O modelo “Mix and Match” utiliza os elementos obrigatórios de cada esquema de metainformação e acrescenta alguns elementos que considera relevantes para a imagem.⁵²

I.2.5. Preservação Digital

No que diz respeito à preservação digital, a migração para formatos *standards* ou para versões mais recentes do mesmo formato constitui uma das estratégias de preservação mais eficazes.

David Franch chama a atenção para a necessidade de *software* adequado, que permita que o processo seja automático e permitindo a implementação de alarmes que detetem os casos de obsolescência.⁵³

A preservação implica que haja uma monitorização dos formatos que estão na eminência de se tornarem obsoletos. Os materiais digitais requerem uma manutenção constante, desde o momento da sua criação.

Na mesma linha, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) recomenda como estratégia de preservação para ficheiros de imagem digital que haja retrocompatibilidade, ou seja, que as revisões dos formatos incluam suporte para as versões anteriores; a conversão para formatos normalizados e o refrescamento de suportes.⁵⁴

I.3. O papel do fotógrafo e o papel do arquivista

David Franch considera que o produtor constitui a chave para o bom funcionamento de um sistema de arquivo digital. Em ambiente digital é necessário estabelecer protocolos de trabalho que regulem o ingresso das imagens no arquivo, que normalizem a produção e a receção de fotos digitais e regulem a preservação

⁵² FRANCH, David, cit. 18, p.100

⁵³ FRANCH, David, cit. 18, p.131

⁵⁴ BARBEDO, Francisco, et al, cit.28, p. 34 / 35

através da obtenção de determinada metainformação. É necessário garantir que os ficheiros que vão entrar no arquivo reúnam as condições técnicas que se exigem para as finalidades do arquivo.⁵⁵

Quando o produtor das imagens é um fotógrafo vinculado à instituição é necessário regular a relação do fotógrafo com o arquivo através de um protocolo que defina as características técnicas do material entregue e a informação associada que o arquivo considera necessária. No entanto, não significa que haja uma interferência do arquivo no trabalho do autor, uma vez que o objetivo é, no momento do ingresso, a documentação necessitar o mínimo de intervenção do arquivo.⁵⁶

O ingresso no arquivo constitui o momento de validação dos requisitos pré-definidos, em que o ficheiro pode ser aceite, modificado (o formato) ou rejeitado.

É consensual a necessidade de orientações para o ingresso que têm impacto no início do ciclo de vida do documento. Frey⁵⁷, Bond⁵⁸ e Bushey⁵⁹ também defendem que os arquivos devem desenvolver orientações para o ingresso de imagens digitais no sentido de garantir o acesso continuado aos arquivos digitais de fotografia.

Também importa referir que o conteúdo pode ser motivo de exclusão caso seja repetido.⁶⁰

A tecnologia digital exige que haja um planeamento em que o arquivista acompanhe o documento ao longo do seu ciclo de vida, mesmo antes da sua existência, antecipando formatos, suportes e características técnicas. Este planeamento e a importância do momento de produção do documento dão maior relevo, no caso da fotografia digital, ao momento de captura do documento. Assiste-se por isso a uma mudança do papel do fotógrafo.

Jessica Bushey, num artigo⁶¹ que tem como objetivo conhecer as práticas dos fotógrafos quanto à criação e preservação de imagens digitais enquanto documentos autênticos, considera que no ambiente digital o produtor entra no domínio do arquivista e o arquivista entra no domínio do fotógrafo enquanto produtor. Na era

⁵⁵ FRANCH, David, cit. 18, p.75

⁵⁶ FRANCH, David, cit. 18, p.105

⁵⁷ CLARK, Susie; FREY, Franziska, cit. 23, p. 36

⁵⁸ BOND, Trevor James, cit. 11, p. 131

⁵⁹ BUSHEY, Jessica, cit. 21, p. 127

⁶⁰ FRANCH, David, cit. 18, p.108

⁶¹ BUSHEY, Jessica, cit. 21

digital, os fotógrafos para além de fotografarem também armazenam as fotografias. Passam a ter uma nova responsabilidade na gestão das fotografias de forma a garantir o seu acesso e legibilidade ao longo do tempo. Concentrando desta forma o papel de criador e preservador.

Por outro lado, o arquivista terá de adquirir algumas competências a fim de dominar os conceitos básicos da fotografia, nomeadamente como é criada e gerida.

A natureza dos arquivos eletrónicos obriga a uma intervenção dos arquivistas na totalidade do ciclo de vida dos documentos de forma a garantir a sobrevivência da informação digital. Há todo um trabalho que o arquivista tem que fazer a montante com impacto no momento da produção. O arquivista terá que antecipar o formato das imagens digitais e o suporte de armazenamento que irá ser recebido pelas instituições de custódia.

Bushey considera que esta intervenção do arquivista o coloca num papel difícil em que vai ter que encontrar um equilíbrio entre a interferência no processo criativo e o apoio técnico. De modo a garantir que a identidade das imagens não será alterada pelas suas necessidades de preservação.⁶²

Bond defende a importância da definição de uma política de ingresso no desenvolvimento de uma coleção de fotografia digital e dá o exemplo da política de ingresso para a fotografia digital dos *National Archives and Records Administration* (NARA). De acordo com a política definida pelos Arquivos Centrais Norte-Americanos, os ficheiros têm que preencher requisitos mínimos de qualidade, devem incluir metainformação descritiva e metainformação técnica. Para além dos requisitos mínimos de ingresso, os NARA também têm definidas situações de exclusão, que se podem verificar pela falta de qualidade técnica ou pela redundância da informação.⁶³

Bond considera que a comunicabilidade das imagens, a infraestrutura tecnológica necessária para armazenar e conservar, os formatos de ficheiros e a informação descritiva associada são elementos que devem ser incluídos numa política de desenvolvimento de uma coleção de fotografias digitais.⁶⁴

⁶² BUSHEY, Jessica, cit. 21, p.127

⁶³ ANEXO I - NARA, Expanding Acceptable Transfer Requirements: Transfer Instructions for Permanent Electronic Records. Digital Photographic Records. [Em linha]. Disponível em <http://www.archives.gov/records-mgmt/initiatives/digital-photo-records.html>

⁶⁴ BOND, Trevor James, cit. 11, p.131

À semelhança do que é praticado pelos NARA, considera que constituem motivos de exclusão das imagens, no momento do ingresso, a sua existência num outro repositório, encontrarem-se em formatos proprietários que não podem ser acedidos, estarem em baixa resolução ou encontrarem-se embebidas noutra *software*. Aconselha o arquivo a solicitar ficheiros com a melhor resolução possível, ficheiros sem compressão e acompanhados de um número mínimo de legendas que descrevam as imagens. Bond conclui que, em ambiente digital, é importante o arquivo participar no momento da produção. O fenómeno que se verificou no passado - dos arquivos preservados pelo esquecimento - já não se aplica nos arquivos digitais, devido à rápida obsolescência de formatos e suportes.⁶⁵

O papel do arquivista, num ambiente marcado pelo uso da tecnologia, será o de guia no estabelecimento de normas para a submissão de imagens por parte dos criadores, incluindo formatos, suportes e características técnicas, de forma a clarificar os procedimentos de avaliação de coleções de imagens digitais.

⁶⁵ BOND, Trevor James, cit. 11, p. 132

CAPÍTULO II - ARQUIVO FOTOGRÁFICO PARLAMENTAR

II.1. Caracterização geral

II.1.1 O arquivo fotográfico parlamentar: contexto institucional

Os serviços da Assembleia da República (AR) são regidos pela Lei n.º 28/2003 de 30 de julho, Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR).⁶⁶

O Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) constitui um serviço dependente da Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação (DSDIC) da Assembleia da República, a par da Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (DILP), Divisão de Edições (DE), Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas (CIC-RP) e Biblioteca (BIB).⁶⁷

O AHP custodia todos os documentos produzidos e recebidos pela instituição Parlamentar no decorrer da sua atividade, desde 1821, quando se reuniram pela primeira vez as Cortes Gerais até à atualidade.

Em 2004, na Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004 de 16 de fevereiro, sobre a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República, os documentos fotográficos e a sua descrição surgem como parte integrante das competências do AHP. Segundo o artigo 16º, alínea e) compete ao AHP: “Recolher, selecionar, tratar e conservar os documentos fotográficos referentes aos deputados e a atos e factos da Assembleia da República”.

A missão do Arquivo Fotográfico Parlamentar (AFP)⁶⁸ está patente no seu regulamento: “O AF depende do Arquivo Histórico Parlamentar (AHP). O AF visa reunir numa só estrutura toda a informação documental fotográfica produzida ou reunida pelos diferentes serviços da AR, no âmbito da sua atividade”. Também promove “o enriquecimento do seu espólio fotográfico, através de uma política de aquisições”.

⁶⁶ http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LOFAR_Simples.pdf

⁶⁷ Art.º 11º. da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004.

⁶⁸ No regulamento aqui citado e em anexo, o Arquivo Fotográfico é designado como (AF). No entanto, ao longo do trabalho optou-se pela designação de Arquivo Fotográfico Parlamentar (AFP) para distinguir o arquivo fotográfico da coleção que tem a mesma designação.

Para além de organizar o espólio, o AF “descreve-o permitindo uma recuperação de informação eficaz pelos utilizadores.”⁶⁹

II.1.2 O Acervo do AFP

O AFP é constituído por imagens desde 1895 até aos nossos dias. Estas imagens abrangem os espaços do Parlamento, eventos com personalidades, comemorações, deputados e reuniões parlamentares. Está organizado por coleções, umas são resultado da produção institucional, outras foram adquiridas ou doadas.

Os utilizadores do AFP são internos e externos. Os internos são as unidades orgânicas da AR como a Divisão de Edições, o Gabinete de Relações Públicas e Internacionais e o Museu. Os externos são, na sua maioria, investigadores. Algumas vezes a própria imprensa recorre à utilização deste tipo de documentação.

A coleção “Arquivo Fotográfico” nasceu em 2001-2002 aquando da constituição do Arquivo Fotográfico no âmbito do AHP. Entre estas datas o Arquivo incorporou diversos conjuntos de imagens com diferentes proveniências, no sentido da sua descrição, preservação e conservação. Os conjuntos cuja proveniência não foi possível identificar ficaram atribuídos à coleção do Arquivo Fotográfico. A partir de 2001 esta coleção foi crescendo com as imagens que o próprio AHP adquiriu a diversos fotógrafos, no âmbito da preservação da memória visual de aspetos da vida parlamentar, do património cultural, artístico e arquitetónico. Também fazem parte desta coleção reproduções de documentos do Arquivo Histórico Parlamentar e reproduções de fotografias originais apostas nos livros políticos da Monarquia e da I República.

A produção institucional chega ao AFP através das incorporações de alguns serviços, como é o caso do Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas (CIC-RP), da Divisão de Apoio às Comissões (DAC), da Direção de Serviços de Relações Internacionais e Protocolo (GARIP), da Divisão de Edições e do Museu. Os serviços

⁶⁹ ANEXO II- Regulamento do Arquivo fotográfico parlamentar, p.ii

contratam fotógrafos externos para fazer a reportagem dos eventos que decorrem no palácio de S. Bento, tais como exposições, concertos e visitas.⁷⁰

As imagens produzidas no âmbito da atividade das Comissões Parlamentares resultam das suas competências: acompanhar e dar parecer sobre os processos relativos à atividade legislativa e de fiscalização; Estabelecer relações com pessoas e entidades exteriores à AR, no âmbito de visitas, queixas e audiências. Esta documentação é incorporada no AHP através da Divisão de Secretariado às Comissões, atualmente Divisão de Apoio às Comissões ou mesmo pelas próprias comissões. Algumas destas provas foram enviadas por particulares, desconhecendo-se o autor.

A coleção proveniente da Divisão do Protocolo é sobretudo composta por reportagens fotográficas que retratam visitas solenes de personalidades estrangeiras, cerimónias diversas como o 25 de Abril, posses dos Presidentes da República e de organismos anexos à Assembleia da República.

Existe também uma coleção denominada de “Ofertas” que inclui fotografias oferecidas à Assembleia da República por outras instituições ou por particulares, dos eventos oficiais, com a presença do Presidente da Assembleia da República, do Secretário-Geral, ou ainda de técnicos da Assembleia. As instituições visitadas oferecem à AR as imagens, normalmente em álbuns cuja incorporação é feita no AHP através do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo (GARIP) e pelo Gabinete do Secretário- Geral.

Já a Divisão de Edições (DE) é um serviço que tem como principais objetivos propor, planear, editar e difundir as publicações com interesse para a Assembleia da República e para a história do parlamentarismo. A coleção proveniente deste serviço é constituída pelas imagens utilizadas na edição de publicações. Destacam-se livros sobre o Parlamentarismo, catálogos, brochuras, desdobráveis e edições para crianças que contêm a mais variada informação sobre a atividade parlamentar, o património da AR e os espaços do Palácio de S. Bento.⁷¹

⁷⁰ Os principais fotógrafos são Madalena Aleixo, Pedro da Silva, Sandra Ramos e Puzeroom, Eduardo Gageiro, Antunes Amor, Alves Pinto, Luís Saraiva, Jorge Caria, Pedro da Silva, Madalena Aleixo e José Carlos Aleixo.

⁷¹ De entre variados fotógrafos destacam-se, Artefacto imagens, Eduardo Gageiro, Júlio Marques, Carlos Didelet, Nuno Timóteo, Rui Morais de Sousa, Fernando Baião, Abílio Leitão, Luís Saraiva, Lobo Pimentel Júnior, Carlos Pombo, João Silveira Ramos, Jorge Caria, Alfredo Cunha, Novo Ribeiro e outros.

O Museu tem por objetivo estudar, investigar e divulgar o património artístico do Parlamento Português, desde as origens até à atualidade. Competindo-lhe reunir, conservar, investigar, divulgar e expor este património artístico que documenta a história do Parlamento Português. Do que se consegue apurar através da correspondência, muitas fotografias foram oferecidas ao Museu por particulares, outras foram especialmente encomendadas e reproduzidas para ilustração do livro “O Palácio de S. Bento”, de Joaquim Leitão editado durante o Estado Novo⁷² e, mais tarde, para o livro do mesmo nome de José Augusto França.⁷³ As imagens provenientes do museu são de interiores e exteriores do Palácio de S. Bento. Os interiores abrangem os espaços e as obras de arte expostas no Palácio: pinturas murais, quadros, esculturas.⁷⁴

Para além da produção institucional atrás referida, existem outras coleções que foram adquiridas pelo Parlamento.

A Coleção Benoliel que é representativa da vida parlamentar portuguesa do princípio do século XX foi comprada ao filho do fotógrafo em 1946. Nesta coleção existem retratos de D. Manuel II, Bernardino Machado, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Sidónio Pais, António José de Almeida e Teixeira Gomes. Abrange imagens de entradas e saídas de deputados na Câmara dos Deputados e Congresso da República, interior da sala das sessões e sessões solenes como apresentação de D. Manuel II às Cortes, o juramento do Infante D. Afonso e a sessão inaugural da Assembleia Constituinte de 1911. Constituída inicialmente por 111 negativos de vidro, a coleção foi acrescida com as reproduções dos negativos de vidro em película e também as provas em papel, trabalho realizado por Horácio Novais para a publicação do catálogo “Joshua Benoliel: Repórter Parlamentar”.⁷⁵

O conjunto de álbuns do Estado Novo é uma coleção criada pelo Secretário da Assembleia Nacional, Joaquim Leitão. Constituiu a coleção ao longo dos diversos anos em que desempenhou o cargo (1935-1966), através do recurso aos jornais da época, ao Secretariado de Propaganda Nacional e a particulares. Em determinados casos,

⁷² Leitão, Joaquim, “O Palácio de São Bento”, Bertrand (Irmãos) – Lisboa – 1945.

⁷³ França, José Augusto, “O Palácio de S. Bento”, Lisboa : Assembleia da República, 2000.

⁷⁴ Os fotógrafos principais são, Eduardo Gageiro, Júlio Marques, J. Fernandez, Alves Pinto, Bertrand, Francisco de Aguiar, Horácio Novais, Coronel Azevedo e Silva, E. Portugal, Pedro da Silva, J. Barcia e outros.

⁷⁵ Novais, Horácio, “Joshua Benoliel: Repórter Parlamentar”. Lisboa, Assembleia da República, 1989.

recorreu, também, à compra de imagens, especialmente à firma Bertrand (Irmãos, Lda.).

A coleção do fotógrafo Miranda Castela, adquirida pela Assembleia da República diretamente ao fotógrafo em 1997, reporta-se ao período entre 1971 e 1981, abrangendo as últimas sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa e o início da vida democrática. A maior parte das imagens são de rua, documentando novas vivências políticas e sociais, ambientes revolucionários, comícios ou mesmo o Dia do Trabalhador. Esta coleção inclui ainda algumas imagens de políticos da época.

Também existe uma coleção da autoria do fotógrafo Mariano Piçarra cujas imagens captam espaços do Palácio de S. Bento numa dimensão artística. Não se encontra documentação relativa à aquisição desta coleção.

O arquivo também tem à sua guarda algumas imagens provenientes de espólios privados doados pelos herdeiros de antigos parlamentares, tais como Francisco da Cunha Leal, Germano Lopes Martins, João Pereira Bastos e José Alberto dos Reis.

O quadro em anexo⁷⁶ contém o número de imagens do AFP em suporte analógico e em suporte digital. As espécies em formato analógico foram alvo de digitalização. No total de espécies nado-digitais não se distingue qual o formato, essa distinção será alvo de análise no ponto III.2., apenas para o período entre julho de 2012 e julho de 2013. Neste quadro, o número é relativo a imagens digitais em JPEG que, nalguns casos também existem em formato TIFF. Entre as coleções que constituem o acervo do AFP podemos encontrar coleções abertas e coleções já encerradas, as coleções que ainda se encontram abertas estão destacadas no quadro a negrito.

II.1.3 Organização do AFP

As imagens estão organizadas em coleções, de acordo com o autor ou o serviço produtor e são numeradas sequencialmente.

⁷⁶ ANEXO III - Acervo do AFP – Fotografias em suporte tradicional e suporte digital

Nas coleções com maior volume de imagens como é o caso do GAREPI, CIC-RP e AF, a numeração é sequencial por ano. A coleção da DE no início foi organizada por anos, atualmente tem uma identificação numérica sequencial.

A coleção Benoliel está numerada sequencialmente obedecendo a um critério cronológico. No caso da coleção Miranda Castela foi mantida a organização temática dada pelo autor e atribuída uma numeração sequencial.

As fotografias provenientes das Comissões também estão organizadas por reportagens e o critério de numeração é sequencial a toda a coleção. A coleção do Estado Novo está organizada numericamente, em álbuns, obedecendo a uma ordenação cronológica. As imagens encontravam-se organizadas em vinte e seis álbuns e foram reacondicionadas pela mesma ordem e lógica em álbuns próprios para a sua conservação. Por fim, a coleção Ofertas tem uma organização temática por reportagem, também numerada sequencialmente dentro da coleção.

II.2. Caracterização do fluxo de trabalho

Atualmente as imagens que chegam ao AF são, na sua maioria, imagens em formato digital, pelo menos as de produção institucional. As imagens são incorporadas em CD e DVD no AHP aos quais é atribuído um número sequencial composto pela sigla CD seguida pelo número. Para controlo e registo dos CD incorporados foi criado um numerador em folha de cálculo.

O CD ou DVD, depois de numerado, é copiado para o servidor do AFP (AHFOTOSRV) que pode ser acedido por utilizadores em rede, desde que detenham permissão para o efeito. No servidor, as imagens são arquivadas por coleção.

A nomeação dos ficheiros é efetuada de forma automática através de uma aplicação informática e é composta pela sigla da coleção, o número sequencial e o ano. Por exemplo, a uma fotografia proveniente do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo (GARIP) será atribuída a seguinte identificação: GAR (sigla da coleção) XXXX (número sequencial) e o ANO. Desta forma as imagens têm uma identificação única e que reflete a sua proveniência.

As imagens do AF estão descritas num repositório digital que dispõe de duas aplicações: uma aplicação para a gestão do catálogo e um interface de pesquisa para utilizadores. Esta solução permite aceder a um conjunto de informação sem necessidade de recorrer aos objetos físicos, a ligação é estabelecida através da identificação do ficheiro que corresponde ao campo cota da base de dados. Trata-se de uma solução baseada na Internet cujo modelo torna o módulo de pesquisa acessível a todos os utilizadores, através da Intranet da Assembleia da República, no futuro esta aplicação estará disponível na internet.

As coleções estão organizadas por reportagens que também podem ser descritas ao nível do conteúdo representado e das características físicas. A reportagem é descrita na aplicação de gestão do catálogo, através do título da reportagem, da data, do autor, do sumário e de descritores.⁷⁷

No que diz respeito às imagens que são produzidas em formato digital, variam consoante o serviço produtor. As incorporações oriundas do CIC-RP e do Gabinete de Relações Públicas e Internacionais vêm no formato JPEG enquanto as incorporações da Divisão de Edições, do Museu e adquiridas pelo Arquivo vêm no formato TIFF (ficheiro de arquivo) e no formato JPEG (ficheiro de consulta). Os ficheiros em formato JPEG são carregados na base de dados e ficam acessíveis para visionamento.

Esta diversidade de formatos é reflexo da utilização que os serviços dão às imagens que produzem, as reportagens dos eventos no CIC-RP e Protocolo e a edição de livros na Divisão de Edições (DE).

II.3. Solução de armazenamento

O armazenamento digital do arquivo fotográfico é feito num servidor virtual. A infraestrutura física onde está definido o servidor virtual não está diretamente acessível ao utilizador, sendo tanto a capacidade de processamento, quantidade de memória e espaço de disco utilizável alocados ao servidor virtual pela administração de sistemas. Trata-se portanto de uma mega estrutura que alberga todos os

⁷⁷ ANEXO IV– Base de dados dos AFP

servidores.

A salvaguarda dos ficheiros é feita para um servidor de discos dedicado a *backups* condensados e rápidos, de disco para disco.

Para além disso, existe um suporte lógico que transfere a informação que não foi não acedida, do servidor de discos para um servidor de retaguarda, com suportes mais lentos. As imagens são então copiadas para *tape*⁷⁸ e arquivadas no servidor de retaguarda, ficando assim duplicadas. No servidor virtual, após arquivo, ficam apenas apontadores para os ficheiros que foram arquivados, ocupando menos espaço, tornando a estrutura mais eficaz no seu desempenho.

Com esta solução o volume de dados que ocupa o servidor diminuiu de 1,5 TB para 41 G, passando os restantes dados para o arquivo. Diminui-se assim o volume de dados a ser copiado diariamente para efeitos de cópias de segurança.

As imagens que foram arquivadas continuam acessíveis através do apontador que permanece no servidor AHFOTOSRV. E o utilizador não se apercebe que as imagens estão arquivadas noutra local, pois quando se acede ao servidor a informação é apresentada de forma transparente.

Desta forma o Centro de Informática garante a existência de cópias de segurança para *tape* e para arquivo.

⁷⁸ Tape – Suporte de armazenamento que permite arquivar um grande volume de dados.

CAPÍTULO III - INGRESSOS NO ARQUIVO FOTOGRÁFICO

PARLAMENTAR: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

III.1. Fontes e metodologia

Este trabalho compreendeu uma etapa de leituras exploratórias sobre as temáticas associadas ao ingresso de fotografia digital, nomeadamente, arquivos fotográficos, seleção de fotografia e arquivos digitais, com o objetivo de ter uma panorâmica sobre as questões relativas à seleção e ao ingresso de documentação fotográfica digital.

Com o objetivo de encontrar casos semelhantes, procedeu-se à pesquisa nos Websites de outros arquivos de instituições parlamentares, mas não se obtiveram resultados pertinentes na medida em que as normas que regulam o ingresso de fotografias nos arquivos parlamentares não se integram no tipo de informação que um parlamento pretende comunicar no seu Website.

Ainda se procurou fazer um levantamento de regulamentos de arquivos fotográficos, mas os regulamentos que se encontram disponíveis estão mais vocacionados para os utilizadores e têm como objetivo regular o acesso e a comunicação. A título de exemplo, pode referir-se o exemplo do regulamento do Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz.⁷⁹

Também foram consultadas páginas da internet de alguns arquivos nacionais na busca de normas e orientações relativas ao ingresso de documentação fotográfica digital. Os arquivos nacionais consultados foram a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), os *National Archives of Australia*⁸⁰, os *National Archives of UK*⁸¹, os *National Archives and records administration (NARA)*⁸² e a *Library of Congress*⁸³.

Os NARA disponibilizam no seu *website* um documento de ingresso de imagem digital, com as orientações para a transferência de imagens das agências federais para

⁷⁹ http://figueiradigital.ficheirospt.com/arquivofotografico/reg_arq_foto_municipal.pdf

⁸⁰ <http://www.naa.gov.au/>

⁸¹ <http://www.nationalarchives.gov.uk/>

⁸² <http://www.archives.gov/>

⁸³ <http://www.loc.gov/index.html>

os arquivos centrais. Estas orientações incluem suportes, formatos, metadados, qualidade técnica das imagens e situações de exclusão.⁸⁴

O regulamento dos NARA contempla os parâmetros que foram considerados, ao longo da revisão da literatura, essenciais na gestão de imagens digitais, constituindo por isso uma referência a seguir na elaboração do regulamento de ingresso do AFP.

Foram efetuadas entrevistas de carácter exploratório com o objetivo de validar as abordagens escolhidas e procurar outras perspetivas sobre as temáticas em análise.⁸⁵ Para esse efeito procuraram-se especialistas diretamente relacionadas com a gestão e tratamento da documentação fotográfica digital. A entrevista à técnica responsável pela gestão do arquivo fotográfico, Dr.^a Helena Medeiros, permitiu fazer um levantamento dos problemas sentidos pelos arquivistas na gestão da documentação fotográfica, em especial da imagem digital. O seu contributo no levantamento das espécies e na descrição das coleções que constituem o acervo fotográfico também foi fundamental para o arranque deste trabalho. A entrevista realizada à técnica do centro de informática, Eng.^a Fátima Alcobia, permitiu compreender algumas questões relativas ao armazenamento do arquivo fotográfico digital.⁸⁶

A observação direta corresponde a uma fase intermédia do método científico que tem como objetivo confrontar as hipóteses com dados observáveis. Para cumprir esta etapa procedeu-se à análise da produção fotográfica da instituição. Vamos agora ver com mais pormenor os resultados.

⁸⁴ NARA, cit. 63

⁸⁵ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - Manual de investigação em ciências sociais, p.69

⁸⁶ Estas entrevistas foram conversas informais que tiveram lugar no seguimento de algumas pesquisas, por isso não foram incluídas em anexo.

III.2. Constituição da amostra

Para avaliar o impacto do volume da documentação fotográfica digital que ingressa no AHP, selecionou-se a documentação oriunda do GAREPI, CIC-RP, AF, DE e Museu por se tratarem dos serviços onde se verifica a produção institucional de imagens digitais, que correspondem às coleções abertas do acervo do AFP. A coleção Ofertas é uma coleção aberta mas não é de produção institucional por isso não foi incluída nesta análise.

Para recolher uma quantidade de imagens que constituam uma amostra ilustrativa do universo de ingressos de imagens digitais no arquivo, selecionou-se o período entre julho de 2012 e julho de 2013 inclusive, relativo a um ano de trabalho.⁸⁷

A partir da consulta ao servidor onde se encontra armazenado o acervo fotográfico do AHP, verificou-se o ingresso de um total de 9984 imagens ao longo de um ano.

No quadro seguinte a informação é detalhada ao nível das coleções e formatos:

Período entre julho 2012e julho 2013					
Serviço produtor	GAREPI	CIC-RP	AF	Museu	DE
Formato TIFF	-	-	28	-	-
Formato JPEG	9550	206	28	-	-
Reportagens	334	5	5	-	-

Quadro 1: Ingresso de fotografias digitais no AFP no período entre 2012/2013

III.3. Análise da amostra

III.3.1 Características gerais

A partir da análise do quadro 1 pode concluir-se que o GAREPI é o serviço produtor com maior número de ingressos, tendo sido entregues no AHP um total de 9550 imagens digitais provenientes do GAREPI, enquanto do CIC-RP entraram um total

⁸⁷ Esta amostra reflete o fluxo de imagens que se pretende regulamentar para o futuro.

de 206 imagens e foram adquiridas pelo AHP um total de 28 imagens, para o período entre Julho de 2012 e Julho de 2013. Não se verificaram ingressos provenientes da DE ou do Museu.

Quanto aos formatos pode constatar-se que as fotografias produzidas no âmbito da atividade do GAREPI e do CIC-RP são entregues no formato JPEG, um formato adequado para o visionamento devido à sua compressão, mas inconveniente para arquivo como já foi previamente referido no ponto 1.2.2.

Foram consultados os metadados de todas as imagens da coleção AF, um total de vinte e oito imagens. Na coleção GAREPI foram consultadas os metadados de 921 imagens, relativas a três reportagens por mês, entre julho de 2012 e julho de 2013, o que corresponde a 9,6% do total anual. A seleção foi feita de forma aleatória uma vez que o autor é o mesmo para todas as reportagens efetuadas no ano em análise.

Dessa consulta pode verificar-se que existe um padrão que se repete no preenchimento de metainformação, por isso escolheu-se um exemplo de cada formato para ilustrar a análise da qualidade técnica da imagem e da metainformação descritiva, que constituem elementos a ter em conta no regulamento de ingresso.

Este tipo de informação encontra-se embebido no ficheiro e foi consultada através de um visualizador de fotografias do Windows.

Nos detalhes das propriedades da imagem podemos aceder à metainformação que está associada ao ficheiro. A metainformação está agrupada em conjuntos segundo o tipo de informação que contém (descrição, origem, imagem, câmara e ficheiro).

O conjunto de metadados relativos à descrição (figuras 7 e 11) inclui elementos como o título e o assunto, informação descritiva essencial para a recuperação da informação. A origem (figuras 7 e 11) diz respeito a elementos como o autor, a data de captura e o copyright, estes dados contribuem para a autenticidade do ficheiro. Nas figuras 8 e 12 podem observar-se elementos que dão informação quanto à qualidade técnica da imagem, tais como as dimensões da imagem, a profundidade de bits e o perfil de cor.

O modelo da câmara e especificações da captura fotográfica (tempo de exposição, a velocidade e a distância focal) estão referidos no conjunto de dados sobre

a câmara fotográfica (figuras 9 e 13). Finalmente, no conjunto de dados relativos ao ficheiro (figuras 10 e 14) estão incluídos elementos necessários à identificação do ficheiro: o nome do ficheiro, o formato do ficheiro, a data de criação e a data de modificação. Este tipo de informação tem um papel fundamental na preservação da autenticidade, o nome do ficheiro constitui a sua referência única e a data de modificação permite verificar as alterações que o ficheiro foi alvo.⁸⁸

III.3.2. Características técnicas da imagem

As características técnicas dizem respeito à resolução, profundidade, formato, cor e suporte da imagem digital. David Franch considera que as imagens produzidas por fotógrafos vinculados à instituição deverão ter as características técnicas patentes seguinte quadro:⁸⁹

Características técnicas	
Resolução ótica	Mínimo 16 megapixéis
Profundidade	16 Bits por canal mas também se aceitam 8 bits
Formato	TIFF-UNC ⁹⁰ TIFF-LZW ⁹¹ JP2 ⁹²
Perfil de cor	Adobe RGB (1998)
Suporte	Entrega em disco ótico (CD ou DVD)

Quadro 2: Protocolo para transferências de imagens digitais⁹³

⁸⁸ ANEXOS V e VI

⁸⁹ No que diz respeito ao ingresso, Franch distingue transferências extraordinárias e transferências ordinárias, no caso em análise optou-se pela aplicação dos critérios que Franch aplica às transferências extraordinárias, considerando que as imagens produzidas pelos serviços da AR têm a característica de extraordinárias na medida em que são produzidas por fotógrafos profissionais com vínculo à instituição, critério que Franch usa para distinguir os ingressos extraordinários. Ver: FRANCH, David, cit. 18, p.107

⁹⁰ Formato TIFF sem compressão.

⁹¹ Formato TIFF com compressão.

⁹² Formato que constitui uma evolução técnica do JPEG, assegurando uma menor perda de qualidade. Mas tem compressão.

⁹³ FRANCH, David, cit. 18, p.107

Para verificar se as características técnicas das imagens que ingressam no AHP estão de acordo com as aconselhadas no quadro de David Franch podemos analisar as figuras 8 e 11 onde se pode encontrar informação relativa à resolução ótica, à profundidade e ao perfil de cor. A figura 8 corresponde à metainformação de uma imagem em formato JPEG e a figura 11 corresponde à metainformação de uma imagem em formato TIFF.

Em qualquer dos casos podemos observar que as imagens não têm os 16 megapixéis de resolução ótica aconselhados por Franch, mas apenas 8 megapixéis.

Quanto à profundidade de bits, verifica-se que as imagens (JPEG e TIFF)⁹⁴ têm os 8 bits considerados necessários (8 bits a multiplicar por 3 canais RGB dá um total de 24 bits). O perfil de cor da imagem em formato JPEG é o sRGB.⁹⁵ Verifica-se que o perfil de cor da imagem no formato TIFF é aquele aconselhado por Franch, o Adobe RGB (1998).⁹⁶

Na figura 9, relativa às características técnicas da câmara fotográfica, podemos constatar que com o modelo da câmara utilizado para a captura da imagem (EOS 5D Mark II) é possível realizar imagens em formato TIFF com 16 megapixéis de resolução, como se pode verificar nas características deste modelo patentes na página da internet Digital Photograph Review.⁹⁷

No entanto, o mesmo não se verifica para a câmara usada para a imagem em formato TIFF, com o modelo de câmara (NIKON D700) não é possível a realização de imagens em formato TIFF com 16 Megapixéis de resolução (figura 13) como se pode confirmar na página da internet Digital Photograph Review.⁹⁸

No quadro que se segue podemos comparar as características recomendadas por Franch com as características das imagens examinadas no âmbito deste trabalho.

⁹⁴ ANEXO V e VI

⁹⁵ sRGB – É um perfil de cor com uma gama de cor menos abrangente que o Adobe RGB, sendo o ideal para a Web. Ver: UPDIG Universal picture digital imaging guidelines, Image Receivers guidelines. [em linha] Disponível em: http://www.updig.org/pdfs/updig_image_receivers_guidelines_v40.pdf

⁹⁶ Esta informação relativa ao perfil de cor foi consultada no *software* bridge, como se pode ver na figura 15.

⁹⁷ <http://www.dpreview.com/reviews/canoneos5dmarkii>

⁹⁸ <http://www.dpreview.com/reviews/nikond700>

Características técnicas	Proposta de Franch	Ficheiro JPEG	Ficheiro TIFF
Resolução ótica	Mínimo 16 megapixéis	8 Megapixéis	8 Megapixéis
Profundidade	16 Bits por canal mas também se aceitam 8 bits	24 Bits (8 bits por canal)	24 Bits (8 bits por canal)
Perfil de cor	Adobe RGB (1998)	sRGB	Adobe RGB (1998)
Suporte	Entrega em disco ótico (CD ou DVD)	Verifica-se a entrega em disco ótico (CD ou DVD)	Verifica-se a entrega em disco ótico (CD ou DVD)

Quadro 3: Comparação das características técnicas

Examinando estes dados podemos concluir que, em termos de qualidade técnica, as imagens digitais do AF não preenchem todos os requisitos propostos por Franch, nomeadamente a resolução ótica das imagens.

III.3.3. Análise dos Formatos

As fotografias adquiridas pelo Arquivo (coleção AF) são entregues nos formatos TIFF e JPEG. O formato TIFF fica armazenado no servidor e o formato JPEG é carregado na base de dados, ficando associado à descrição da reportagem.

O formato TIFF é o formato ideal para arquivo e, como defende Franziska Frey, constitui a melhor solução para ficheiro matriz por ser um *standard* aberto, independente da plataforma tecnológica e sem compressão.⁹⁹

O formato JPEG constitui um bom formato para visionamento devido à sua compressão.

Relativamente às imagens em TIFF, encontram-se no formato TIFF.LWZ que é um TIFF com compressão (figura 12). O ideal seria estarem num formato TIFF sem compressão.

⁹⁹ CLARK, Susie; FREY, Franziska, cit. 23, p.33

No entanto, o que se verifica é que neste momento uma grande parte das imagens apenas se encontra no formato JPEG. Como se pode observar no quadro relativo aos ingressos entre julho 2012 e julho de 2013, da totalidade de imagens que entraram (9784) apenas 0,2% (28) vieram nos formatos TIFF e JPEG, as restantes 99,8% estão no formato JPEG.

Período entre julho 2012/ julho 2013		
Serviço produtor	Quantidade de imagens em formato TIFF	Quantidade de imagens em formato JPEG
GAREPI	-	9550
CIC-RP	-	206
AF	28	28
Total	28	9784

Quadro 4: Totais dos ingressos entre 2012/2013

III.3.4. Análise da metainformação descritiva

A metainformação permite automatizar o fluxo de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à criação de alarmes acionados quando é necessário efetuar a migração de formatos e o refrescamento de suportes, que são rotinas indispensáveis para a preservação digital.

A metainformação descritiva é essencial para a recuperação das imagens em grandes volumes de informação e tem que ser inserida no ficheiro de forma manual. A amostra selecionada permite-nos verificar que a única informação de inserção manual que aparece associada aos ficheiros no formato TIFF é o autor e o copyright (figura 11) e como já tivemos oportunidade de verificar, este formato representa uma percentagem muito pequena do conjunto das imagens nado-digitais do Arquivo Fotográfico. Nos ficheiros em formato JPEG, que são aqueles que existem em maior quantidade, há uma total ausência de metainformação descritiva (figura 7). Elementos como o título, o assunto, o autor e os direitos de autor não estão preenchidos.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Anexos V e VI, figuras 7 e 11 relativas à metainformação descritiva.

Os NARA exigem que as agências federais forneçam informação descritiva sobre as imagens, que deverá vir embebida no cabeçalho do ficheiro:¹⁰¹

Cada fotografia deverá ter uma identificação única, uma legenda que permita a sua recuperação e que contenha a informação sobre quem, o quê, quando, onde e porquê. A autoria também deve vir registada através da inserção do nome do fotógrafo. Também é importante indicar se existem restrições de utilização da imagem, condições de utilização, preenchendo a informação relativa ao Copyright (direitos de autor).¹⁰²

Quanto à identificação do ficheiro (figura 10 e 14) podemos observar que o nome do ficheiro contém a extensão do formato: Gar05898_2013.jpeg, e AF02_2013.tif, como vem estipulado na norma dos NARA. Esta nomeação é feita pelo arquivo e como já foi referido é única e reflete a proveniência da imagem.

III.3.4.1. Aplicação do esquema de dados IPTC (International Press Telecommunications Council)

Tendo em conta a ausência de metainformação descritiva embebida nos ficheiros do AFP deverá ser definido um esquema que especifique os elementos que o autor deve preencher no cabeçalho da imagem digital.

Franch considera que o *standard* mais adequado para o ingresso de imagem digital é o IPTC¹⁰³ devido à sua utilização generalizada pela imprensa e agências de informação internacionais, estando também pensado para arquivo. Este esquema contém elementos relativos à autoria, direitos, propriedade intelectual e descrição dos conteúdos.¹⁰⁴

A utilização deste esquema é tão generalizada que está integrado nas aplicações do Adobe Photoshop e outros *softwares* de tratamento de imagem como se

¹⁰¹ A maioria dos formatos digitais é precedida por um cabeçalho (*header*) que contém atributos, seguidos dos dados da imagem.

¹⁰² NARA, cit. 63

¹⁰³ <http://www.iptc.org/cms/site/index.html?channel=CH0099>

¹⁰⁴ FRANCH, David, cit. 18, p 107

pode verificar na lista de software compatível com este esquema de dados que se encontra disponível online.¹⁰⁵

No quadro que se segue estão descritos os elementos deste *standard* que Franch considera necessário estarem preenchidos no momento de ingestão no repositório do arquivo. Estes elementos são semelhantes aos elementos de identificação que os NARA exigem.

Metadados IPTC	
Elemento	Descrição
Título	Utilizar no caso de o autor querer dar título à imagem ou à reportagem
Descrição	Breve descrição do conteúdo iconográfico
Palavras-chave	Para identificar o tema, lugares e pessoas
Criador	Nome do fotógrafo
Copyright	Nome do fotógrafo com o símbolo ©. Se os direitos foram comprados deve aparecer o nome da instituição.
Data de criação	Data de criação dos conteúdos. Esta data é a que vai figurar na metainformação técnica gerada no momento da captura.

Quadro 5: Metadados IPTC

Aplicaram-se os elementos do IPTC aconselhados por Franch à reportagem, adquirida pelo arquivo, que retrata o novo centro de acolhimento ao cidadão, inaugurado em abril de 2013 (ANEXO VII, figura 16).

No campo relativo ao autor (*creator*) colocou-se o nome do autor “Miguel Saavedra”. Este campo, tal como os outros campos relativos à identificação do autor: morada, telefone, correio eletrónico e *website* podem ser incluídos nos modelos (*templates*) das aplicações de edição de imagem e ser aplicados facilmente a todas as fotografias daquele autor.

¹⁰⁵ <http://www.iptc.org/cms/site/photometadatasupportlist.html?channel=CH0101>

No campo do título (*title*) colocou-se a designação de “Centro de Acolhimento ao Cidadão”.

Já no campo cabeçalho (*headline*) onde deverá constar um sumário sobre o conteúdo da imagem, aplicou-se “Novo Centro de Acolhimento ao Cidadão da Assembleia da República”.

No campo relativo à descrição (*description*), o objetivo é fazer uma breve descrição do conteúdo iconográfico que deverá responder às seguintes questões: quem, o quê, porquê e onde. A resposta à pergunta “quando” consta no campo relativo à data (*date created*), campo que contém metainformação técnica que é gerada no momento da captura da imagem, devendo para tal estarem os equipamentos devidamente configurados nas funções de hora e data.

Na reportagem selecionada não há pessoas retratadas, mas em reportagens onde aparecem pessoas, o seu nome e a sua função naquele momento também devem aparecer na descrição. Nesta descrição colocou-se “Centro de Acolhimento ao Cidadão da Assembleia da República, situado no antigo refeitório dos frades. Novo espaço inaugurado em abril de 2013.”

Quanto às palavras-chave (*Keywords*) o ideal seria o arquivo fornecer uma lista controlada de palavras-chave para auxiliar os fotógrafos no seu preenchimento com o objetivo de identificar o tema.

No campo que se refere ao copyright deverá constar o nome do fotógrafo com o símbolo ©. Se os direitos foram comprados deve aparecer o nome da instituição. No caso em análise os direitos são da Assembleia da República.

Além dos campos aconselhados por Franch, serão incluídos outros elementos IPTC:

O autor da descrição (*description writer*) também deverá ser preenchido e pretende-se que seja o fotógrafo a fazê-lo. Assim coincidirá com o autor.

O cargo (*Job title*) porque caracteriza a relação do autor com a instituição.

Também constará no regulamento, sem caráter obrigatório, o campo das instruções (*instructions*) que serve para o produtor colocar informação que considere pertinente para o recetor.

O preenchimento dos elementos IPTC é um procedimento simples que pode ser aplicado a todas as imagens da reportagem ao mesmo tempo.

III.3.5. Análise do conteúdo das imagens

Tendo em conta o volume da documentação fotográfica que ingressa no AHP anualmente, importa analisar as imagens quanto ao seu conteúdo, de forma a verificar se as reportagens se limitam ao número de imagens estritamente necessárias para documentar o objeto fotografado ou se há imagens redundantes ou repetidas. Embora neste trabalho não se justifique tratar a questão do vocabulário controlado, ela é muito importante e deverá vir a ser objeto de análise.¹⁰⁶

III.3.5.1. Reportagens de diferentes proveniências

Foram selecionadas para comparação duas reportagens em função da sua proveniência, uma produzida no âmbito das funções do GAREPI, outra, adquirida pelo arquivo no âmbito da sua função de documentar as alterações que se verificam no património arquitetónico da Assembleia da República.

O primeiro exemplo é de uma reportagem proveniente do GAREPI que documenta uma audiência da Presidente da Assembleia da República (PAR) ao Presidente do Tribunal de Contas.¹⁰⁷

A partir da observação do conjunto das imagens que constituem a reportagem pode constatar-se que estas são redundantes, existindo quatro imagens da PAR com o Presidente do Tribunal de Contas sem que se verifique um acréscimo de informação. Neste caso, em vez de sete imagens bastariam quatro para documentar o evento fotografado.

O segundo exemplo é da reportagem, atrás referida, adquirida pelo arquivo no âmbito da função de preservar a memória do património arquitetónico do Palácio de

¹⁰⁶ Veja-se por exemplo o estudo de Ana Marta Guerreiro, “A utilização de vocabulário controlado para indexação como estratégia para a recuperação de informação nos arquivos fotográficos: Os arquivos do órgão de soberania, o Presidente da República”, Maio 2013.

¹⁰⁷ ANEXO IX– Reportagem produzida no âmbito das funções do GAREPI

São Bento, que documenta a recém-inaugurada sala onde está instalado o novo centro de acolhimento ao cidadão. Nesta reportagem as imagens são aquelas estritamente necessárias para documentar o objeto fotografado, fornecem diferentes ângulos do espaço sem que haja redundância na informação.¹⁰⁸

III.3.5.2. Número de imagens por reportagem

Ainda no âmbito da análise do conteúdo das imagens é importante analisar o número de imagens por reportagem. Para esta análise foram selecionadas as reportagens produzidas no mês de julho de 2013 que estão descritas no ANEXO VIII.¹⁰⁹

No mês de julho foram realizadas 33 reportagens produzidas no âmbito da atividade do GAREPI e 4 reportagens encomendadas pelo AHP.¹¹⁰

O número de imagens por reportagem é muito variado. Nas reportagens provenientes do GAREPI varia entre 4 e 108 imagens por reportagem. Nas reportagens adquiridas pelo arquivo a variação é menor, entre 7 e 20 imagens.

Deste quadro selecionaram-se para uma análise mais detalhada do conteúdo das imagens algumas reportagens com o objetivo de verificar se há imagens repetidas ou redundantes. A seleção destas reportagens teve por base dois critérios: abranger diferentes tipos de eventos e o número de imagens por reportagem. Tendo em conta o número de imagens por reportagem, foram selecionadas duas reportagens com um número elevado de imagens e duas reportagens com um número menor de imagens.

Entre as reportagens com um número elevado de imagens foram selecionados dois tipos de eventos distintos, o Concerto de Encerramento da Sessão Legislativa pela Orquestra Juvenil de Pevidém (81 imagens) e a Conferência sobre Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política (86 imagens).

Com menor número de imagens foram selecionados as reportagens sobre o Almoço da Comissão de Negócios Estrangeiros com o Embaixador da China (4 imagens) e a Audiência da PAR com o Embaixador da Irlanda (6 imagens).

¹⁰⁸ ANEXO X - Reportagem produzida no âmbito das funções do Arquivo Fotográfico

¹⁰⁹ ANEXO VIII - Ingresso de reportagens em julho de 2013

¹¹⁰ As imagens foram incluídas na tese com autorização superior. As que contêm público anónimo foram alteradas de forma a não identificar as pessoas fotografadas (figuras 48 a 53).

Na análise da reportagem relativa ao Concerto de Encerramento da Sessão Legislativa pela Orquestra Juvenil de Pevidém podem observar-se nas figuras 24 a 30 várias imagens com conteúdo idêntico que não acrescentam nenhuma informação. Destacam-se algumas fotografias que se apresentam com maior detalhe para se observar a semelhança entre as imagens: figuras 31 e 32, figuras 33 e 34, figuras 35 e 36, figuras 37 e 38 e ainda as figuras 39 a 42, quatro imagens onde aparece uma solista a cantar de costas.

Na análise da reportagem relativa à realização da Conferência sobre Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política (Anexo IX) podem encontrar-se seis imagens do público, algumas da mesma perspetiva, como se pode observar nas figuras 48 a 53. Quanto aos oradores, em vez de dois, apenas um retrato de cada um seria suficiente como se pode ver nas figuras 56 e 57, 58 e 59.

Na reportagem sobre o almoço da Comissão de Negócios Estrangeiros (CNECP) com o Embaixador da China (Anexo X), apenas com 4 imagens, podemos encontrar duas imagens idênticas como se pode observar nas figuras 63 e 64. O retrato que se pode ver na figura 65 acrescenta uma nova pessoa não tinha sido retratada, no entanto, devido à ausência da metainformação descritiva, o arquivo apenas conseguiu identificar as duas pessoas (o Embaixador da China e o presidente da CNECP) que já tinham aparecido nas fotografias anteriores e que são mais fáceis de identificar no contexto em causa. A questão que se levanta é se interessará guardar uma fotografia que a informação que acrescenta é apenas retratar mais uma pessoa que não se consegue identificar.

Para terminar, analisando as imagens relativas ao encontro da PAR com o Embaixador da Irlanda (anexo 11), apenas com sete imagens, existem três retratos da PAR com o Embaixador da Irlanda que não acrescentam nenhuma informação, umas em relação às outras, como se pode observar nas figuras 68 a 70.

Desta análise podemos constatar que nas quatro reportagens, independentemente do número de imagens que as compõem, existem imagens redundantes.

Com a tecnologia digital há um aumento do volume de produção de imagens que não têm correspondência na qualidade técnica e estética das imagens.

CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE REGULAMENTO

IV.1 Elaboração da proposta de regulamento

Este trabalho tem como objetivo a elaboração de um documento que regule o ingresso da documentação fotográfica digital e contribua para tornar o processo mais simples, diminuindo a intervenção da parte do arquivo no momento do ingresso da documentação fotográfica digital. E deste modo, evitar a necessidade de selecionar imagens ou de migrar imagens para os formatos mais adequados para arquivo.

Neste capítulo pretende-se elencar os problemas que foram detetados na sequência da análise efetuada ao acervo do AFP e procurar explicar de que forma é que o regulamento pode contribuir para a sua resolução.

A partir da análise ao acervo digital do AFP detetou-se um grande volume de ingressos de documentação fotográfica digital, ausência de metainformação e utilização de formatos que não reúnem as características ideais para um formato de arquivo. As situações descritas têm impacto no tratamento e gestão da informação com consequências na sua recuperação e acesso, na autenticidade e na preservação ao longo do tempo das imagens digitais.

Relativamente ao acesso, o aumento do volume da documentação fotográfica e a ausência de metainformação descritiva dificultam a gestão e a recuperação da informação.

Para corrigir esta situação, optou-se por incluir no regulamento de ingresso uma limitação do número de imagens entregues por reportagem com o objetivo de diminuir o volume dos ingressos relativamente àquele que se verifica atualmente. Esta limitação não será quantitativa, mas qualitativa, através da exigência de que o número de imagens seja o estritamente necessário para documentar o objeto fotografado e proibindo a existência de imagens repetidas. A elaboração de uma tabela indicativa do número de imagens em função do tipo de reportagem poderá não ser necessária, tendo em conta que o impedimento de existirem imagens repetidas poderá ser suficiente para que haja uma diminuição significativa do volume de documentação fotográfica.

Desta forma também se evita incorrer no risco de estar a interferir no processo criativo do autor, ultrapassando a fronteira do aconselhamento técnico que é esperado do arquivista.

Luís Pavão¹¹¹, fotógrafo, quando questionado sobre a entrega de imagens repetidas, defende que o autor deve ser responsabilizado e que tem obrigação de entregar um trabalho finalizado e sem repetições. Não é viável responsabilizar o arquivo pela seleção das imagens que melhor ilustram a reportagem.

Outra consequência do aumento do volume é a diminuição da qualidade estética das imagens. Ao reduzir o número de imagens àquelas estritamente necessárias para documentar o objeto fotografado, também se obriga o autor a ser mais cuidadoso com a qualidade das imagens que entrega no arquivo.

O volume da documentação fotográfica também tem consequências na recuperação da informação, para colmatar este problema há que corrigir outra situação que foi detetada: a ausência de metainformação descritiva.

O tratamento e a descrição das imagens serão facilitados se for exigido que as imagens tenham metainformação descritiva embebida no ficheiro. Por isso no regulamento serão definidos campos de metainformação descritiva de preenchimento obrigatório.

O *standard* de metainformação selecionado foi o IPTC devido à sua utilização generalizada e à sua presença nas aplicações da Adobe que estão acessíveis aos fotógrafos.

Quanto às palavras-chave, deverá ser disponibilizada uma lista controlada de descritores pelo arquivo aos fotógrafos e a sua aplicação deverá ser validada pelo arquivo.

Também se verificou que os formatos existentes no AHFOTOSRV não são os mais adequados para arquivo. Assim também constarão no regulamento os formatos

¹¹¹ Luís Pavão trabalha com fotografia desde 1979. Em 1982, fundou a Luís Pavão Limitada, hoje empresa de referência em Portugal na conservação e digitalização de coleções de fotografia, estando a digitalizar o acervo fotográfico da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2003. Também é coordenador do Mestrado em fotografia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar e responsável pelo núcleo fotográfico do arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Autor de vários livros, nomeadamente, da obra “Conservação de colecções de fotografia” (1997), referência para entidades que dispõem de coleções de fotografia que devem ser conservadas. Foi entrevistado no dia 24 de setembro de 2013.

de ficheiros que serão aceites pelo arquivo. Será solicitada a entrega das imagens num formato com alta resolução para arquivo e um formato com baixa resolução para consulta.

Como se pode ver no quadro, Franch aceita formatos com alguma compressão, nomeadamente a compressão LZW, no entanto, tendo em conta outras fontes atrás referidas, consideramos que a melhor opção para os ficheiros de arquivo será a utilização de formatos com total ausência de compressão, como é o caso do formato TIFF 6.0, sem compressão.

A qualidade técnica da imagem deverá constar no regulamento. Neste ponto será exigida uma maior resolução ótica do que aquela que é preconizada nas normas de ingresso dos NARA. Hoje em dia os dispositivos fotográficos já fazem imagens com 18 megapixéis, por isso seguiremos a recomendação de Franch no que diz respeito a este ponto, adotando a resolução mínima de 16 megapixéis.

De acordo com a política definida pelos NARA, os ficheiros têm que preencher requisitos mínimos de qualidade. Devem incluir metainformação descritiva (número de identificação único, legenda, autor, informação sobre copyright) e metadados técnicos (formato do ficheiro, tamanho da imagem, informação EXIF).¹¹²

¹¹² NARA, cit. 63

IV.2 Regulamento de ingresso de documentação fotográfica no AHP.

REGULAMENTO DE INGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA NO AHP

1.INTRODUÇÃO

O presente regulamento tem como objetivo estabelecer as regras para o ingresso de imagens digitais no Arquivo Fotográfico Parlamentar.

2. ÂMBITO

O presente regulamento aplica-se ao ingresso de fotografias digitais produzidas pelos serviços da Assembleia da República no âmbito da sua atividade e que tenham sido selecionadas para conservação permanente.

2.1 Aplicação

Este regulamento aplica-se a fotografias digitais criadas com configurações de resolução de imagem adequadas para a preservação continuada.

Os requisitos específicos para a imagem de alta resolução e para conservação permanente estão descritos no ponto 3.4.1.

Os requisitos específicos para a imagem de baixa resolução, adequada à consulta estão descritos no ponto 3.4.2.

2.2 Exclusões

Não serão aceites os seguintes tipos de documentos fotográficos digitais:

- Fotografias embebidas em aplicações como processadores de texto e folhas de cálculo;
- Formatos que não sejam o JPEG para visualização e o TIFF para arquivo.

3. REQUISITOS DE INGRESSO DAS IMAGENS DIGITAIS

A partir da data de entrada em vigor do presente regulamento, o arquivo só aceitará documentação fotográfica que preencha os requisitos definidos. No ponto 3 são listados os tipos de formatos (3.3), as características técnicas da imagem (3.4) e a metainformação associada (3.5).

Algumas imagens poderão ser integradas sem preencherem os requisitos que em seguida se definem pelo seu interesse documental extraordinário ou originalidade. Os casos excepcionais terão que ser analisados pelo arquivista, tendo em conta a recomendação do fotógrafo ou do serviço produtor.

3.1 Requisitos gerais

As câmaras fotográficas deverão estar corretamente configuradas nas funções de data e hora.

As imagens deverão ser organizadas em reportagens.

Os fotógrafos deverão visionar a totalidade das imagens entregues e eliminar fotografias repetidas, redundantes e sem qualidade.

O conjunto das imagens deverá ser o estritamente necessário para representar o objeto da reportagem.

As reportagens podem ser entregues em disco ótico (CD ou DVD) ou através dos meios disponibilizados pela internet para transferência de grandes volumes de dados que são adequados para a transferência de imagens.

3.2 Nomeação dos ficheiros

A nomeação dos ficheiros será efetuada pelo AHP.

Os ficheiros deverão ter a extensão do formato no nome.

3.3 Formatos

Deverão ser entregues dois formatos de ficheiros por imagem. Um no formato para arquivo, outro no formato de consulta. Serão especificados nos pontos 3.3.1 e 3.3.2, respetivamente.

Outros formatos poderão vir a ser adicionados em alterações futuras deste regulamento.

3.3.1 Formato de arquivo: TIFF sem compressão, para imagens produzidas após a entrada em vigor deste regulamento.

3.3.2 Formato de consulta: JPEG, para imagens produzidas após a entrada em vigor deste regulamento.

3.4 EXPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA IMAGEM

3.4.1 Ficheiros TIFF (arquivo)

3.4.1.1 Resolução ótica: 16 megapixéis

3.4.1.2 Perfil de cor: Adobe RGB 1998

3.4.1.3 Profundidade: 8 bits

3.4.1.4 Dimensões mínimas: 3000 pixéis x 2000 pixéis

3.4.1.5 Resolução: 300 dpi

3.4.2 Ficheiros JPEG (consulta)

3.4.2.1 Resolução ótica: 1 megapixel

3.4.2.2 Perfil de cor: sRGB

3.4.2.3 Profundidade: 8 bits

3.4.2.4 Dimensões máximas: 1200 pixéis x 800 pixéis

3.4.2.5 Resolução: 72 dpi

3.5 METAINFORMAÇÃO EMBEBIDA NO FICHEIRO.

3.5.1 Metainformação técnica

A metainformação técnica gerada no momento de captura da imagem deverá permanecer embebida no ficheiro:

- Formato
- Tamanho da imagem
- Informação EXIF

3.5.2 Metainformação descritiva

Os seguintes elementos do *standard* IPTC deverão estar embebidos no ficheiro no momento do ingresso: autor, título, descrição, palavras-chave, cargo, copyright, autor da descrição e instruções (opcional)

- No campo relativo ao autor (*creator*) deve constar o nome do fotógrafo.
- No campo relativo ao título (*title*) deverá ser atribuído um título à reportagem.
- No campo relativo à descrição (*description*) deverá ser feita uma breve descrição do conteúdo iconográfico de modo a responder às seguintes questões: quem, o quê, porquê e onde.

- Para as palavras-chave (*Keywords*) o AFP fornecerá uma lista controlada de palavras-chave para orientar os fotógrafos no seu preenchimento, com o objetivo de identificar o tema.
- Quanto ao copyright deve vir com o símbolo ©.
- O autor da descrição (*description writer*) também deverá ser preenchido.
- No cargo (*Job title*) colocar a sua relação com a instituição.
- No campo instruções (*instructions*) o produtor poderá colocar informação que considere pertinente para o recetor.

CONCLUSÃO

O impacto e os desafios que a introdução da tecnologia digital trouxe para a gestão e conservação dos arquivos de fotografia podem sintetizar-se no aumento do volume de imagens, na intermediação e na obsolescência tecnológica que marcam a realidade da fotografia digital.

Fruto da necessidade de migrar formatos e refrescar suportes, alteram-se os conceitos de original e de autenticidade. A preservação passa a ser uma rotina que acompanha o ciclo de vida do documento desde o início.

A natureza dinâmica dos arquivos digitais e a manipulação necessária para a sua preservação implicam que o arquivista tenha um papel mais ativo e contínuo.

A par da escolha dos formatos dos ficheiros e dos suportes de armazenamento, ganha relevo a necessidade de metainformação descritiva e técnica para facilitar a recuperação em grandes volumes de informação, assegurar o acesso ao longo do tempo e garantir a autenticidade da documentação fotográfica digital.

O aumento do volume de fotografias torna a seleção mais difícil e importante, o fotógrafo deverá limitar o número de imagens que entrega, garantindo a qualidade e representatividade do produto que entrega.

As pesquisas efetuadas, a par das necessidades sentidas a partir da observação efetuada no AHP, levaram à decisão de elaborar uma proposta de regulamento para orientar o ingresso da documentação fotográfica digital que inclua a definição de formatos, suportes, parâmetros relativos às características técnicas das imagens, metainformação associada e limite qualitativo do número de imagens por reportagem.

A opção por um limite qualitativo do número de imagens poderá ser revista, caso não se atinja o objetivo de reduzir consideravelmente o número de imagens digitais que ingressam no AHP. Se tal se verificar, concorda-se com Luís Pavão acerca da necessidade de elaborar uma tabela onde conste o número máximo de imagens aceite para cada tipo de evento.

A necessidade de migrar as imagens em JPEG para um formato TIFF não comprimido poderá ter que ser equacionada. O objetivo deste procedimento não é

melhorar a qualidade dos ficheiros, mas estancar a perda de qualidade característica dos formatos JPEG, sempre que são abertos ou copiados.

Relativamente ao que Franch aconselha como suporte de entrega das imagens, acrescentaram-se os meios de transferência de grandes volumes de dados que são adequados para a transferência de imagens, disponíveis na internet (*wetransfer* ou *dropbox*). Estas novas tecnologias são exemplo da rapidez da evolução tecnológica que há cinco anos atrás não eram referidas por Franch e hoje em dia são de utilização corrente.

O objetivo foi elaborar uma proposta de regulamento que reflita apenas as preocupações mais essenciais, de modo a assegurar a sua exequibilidade e para eliminar possíveis resistências a um regulamento muito complexo.

Foram incorporadas sugestões de várias partes interessadas para que dessa inclusão resulte um maior sentimento de pertença relativamente ao presente regulamento.

Ao longo do trabalho foi sentida uma constante necessidade de ajuda técnica por parte de fotógrafos, o que revela a necessidade de uma interdisciplinaridade. É necessário estabelecer parcerias com os fotógrafos e com os técnicos de informática, ou seja, constituir uma equipa multidisciplinar em que o arquivista poderá fazer a ponte.

A dificuldade sentida na compreensão dos parâmetros da qualidade técnica da imagem, poderá ser colmatada com a implementação de um controle de qualidade técnica das imagens garantido por um técnico de fotografia, dado que um arquivista não tem competências técnicas para essa avaliação.

As dificuldades com as questões técnicas foram especialmente sentidas em relação aos formatos, às qualidades técnicas da imagem e à metainformação.

A diversidade de formatos existentes e a sua escolha constituiu um problema. A possibilidade da utilização do formato RAW como formato de arquivo, referida na literatura¹¹³, levantou dúvidas quanto à sua inclusão, a par do formato TIFF, como formato de arquivo.

¹¹³ BUSHEY, Jessica, cit. 21, p. 135; BOND, Trevor James, cit. 11, p.128

O trabalho concentrou-se no momento da captura e ingresso no arquivo, não perdendo de vista a necessidade de implementar rotinas de preservação. No entanto considera-se que este momento é fundamental para que as etapas seguintes possam ser implementadas. Com a fotografia digital tem que se agir a partir do momento da produção, a salvaguarda deste momento garantirá o acesso e a preservação desta documentação ao longo do tempo.

O arquivo deve garantir que os cadernos de encargos e contratos que se firmem com os fotógrafos já estejam de acordo com as exigências do regulamento.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Sharon - Preserving authenticity in the digital age, **Library Hi Tech** [Em linha] Volume 28, n.º4 (2010), p. 595–604. . [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: [10.1108/07378831011096259](http://dx.doi.org/10.1108/07378831011096259)>. ISSN: 0737-8831

ANDERSON, Cokie - Digital Preservation: Will Your Files Stand the Test of Time?. **Library Hi Tech News**, [Em linha]. Volume 22 n.º 6, (2005) p.9–10. [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: [10.1108/07419050510620226](http://dx.doi.org/10.1108/07419050510620226)>. ISSN: 0741-9058.

BARBEDO, Francisco, et al - Recomendações para a elaboração de Planos de Preservação Digitais [Em linha]. 2ª Edição. Lisboa: DGARQ, 2010. [Consult. 30 Setembro 2012]. Disponível em: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/PlanoPreservacaoDigital_V2-02.pdf

BOADAS, Joan, CASELLAS, Lluís-Esteve, SUQUET, M. Àngels – Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas, Girona: CCG Ediciones, 2001. 426 p. ISBN 84-95483-11-4

BOND, Trevor James - Collection development for digital photographs, in **Library Review**, [em linha] Vol. 56 n.º 2 (2007), p. 127 – 133, [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: [10.1108/00242530710730312](http://dx.doi.org/10.1108/00242530710730312). ISSN: 0024-2535.

BUSHEY, Jessica - He Shoots, He Stores: New Photographic Practice in the Digital Age, In **Archivaria, The Journal of the Association of Canadian Archivists** [em linha] Volume 65 (Spring 2008) pp. 125–149 [Consulta 30 de setembro 2013]. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13172/14432>. ISSN: 1923-6409.

CHARBONNEAU, Normand - The Selection of Photographs, in **Archivaria** [em linha] Volume 59 (Spring 2005) p.119-138. [Consulta 30 de Setembro 2013]. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12504/13628>. ISSN: 1923-6409.

CHARBONNEAU, Normand, ROBERT, Mario - La description des photographies. In **Archives** [em linha], Volume 30, n.º 1 (1998-1999) p. 25-43. [Consulta 30 de setembro 2013]. Disponível em:

http://www.archivistes.gc.ca/cora/afficheFic.php?fic=vol30_1%2F30-1-charbonneau-robert.pdf&usager_id=. ISSN 0044-9423

CHARBONNEAU, Normand; ROBERT, Mario – Des Archives Photographiques. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2003. 306 p. ISBN 2-7605-1068-9

CLARK, Susie; FREY, Franziska - Care of Photographs [Em linha] European Commission on Preservation and Access, 2003. [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: <http://www.ica.org/?lid=5735>

COUTURE, Carol – “Les Fonctions de l’archivistique contemporaine”. 2005 presses de l’Université du Québec pp. 373-428. ISBN 2-7605-0941-9

Expanding Acceptable Transfer Requirements: Transfer Instructions for Permanent Electronic Records. Digital Photographic Records. [Em linha]. EUA: NARA, 2003. [consult. 30 setembro 2013]. Disponível em <http://www.archives.gov/records-mgmt/initiatives/digital-photo-records.html>

FERREIRA, Miguel - Introdução à preservação digital. Conceitos, estratégias e actuais consensos, [Em linha]. Guimarães, Portugal: Editora Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. . [Consult. 30 Setembro 2013]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. ISBN 972-8692-30-7 978-972-8692-30-8.

FRANCH, David – La fotografia digital en los archivos : Qué es y como se trata. Ediciones Trea: Gijón, 2008. 170 p. ISBN 978-84-9704-377-9

GADOURY, Nancy - L'évaluation des photographies en format numérique, In **Archives**, [em linha], Volume 41, N. º 1(2009-2010) p.32-43 [Consulta 30 de setembro 2013]. Disponível em: http://www.archivistes.gc.ca/cora/afficheFic.php?fic=vol41_1/41_1_gadoury.pdf. ISSN 0044-9423.

Graphics File Formats Digital Preservation guidance note 4. [Em linha].UK: The National Archives (2008). [consult. 30 setembro 2013]. Disponível em:

HENRIQUE, Sónia Isabel Duarte Pereira - O lugar da fotografia nos arquivos: uma proposta de reavaliação, 2001, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5425>

<http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/graphic-file-formats.pdf>

LEARY, William H. - The Archival appraisal of photographs: a RAMP study with guidelines. [Em linha] Paris: UNESCO, 1985. [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000637/063749eo.pdf>

LEVY, Denise - The Challenges of Appraising Photographs, **Journal of Advanced Appraisal Studies**, [Em linha]. (2009) P.117-134 [Consult. 30 setembro 2013]. Disponível em: http://www.artfindnyc.com/pdf/DeniseLevy_ChallengesOfAppraisingPhotographs.pdf

LUSENET, Yola, Long term access to the digital world - From journal to web, Paper for seminar of European Association of Science Editors, Barcelona May 2004, disponível em: <http://www.ica.org/?lid=5704>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - Manual de investigação em ciências sociais. 4a ed. Lisboa : Gradiva, 2005. 282 p. ISBN 972 662 275 1.

RIECKS, David – IPTC Core Schema for XMP, International Press Telecommunications Council, 2005.

SANTOS, Luís Miguel Oliveira - Os novos territórios da fotografia: os arquivos fotográficos e a fotografia digital, 2009, Universidade de Aveiro, disponível em: <http://ria.ua.pt/handle/10773/1181>

SCHWARTZ, Joan M. - We Make Our Tools and Our Tools Make Us: Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats, in *Archivaria* [em linha] Volume 40 (Fall 1995) p.40-74. [Consulta 30 de Setembro 2013]. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewfile/12096/13082>

UPDIG Universal picture digital imaging guidelines, Image Receivers guidelines [em linha] Disponível em: http://www.updig.org/pdfs/updig_image_receivers_guidelines_v40.pdf

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ingresso de fotografias digitais no AFP no período entre 2012/2013	31
Quadro 2 - Protocolo para transferências de imagens digitais	34
Quadro 3 - Comparação das características técnicas	35
Quadro 4 - Totais dos ingressos entre 2012/2013	36
Quadro 5 - Metadados IPTC	38

ANEXO I

REGRAS PARA A TRANSFERÊNCIA DE IMAGENS DIGITAIS DOS NARA

Expanding Acceptable Transfer Requirements: Transfer Instructions for Permanent Electronic Records Digital Photographic Records

Issued November 12, 2003

1.0 PREFACE

As part of the Electronic Records Management (ERM) E-Gov Initiative to improve electronic records management in Federal agencies, and in cooperation with other Federal agencies, NARA is issuing guidance to supplement current requirements in 36 CFR 1228.270 for transferring permanent electronic records to NARA.

This guidance expands currently acceptable formats to enable the transfer of permanent digital photographic records to NARA. The specific requirements below build upon the existing requirements for audiovisual records in 36 CFR 1228.266 and 36 CFR Part 1232, which are applicable where appropriate.

2.0 INTRODUCTION

Digital photography is a priority electronic records format identified by NARA and partner agencies as part of the Electronic Records Management (ERM) initiative, one of the twenty-four E-Gov initiatives under the President's Management Agenda. A major goal of this initiative is to provide the tools for agencies to access electronic records for as long as required and to transfer permanent electronic records to NARA for preservation and future use by government and citizens.

In Fiscal Years 2002 and 2003, NARA worked with several Federal agencies to develop and promulgate transfer guidance for three formats: (1) e-mail with attachments, (2) scanned images of textual records, and (3) records in Portable Document Format (PDF). For more information on NARA's E-Gov ERM Initiative and the completed products, please visit our web site at: <http://www.archives.gov/records-mgmt/initiatives/erm-overview.html>.

3.0 SCOPE

This guidance applies to digital photographic records that have been appraised and scheduled for permanent retention at NARA. Included under the scope of this guidance are still photographs of natural, real-world scenes or subjects created in

support of agency business that are:

produced from digital cameras (excluding the types of records described below), and

scanned images of photographic prints, slides, and negatives.

3.1 Inclusions

The guidance applies to master image files of digital photographs¹ created using medium to high quality resolution settings appropriate for continued preservation. Specific requirements and guidelines for medium quality image resolution are outlined in sections 5.3.3 and 5.3.4. High quality image resolution settings are described in sections 5.3.3.1 and 5.3.4.1.

3.2 Exclusions

The following digital photographic records will not be accepted for transfer under this guidance:

3.2.1 Low resolution photographs typically created for posting on agency web sites (i.e., all files created at less than 2 megapixels², or scanned as less than 2000 line files),

3.2.2 Digital photographs captured within office automation applications (e.g., word processing, spreadsheet, and presentation applications),

3.2.3 Digital photographic records such as aerial photography, and photogrammetric and satellite imagery,

3.2.4 Vector-based images, such as records created using graphic arts software or computer-aided design (CAD) applications.

4.0 EFFECTIVE DATES

The effective dates of these requirements are as follows and are based on when the records are created.

4.1 *November 12, 2003.* The requirements in this guidance (except those cited in 4.2

¹ Hereafter the terms "photographs" and "digital photographic records" will be used to describe digital camera files and scans of photographic prints, slides, and negatives.

² Megapixel is millions of pixels, which is a measurement calculated by multiplying the pixel array values for image width (in pixels) by image height (in pixels).

below) are effective November 12, 2003, for all permanent digital photographic records meeting the provisions of section 3.1.

4.2 *January 1, 2005.* The additional requirements in sections 5.3 and 5.4 (see below) apply to permanent digital photographic records created on or after January 1, 2005. The effective date of these provisions has been deferred to allow agencies time to implement them:

Image resolution and size specifications for digital camera photographs (section 5.3.3.1)

Image resolution and size specifications for scanned images of photographs (section 5.3.4.1)

Restrictions against re-sizing or interpolating digital photographs (section 5.3.5)

Compression level settings for JPEG files (section 5.3.7.1)

Transfer of first generation JPEG files (section 5.3.8)

Additional technical metadata to be supplied with transferred records (section 5.4.4)

5.0 TRANSFER REQUIREMENTS FOR DIGITAL PHOTOGRAPHIC RECORDS

Effective upon promulgation of these requirements, NARA will accept transfers of permanent digital photographic records that meet the specifications of this guidance. The requirements in sections 5.1 through 6.0 list acceptable image file formats, image quality specifications, transfer documentation, and related information on how to transfer these records to NARA.

NARA recognizes that legacy records and records whose disposition is changed from temporary to permanent may present unique circumstances for agencies. Any agency having permanent digital photographic records that do not meet the requirements in this guidance should contact the NARA appraisal archivist assigned to that agency (see [section 8.0](#)).

5.1 General Requirements

5.1.1 Digital photographic records acceptable for transfer to NARA must meet the provisions of section 3.1 and shall include still photographs produced by digital cameras and scanned images of photographs.

5.1.2 Digital photographic records must be scheduled for permanent retention and transfer to NARA on a *SF 115, Request for Records Disposition Authority*. The records must be organized as either a discrete collection of photographs or by agency records series.

5.2 Image File Format

5.2.1 NARA will accept digital photographic records in the following file formats and versions. Additional formats may be added in subsequent iterations of this guidance.

5.2.1.1 **Tagged Image File Format (TIFF)**, in 'II' format,³ versions 4.0 (April 1987), 5.0 (October 1988), and 6.0⁴ (June 1992). Default file extensions include .TIFF and .TIF.

5.2.1.2 **JPEG⁵ File Interchange Format (JFIF, JPEG)**, all versions compliant with International Standards Organization (ISO/IEC) standard *10918-1: Information Technology -- Digital Compression and Coding of Continuous-tone Still Images (1994)*. Default file extensions include .JPEG, .JFIF, and .JPG.

5.2.2 NARA prefers that agencies transfer digital photographic records with file names that use the default file extension for each of the above formats. Records may be accepted that are named according to agency-specific naming conventions (e.g., agency acronym or NARA-assigned record group number) provided the corresponding computer files can be opened and the agency has transferred to NARA adequate documentation describing the file name and format of the files.

5.3 Image Quality Specifications

5.3.1 Records must be provided as continuous-tone gray scale or color raster images,

³ In the 'II' format (i.e., *little-endian*), byte order is always from the least significant byte to the most significant byte.

⁴ For records created after the effective date of this guidance, TIFF version 6.0 is recommended and preferred. Versions 4.0 and 5.0 are acceptable. The reference specifications for version 6.0 are defined at <http://partners.adobe.com/public/developer/tiff/index.html#spec>.

⁵ The acronym JPEG stands for the Joint Photographic Experts Group, a standards committee formed in 1982 by the International Standards Organization (ISO) to research methods for electronically transmitting video, still images, and text.

8-bit or 16-bit per channel.

5.3.2 Color images must be produced in RGB (Red Green Blue) color mode as 24-bit or 48-bit color files.

5.3.3 Records created using **digital cameras** must be captured as 2 megapixel files or greater with a minimum pixel array⁶ of 1,600 pixels by 1,200 pixels. (Note: image resolution for digital camera files will vary according to the settings of the digital camera and may affect actual pixel dimensions and aspect ratios⁷).

5.3.3.1 Effective January 1, 2005, digital camera files must be captured as 6 megapixel files or greater with a minimum pixel array of 3,000 pixels by 2,000 pixels. Records produced at this resolution and size are comparable in quality to 35-mm film photographs, which is the minimum quality level for still pictures currently accepted by NARA [see 36 CFR 1228.266(b)].

5.3.4 Photographs must be **scanned** as minimum 2,000 line files⁸ to approximate a 2 megapixel file according to the following image size and resolution guidelines. (Note: image resolution for scanned images of photographs will vary according to the size of the source document, which may affect actual pixel dimensions and aspect ratios).

Scan an 8" x 10" original (print, slide or negative) at 200 dpi⁹ to produce a file that is 1,600 x 2,000 pixels.

Scan a 4" x 5" original (print, slide or negative) at 400 dpi to produce a file that is 1,600 x 2,000 pixels.

Scan a 35-mm original (print, slide or negative) at 1400 dpi to produce a file that is 1,300 x 2,000 pixels.

5.3.4.1 Photographs scanned after January 1, 2005, must be produced as minimum

⁶ Height and width of an image in pixels.

⁷ The proportion of an image's size given in terms of the horizontal dimension versus the vertical dimension.

⁸ 2000 line files describe digital photographs that are 2000 pixels across the long dimension of the image.

⁹ DPI denotes dots per inch, a measure of the resolution of electronic images, which is the term most commonly used in available hardware and software, and is most widely recognized and understood by the community.

3,000 line files¹⁰ to approximate a 6 megapixel file according to the following image size and resolution guidelines. Records conforming to these guidelines will be comparable in quality to 35-mm film photographs, which is the minimum quality level for still pictures currently accepted by NARA [see 36 CFR 1228.266(b)].

Scan an 8" x 10" original (print, slide or negative) at 300 dpi to produce a file that is 2,400 x 3,000 pixels.

Scan a 4" x 5" original (print, slide or negative) at 600 dpi to produce a file that is 2,400 x 3,000 pixels.

Scan a 35-mm original (print, slide or negative) at 2100 dpi to produce a file that is 2,000 x 3,000 pixels.

5.3.5 Effective January 1, 2005, agencies must ensure that digital cameras and scanners produce records with true optical resolution.¹¹ Resizing images or interpolating¹² to a higher resolution from a lower resolution for purposes of transfer will not be permitted.

5.3.6 NARA will accept digital photographs in TIFF file formats that are compressed using a lossless¹³ compression method (e.g., LZW, RLE). If available, NARA prefers that agencies transfer uncompressed versions of these files.

5.3.7 NARA will accept permanent digital photographs in the JPEG file format, which uses a lossy¹⁴ compression method, provided the records have been created using at least medium quality¹⁵ compression settings (or better).

5.3.7.1 Effective January 1, 2005, agencies must create JPEG files using at least high

¹⁰ 3000 line files describe digital photographs that are 3000 pixels across the long dimension of the image.

¹¹ True optical resolution is defined as the maximum or actual resolution of a device without recourse to interpolation. Interpolation (see note 12) that occurs as part of the normal operation of digital cameras is acceptable.

¹² The process of calculating greater or fewer pixels from existing pixels in order to resize an image as either larger or smaller.

¹³ Lossless refers to a method of image compression where there is no loss in quality when the image is compressed or uncompressed.

¹⁴ Lossy refers to a method of image compression where some image content is sacrificed in exchange for higher compression ratios.

¹⁵ While there is no standard or industry-recognized metric for determining medium quality, records created using this setting would reveal some degradation of the image without substantive loss of quality when viewed at normal size.

quality¹⁶ compression settings (or better).

5.3.8 Effective January 1, 2005, agencies must transfer to NARA first generation JPEG files that have not been degraded in quality by multiple revisions and re-saving. Making changes to JPEG files (e.g., altering the image size), and then re-saving them, can result in re-compression of the images, leading to additional data loss and degradation of image quality.

5.4 Transfer Documentation

This guidance supplements transfer documentation requirements in 36 CFR 1228.270(e) to ensure that transfers of digital photographic records are clearly identified and described. For all such transfers, agencies must submit a signed *Standard Form 258, Agreement to Transfer Records to the National Archives of the United States (SF 258)*, as required by 36 CFR 1228.272.

5.4.1 For each transfer, agencies must supplement the SF 258 with additional information identifying the number of files in the transfer, the size (in bytes) of these files, and the logical arrangement of the files (e.g., by subject or date).

5.4.2 Agencies must provide *descriptive* information about the records (i.e., metadata)¹⁷. NARA prefers that this information be captured for each image in the image header, but will accept transfers of records with this information in the accompanying documentation. Specific information required includes, but is not limited to:

5.4.2.1 *Unique photograph identification number.* Identify each individual photograph with a unique identification number and/or file name. If agency-specific naming conventions are used, documentation must be provided describing these standards.

5.4.2.2 *Caption.* Provide narrative text describing each individual image in order to understand and retrieve it. Standard caption information typically includes the "who,

¹⁶ While there is no standard or industry-recognized metric for determining high quality, records created using this setting would reveal no noticeable loss of quality or image degradation when viewed at normal size.

¹⁷ Examples of descriptive metadata elements include Dublin Core and International Press Telecommunications Council (IPTC) metadata.

what, when, where, why" about the photograph.

5.4.2.3 *Photographer*. Identify the full name (and rank, if military) and organization (agency, if Federal) of the photographer credited with the photograph, if available.

5.4.2.4 *Copyright*. Indicate for each image whether there is a restriction on the use of that image because of a copyright or other property rights. Agencies must provide, if applicable, the owner of the copyright and any conditions on the use of the photograph(s), such as starting and ending dates of the restriction.

5.4.3 Agencies also must provide *technical* information about the records (i.e., metadata). NARA prefers that this information be captured for each image in the image header, but will accept transfers of records with this information in the accompanying documentation. Specific information required includes, but is not limited to:

5.4.3.1 *File format*. List the file format and version (if applicable) of each image file transferred to NARA.

5.4.3.2 *Bit depth*. Identify the bit depth of the transferred files according to the provisions of sections 5.3.1 and 5.3.2.

5.4.3.3 *Image size*. Specify the image height and width of each image in pixels according to the provisions of sections 5.3.3 and 5.3.4.

5.4.4 For digital photographs created after January 1, 2005, agencies must supply the following additional technical information, preferably as part of each image's header. Agencies currently capturing this information must provide it with the above-cited documentation.

5.4.4.1 *Image source*. Identify the original medium used to capture the images (i.e., the make and model of the digital camera or the make and type of the film used).

5.4.4.2 *Compression*. Identify the file compression method used (if applicable) and the compression level (e.g., medium, high) selected for the image(s).

5.4.4.3 *ICC/ICM profile*.¹⁸ Provide custom or generic color profiles, if available, for the

¹⁸ The International Color Consortium (ICC) and Microsoft Windows Image Color Management (ICM) profiles define industry standard methods of generating and interpreting numeric values that describe

digital camera or scanner used [e.g., sRGB (standard Red Green Blue)].

5.4.4.4 *EXIF information*.¹⁹ If available, preserve and transfer to NARA the Exchangeable Image File Format (EXIF) information embedded in the header of image files (as TIFF tags or JPEG markers) by certain digital cameras (e.g., make and model of the digital camera).

5.4.5 Agencies must provide all external finding aids for the transferred digital photographic records in formats approved by NARA with the appropriate documentation required by 36 CFR 1228.266(e) and 1228.270(d). Finding aids include database files, thumbnail indexes, shelf lists, caption cards, and other documentation necessary or helpful in properly identifying, retrieving, and using the records.

5.4.6 For scanned images of photographs, agencies must supply a description of the quality control inspection process, and a report on the results of the last inspection performed on the records and the date of that inspection. As part of the report, agencies should visually inspect a sample of the images for defects, evaluate the accuracy of finding aid data, verify file header information and file name integrity, and completeness of the images in the transfer.

5.4.6.1 For inspections conducted after the effective date of this guidance, agencies must use one of the quality sampling methods presented in ANSI/AIIM, *Sampling Procedures for Inspection by Attributes of Images in Electronic Image Management and Micrographic Systems* (ANSI/AIIM TR34-1996).²⁰

6.0 TRANSFER MECHANISMS

6.1 Agencies may transfer digital photographic records using any of the approved media or methods listed in 36 CFR 1228.270(c).²¹

6.2 Digital photographic records must not be compressed (e.g., Winzip, PKZIP) or aggregated (e.g., TAR) for purposes of transfer unless NARA has approved the transfer

color for digital screens, scanners, and output devices to ensure color consistency across platforms and devices.

¹⁹ Detailed technical information on the EXIF standard can be found at <http://www.exif.org>.

²⁰ AIIM standards may be obtained from the Association of Information and Image Management, 1100 Wayne Avenue, Suite 1100, Silver Spring, MD 20910. The standards can be ordered online at <http://www.aiim.org/>.

²¹ <http://www.archives.gov/about/regulations/regulations.html>

in compressed or aggregated form in advance. In such cases, NARA may require the agency to provide the software to decompress the records [see 36 CFR 1228.270(d)].

7.0 LEVELS OF ACCESS

NARA will provide access to the creating agency and to all researchers requesting digital photographic records accessioned from Federal agencies, subject to review of content for FOIA exemptions as is feasible. While compliance with these requirements will improve future access to accessioned digital photographic records, NARA's ability to provide access to certain records will vary according to their hardware and software dependencies. At the present time, NARA provides users with a copy of fully releasable electronic record files on any of the media currently approved by NARA. For digital photographic records transferred to NARA, the user will be responsible for obtaining the necessary hardware and software to view the records.

8.0 CONTACT INFORMATION

For assistance in scheduling digital photographic records, or to discuss how to handle permanent digital photographic records that do not meet the specifications in section 3.0, please contact your agency appraisal archivist in the Life Cycle Management Division (NWML). The NWML general telephone number is 301-837-3560.

For assistance in transferring digital photographic records to NARA, please contact the Electronic and Special Media Records Services Division (NWME), 8601 Adelphi Road, College Park, MD 20740. The general telephone number is 301-837-3420.

ANEXO II

REGULAMENTO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO



REGULAMENTO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

I - Âmbito de aplicação

- 1 - O presente regulamento estabelece as normas de funcionamento do Arquivo Fotográfico (AF) da Assembleia da República (AR).
- 2 - O AF depende do Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) da AR e é um serviço público.
- 3 - O AF visa reunir numa só estrutura toda a informação documental fotográfica produzida ou reunida pelos diferentes serviços da AR, no âmbito da sua atividade.
- 4 - O AF promove também o enriquecimento do seu espólio fotográfico, através de uma política de aquisições.
- 5 - O AF organiza o seu espólio e descreve-o permitindo uma recuperação de informação eficaz pelos utilizadores.

II - Competências e missão

- 1 - Compete ao AF zelar pela boa conservação física das espécies fotográficas em depósito, através das seguintes medidas:
 - a) Criação e controlo de adequadas condições ambientais e de segurança;
 - b) Limpeza e restauro das espécies fotográficas e seu acondicionamento em unidades de instalação adequadas;
 - c) Controlo e garantia das condições para um manuseamento cuidadoso das espécies fotográficas;

d) Controlo das espécies em suporte digital, nomeadamente através de uma política de *backup* e de migrações que permita manter a informação ao longo do tempo;

e) Promoção da reprodução de imagens, através das tecnologias mais adequadas, tendo em vista a preservação e salvaguarda dos originais.

2 – O espólio fotográfico do Parlamento está reservado à utilização na sua própria atividade, ou em atividades cívicas ou culturais desde que devidamente autorizadas.

III - Acesso e comunicação

1 - O espólio fotográfico encontra-se conservado e acondicionado nos depósitos do AHP.

2 - O atendimento e acesso às espécies fotográficas são assegurados:

a) Na sala de leitura do AHP, através de uma base de dados sistematizada. Para tal o utilizador terá à sua disposição um posto informático que lhe permite o acesso a essa base de dados. Existe, ainda, um repositório digital a que o utilizador poderá ter acesso, caso queira ver alguma imagem em alta resolução;

b) Através do acesso *on line* em www.parlamento.pt

3 - O manuseamento de materiais fotográficos originais não será permitido.

4 - A cedência de imagens pelo AF efectuar-se-á pelos meios técnicos mais convenientes, preferencialmente em suporte digital, estando sujeita às taxas em vigor, segundo a tabela de preços.

5 - É vedada a possibilidade do uso de equipamento portátil, informático ou audiovisual do próprio, para efeito de digitalização, cópia ou reprodução de imagens do AF, ficando o utilizador sujeito aos formatos disponibilizados pelo AF.

6 - O horário de atendimento do AF é o mesmo do AHP – 9.30 às 18h, sem interrupção para almoço.

IV - Empréstimo

As espécies fotográficas originais existentes no AF, apenas podem sair do depósito por via de empréstimo, nas seguintes condições:

- a) Quando o AF não possibilitar as condições técnicas que permitam uma reprodução da imagem com qualidade para os fins previstos;
- b) Mediante autorização do dirigente responsável, se as espécies a sair se destinam a utilização em espaço físico da AR e sob responsabilidade do Serviço requerente.

V - Reprodução e cedência de imagens

1 - Qualquer serviço da AR pode solicitar a reprodução de fotografias ao AF, por meio de requisição interna ou através de email.

2 - No caso das entidades externas, públicas e privadas, a permissão de reprodução e cedência fica sujeita a autorização do Diretor do AHP, mediante pedido efetuado em formulário próprio (anexo 1) e sujeita às taxas da tabela em vigor, a atualizar anualmente, e carece de justificação a apresentar pelo utilizador, respeitando as seguintes condições:

- a) A reprodução/cedência para efeitos de propaganda ou fins publicitários não é permitida;
- b) A reprodução e cedência de imagens não é permitida quando a sua utilização se destina a fins corporativos de uma determinada entidade.

3 - A reprodução de imagens é efectuada apenas em formato digital JPG ou TIFF.

4 - Quando exista lugar à reprodução e cedência, o utilizador comprometer-se-á, mediante preenchimento do formulário de “Cedência de imagens / termo de responsabilidade” (anexo 1), a não fazer qualquer outra utilização das imagens cedidas, senão aquela para que recebeu autorização expressa. A utilização diversa da prevista, salvo se antecedita de autorização expressa e inequívoca, será sancionada nos termos da lei.

- 5 - Caso seja pretendida uma segunda utilização da imagem deverá ser efetuado novo pedido à AR e será cobrado o valor aferido pela tabela de preços em vigor.
- 6 – O utilizador não deverá incluir no seu arquivo a imagem cedida após utilização. Sistemas electrónicos de armazenamento de imagens, arquivo e transferência de imagens para terceiros são proibidos, salvo os decorrentes do próprio trabalho.
- 7 – Qualquer edição, alteração ou manipulação das imagens digitais fornecidas pelo AHP, inclusive correção de cor, corte e redimensionamento são proibidas, sem o consentimento prévio do AHP.
- 8 - Todo o utilizador que publicar trabalhos, artigos ou qualquer edição em que figurem reproduções de imagens cedidas pelo AF, deverá fornecer gratuitamente duas cópias do respectivo exemplar.
- 9 - Qualquer imagem cedida pelo AF para reprodução e ilustração de trabalho ou publicação deverá fazer-se acompanhar da respectiva descrição constituída pelo menos dos seguintes elementos: *referência da imagem (cota), autor e data*; opcionalmente *título ou legenda; local; dimensões do original*, informação a fornecer pelo AF. O utilizador fica, ainda, obrigado a fazer acompanhar a imagem da seguinte indicação: “© Arquivo Fotográfico da AR”.

VI - Condicionaisismos

- 1 - A reprodução ou impressão será condicionada ou não permitida, sempre que existam impedimentos legais previstos no Código de Direitos de Autor, ou Direitos Conexos (Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro, alterada pela Lei n.º 114/91 de 3 de Setembro).
- 2 – A cedência de imagens para publicação ou outros fins de divulgação não implica que as pessoas retratadas, titulares dos direitos sobre obras retratadas, ou de marcas comerciais ou outros direitos de propriedade tenham dado o seu consentimento para a reprodução pública. O utilizador é responsável pela obtenção do consentimento de terceiros.

ANEXO III

ACERVO DO AFP: FOTOGRAFIAS EM SUPORTE ANALÓGICO E SUPORTE DIGITAL

Coleções	Datas extremas	Número de Espécies em formato Analógico	Processos fotográficos analógicos	Número de espécies nado-digitais
Benoliel	1906 – 1924	111	111 Negativos de vidro; reproduções dos negativos de vidro em película; provas em papel	
Estado Novo	1935 – 1966	619	Papel de revelação baritado. Não existem os negativos	
Arquivos Pessoais (Cunha Leal, José Pereira Bastos, José Alberto dos Reis, Germano Lopes Martins)	Cunha Leal s/data (ingresso 2012) Germano (sem data / ingresso 2004) João Pereira Bastos ([1921] ingresso 2007)	59	Provas de papel de revelação baritado	
Comissões	1973 - 1998	331	Provas de papel de revelação plastificado.	
Mariano Piçarra	1997 - 1997	41	41 Negativos a preto e branco de gelatina e prata em acetato de celulose, 35mm	
Miranda Castela	Anos 50 – 1981	2588	2588 Imagens em negativos de gelatina e prata em acetato de celulose (35 mm 6x6)	
Museu	1895 -	1237	Provas em papel e diapositivos cromogéneos em acetato de celulose 9x12; 12x24	109
CIC-RP	2006 -			4517

Coleções	Datas extremas	Número de Espécies em formato Analógico	Processos fotográficos analógicos	Número de espécies nado-digitais
Divisão de Edições	1975 -	1351		827
Souza Barriga	1979 - 1990	34		
GAREPI	1978 -	21927	Provas em papel de revelação baritado, provas em papel de revelação plastificado, negativos cromogéneos em acetato de celulose	70449
Arquivo Fotográfico	1974 - Incorporação em 2001	439	Provas em papel de revelação baritado, provas em papel de revelação plastificado, diapositivos cromogéneos em acetato de celulose com diversos formatos	2067
Comissão Nacional dos Centenários	1940 - 1940	21	Provas de papel de revelação baritado	
Ofertas	1985 -	159	159 Imagens: 59 preto e branco, em prova de papel de revelação baritado e 100 imagens cromogéneas, em prova de papel de revelação plastificado	663
Totais		28917		78632

ANEXO IV

BASE DE DADOS DO ARQUIVO FOTOGRAFÍCO PARLAMENTAR

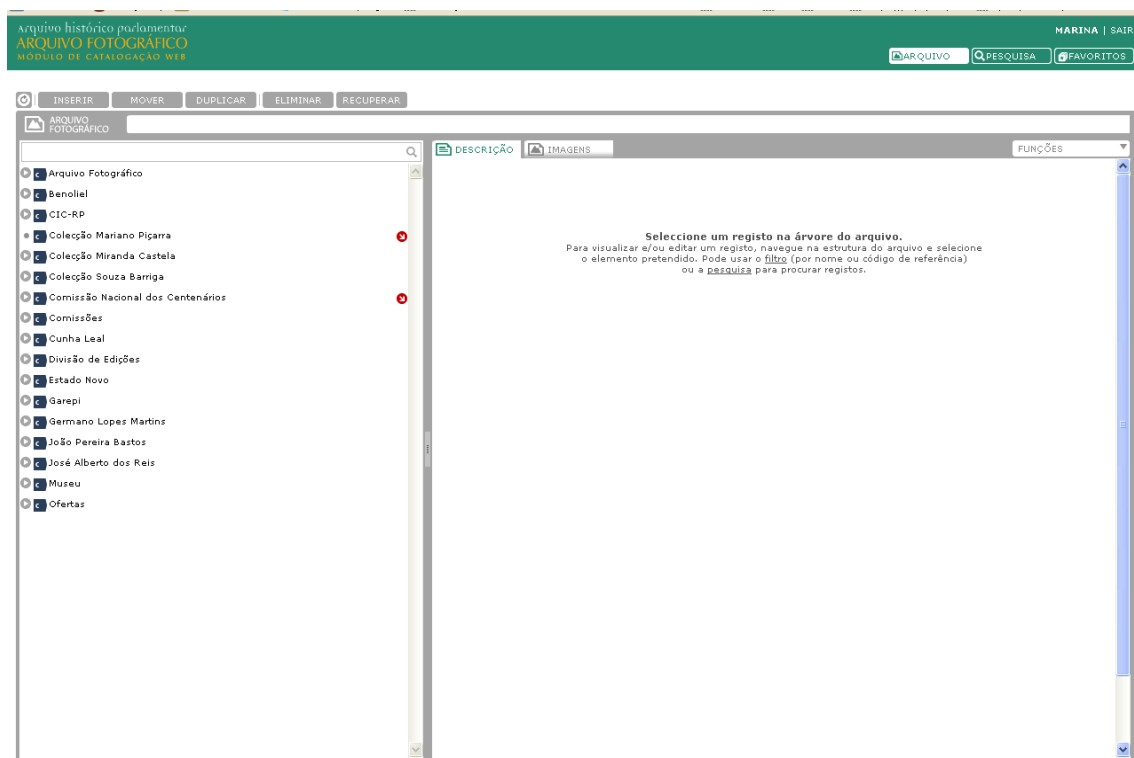


Figura 1: Ecrã principal da Base de dados do arquivo fotográfico, com a árvore das coleções que constituem o arquivo fotográfico

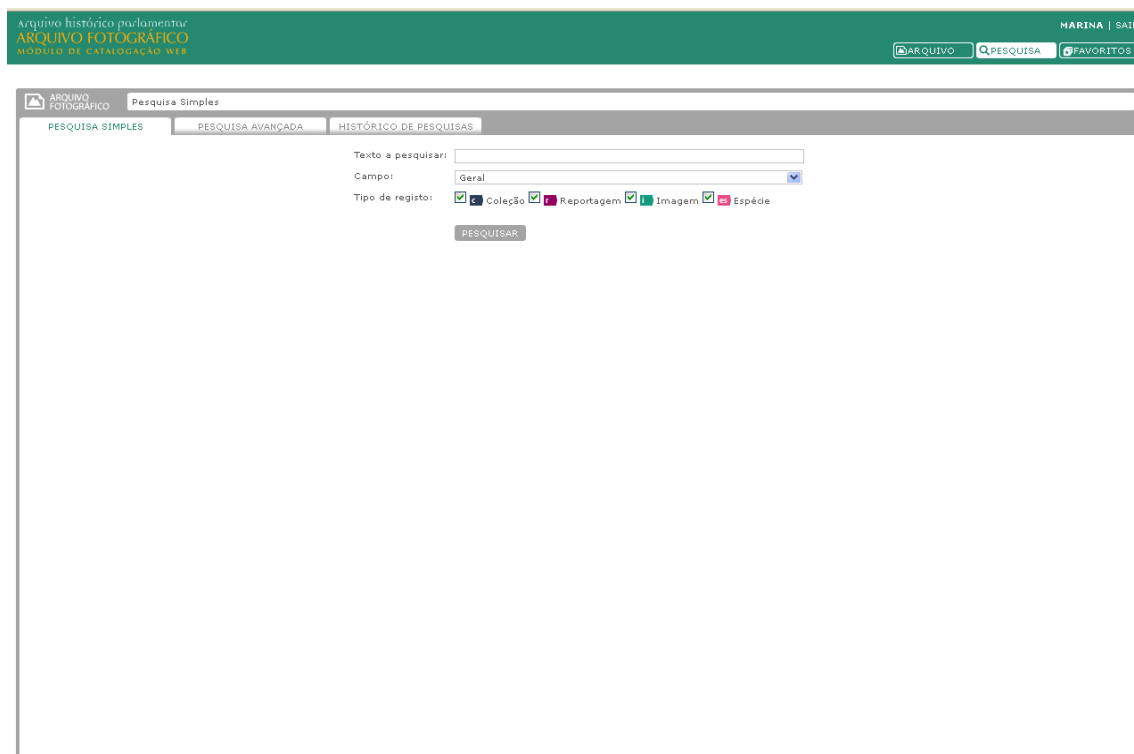


Figura 2: Ecrã de pesquisa simples

Arquivo histórico parlamentar

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

MÓDULO DE CATALOGAÇÃO WEB

MARINA | SAIR

ARQUIVO

PESQUISA

FAVORITOS

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Pesquisa Avançada

PESQUISA SIMPLES

PESQUISA AVANÇADA

HISTÓRICO DE PESQUISAS

Nome

e Data

e Autor

e Cota

e Título

e Sumário

e Descritores

e Legenda

e Coleção

nome

número

ano

PESQUISAR

Figura 3: Ecrã de pesquisa avançada

Arquivo histórico parlamentar

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

MÓDULO DE CATALOGAÇÃO WEB

MARINA | SAIR

ARQUIVO

PESQUISA

FAVORITOS

INSERIR

MOVER

DUPLICAR

ELIMINAR

RECUPERAR

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

13 Conferência Pensar Portugal no Mundo

23 Conferência Pensar Portugal no Mundo

33 Conferência Pensar Portugal...

43 Conferência Pensar Portugal...

53 Conferência Pensar Portugal...

A Segurança nas escolas

Abertura da VIII Legislatura

Abertura da X legislatura

Abertura da XI Leg.

Abertura da XII legislatura

Abertura do ano judicial

Academia de Vila Verde

ACDLG recebe Presidente do Conelho dos Julgados de Paz

Acolhimento dos Deputados - XII legislatura

Acordo ortográfico

Açores

Aga Khan

Agência de Viagens

Agência LUSA

Ajuda Humanitária a Angola

Almeida Garrett - Teatro

Almopo com chefes de estado

Almopo com Graça Machel

Almopo com Kiraty Guzmão

Almopo com os jornalistas

Almopo com os Jornalistas da A.R.

Almopo com os Jornalistas da A.R.

DESCRIÇÃO

IMAGENS

FUNÇÕES

Selecione um registo na árvore do arquivo.

Para visualizar e/ou editar um registo, navegue na estrutura do arquivo e selecione o elemento pretendido. Pode usar o **filtro** (por nome ou código de referência) ou a **pesquisa** para procurar registos.

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO:

Coleção (17)

Reportagem (2145)

Imagem (6522)

Espécie (101)

Figura 4: Ecrã organização de uma coleção por reportagens

xxii

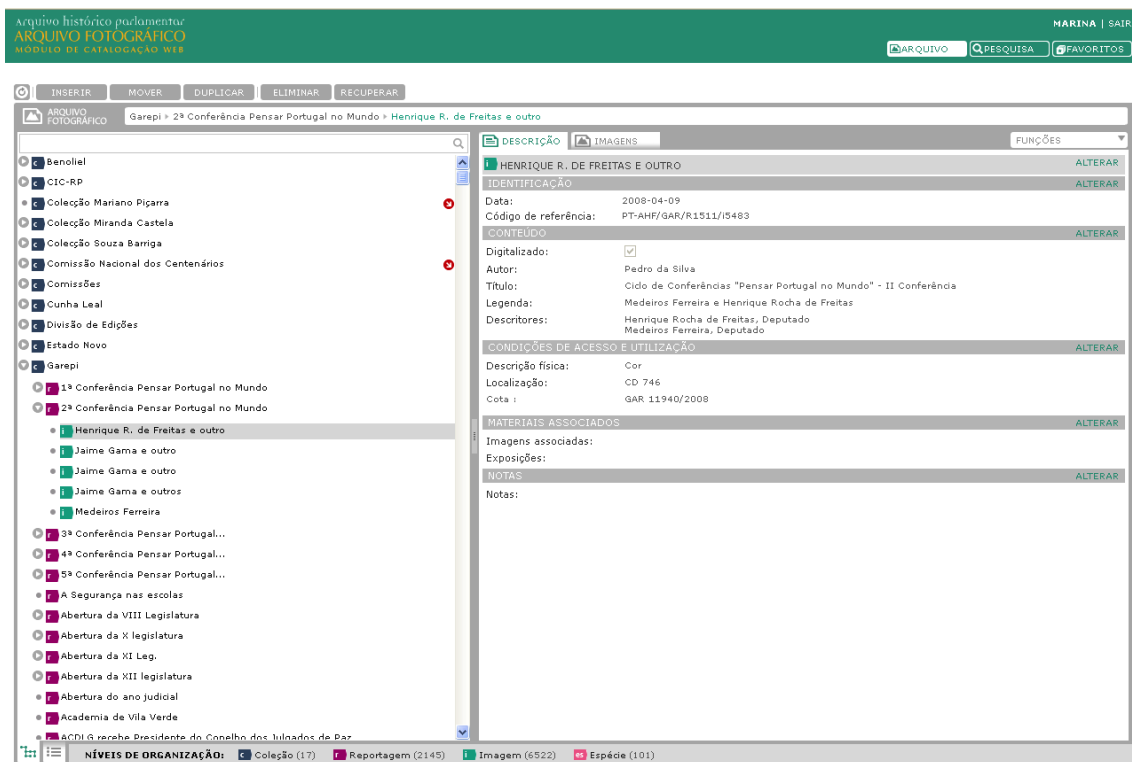


Figura 5: Descrição ao nível da imagem

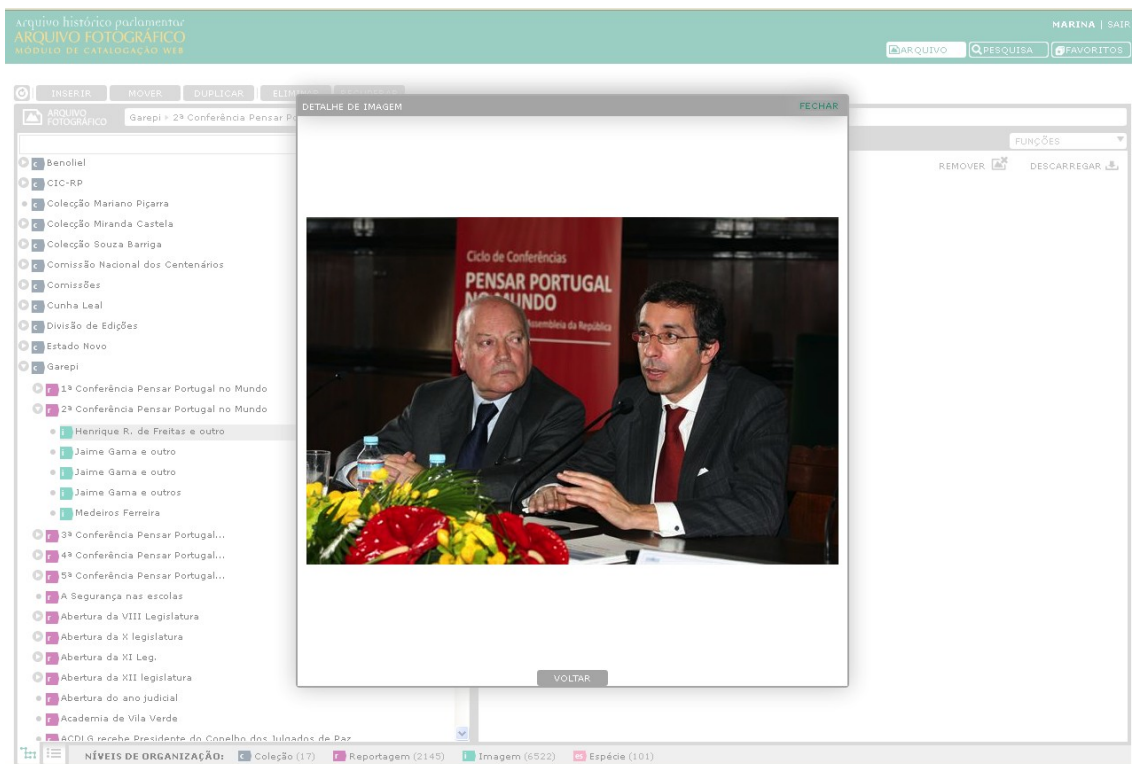


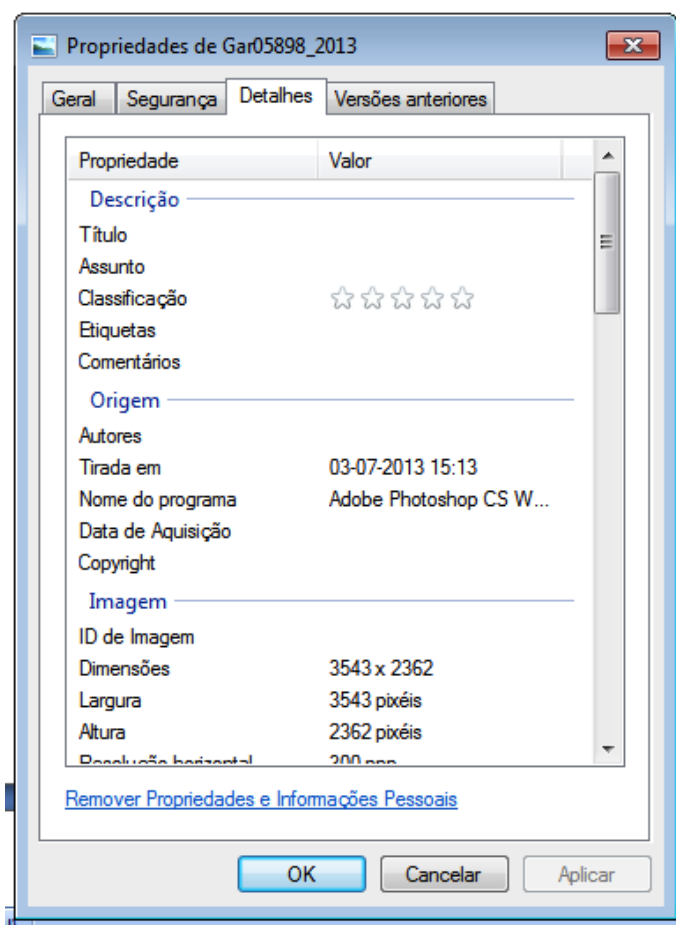
Figura 6: Imagem associada à descrição

ANEXO V

METAINFORMAÇÃO DAS IMAGENS EM FORMATO JPEG

Visualizador de fotografias do Windows - GAR 05898/2013

Descrição e origem



Ausência de metainformação

descritiva:

Título

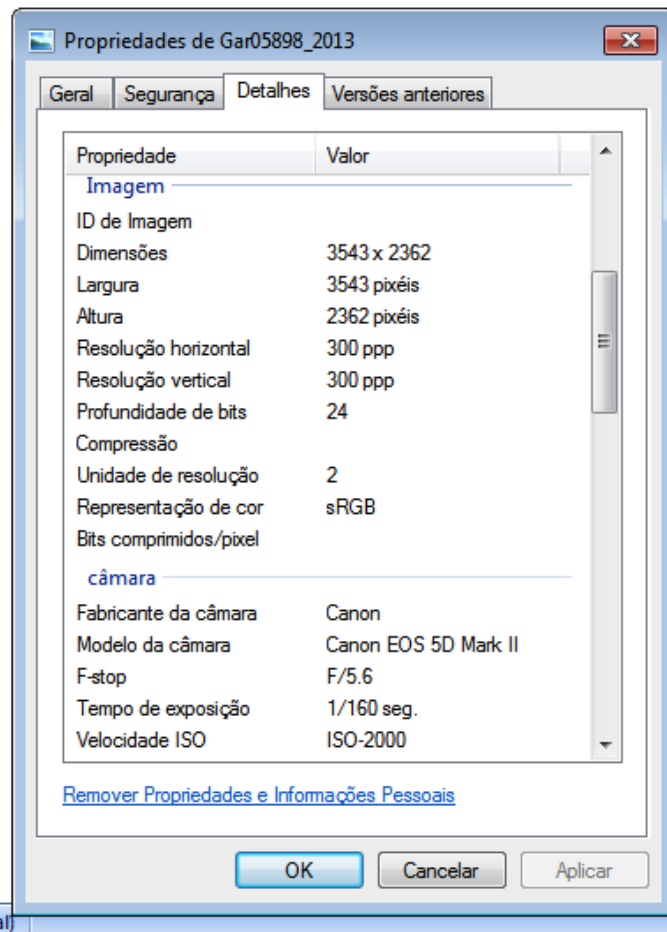
Assunto

Autor

Copyright

Figura 7: Meta informação descritiva (Descrição e Origem)

Detalhe imagem

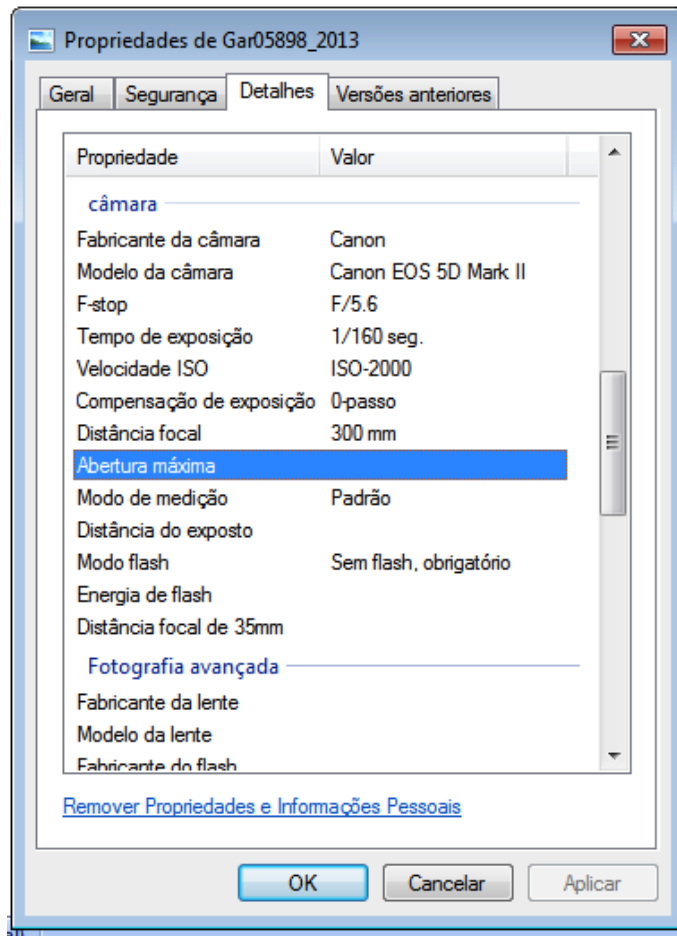


Resolução(largura x altura):
8 megapixéis

Profundidade de bits: 24 (8 bits
a multiplicar por 3 canais RGB
dá um total de 24 bits)

Figura 8: Meta informação técnica (características técnicas da imagem)

Câmara

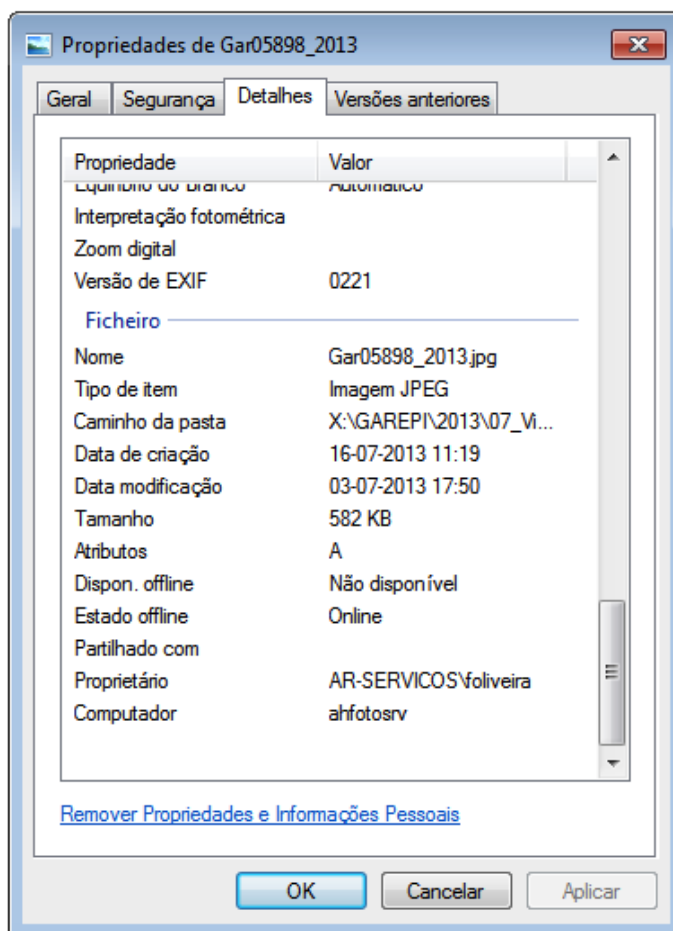


Informação sobre o dispositivo de captura da imagem:

Com este modelo da câmara (EOS 5D Mark II) é possível a realização de TIFF com 21 Megapixeis.

Figura 9: Meta informação técnica (características técnicas da câmara fotográfica)

Ficheiro



**Nome com a extensão
do ficheiro:**

Gar05898_2013.jpeg

Formato do ficheiro: JPEG

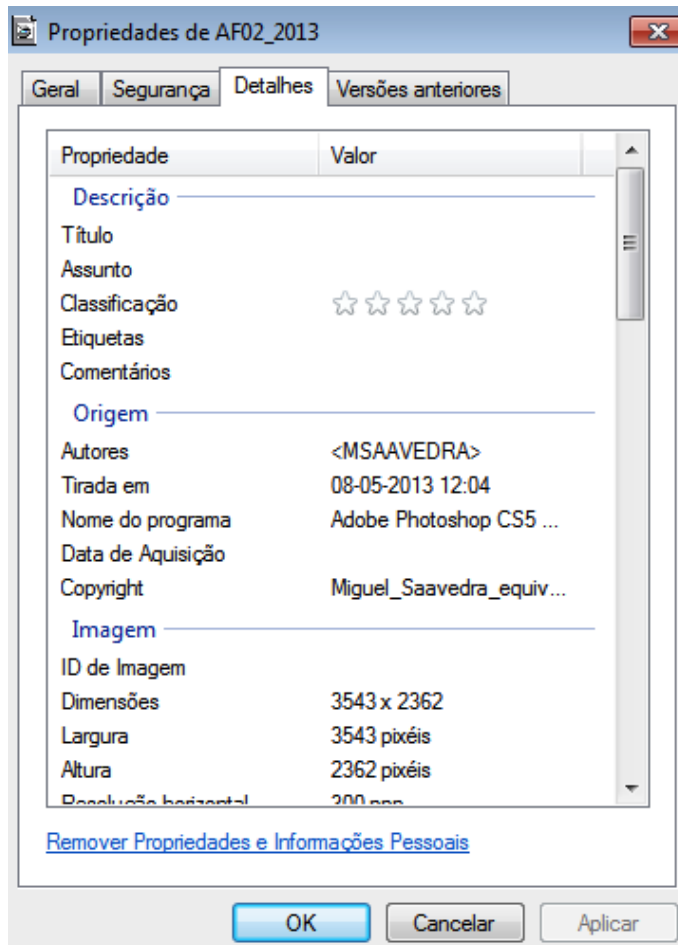
Figura 10: Ficheiro.

ANEXO VI

METAINFORMAÇÃO DAS IMAGENS EM FORMATO TIFF

Visualizador de fotografias do Windows - AF02/2013

Descrição e origem



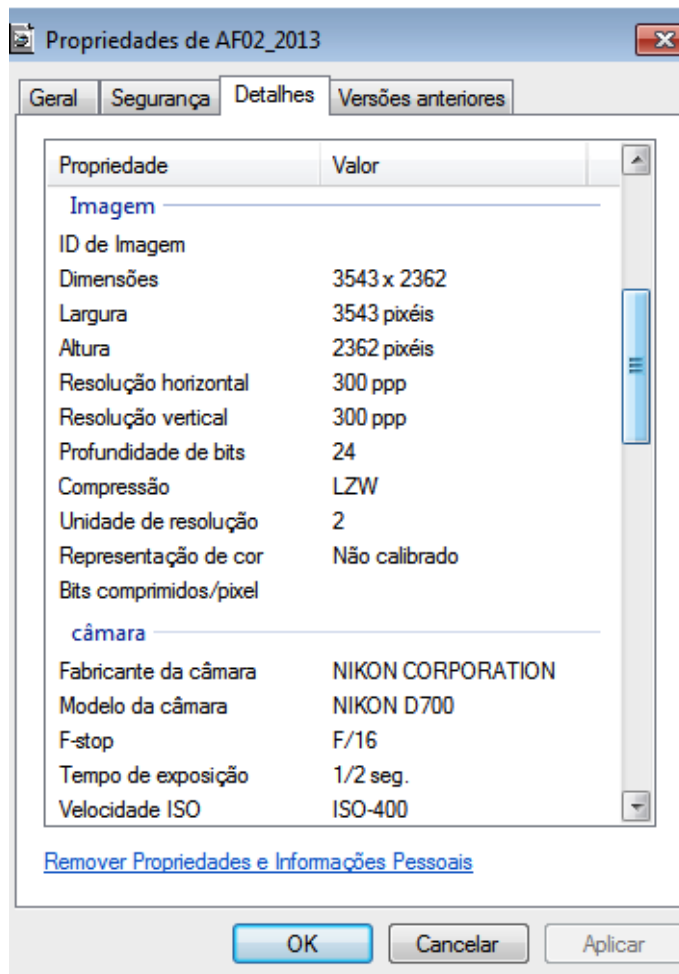
Ausência de meta informação descritiva:

Título e assunto por preencher;

Autor e copyright preenchidos.

Figura 11: Meta informação descritiva (Descrição e Origem)

Detalhe imagem



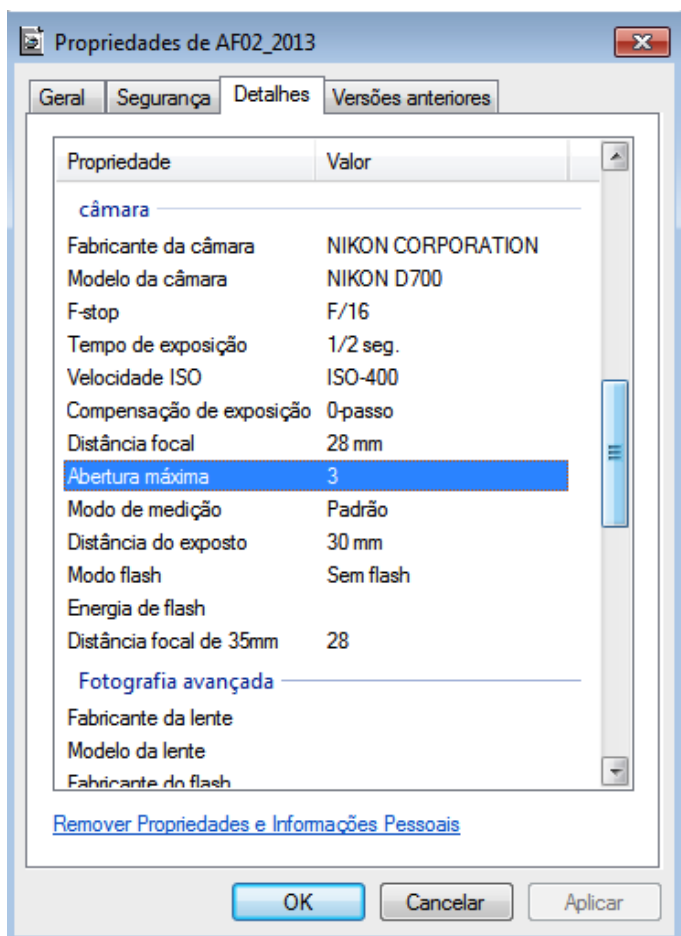
Resolução (largura x altura):
8 megapixéis

Profundidade de bits: 24 (8 bits
a multiplicar por 3 canais RGB
dá um total de 24 bits)

Compressão: LZW

Figura 12: Meta informação técnica (características técnicas da imagem)

Câmara

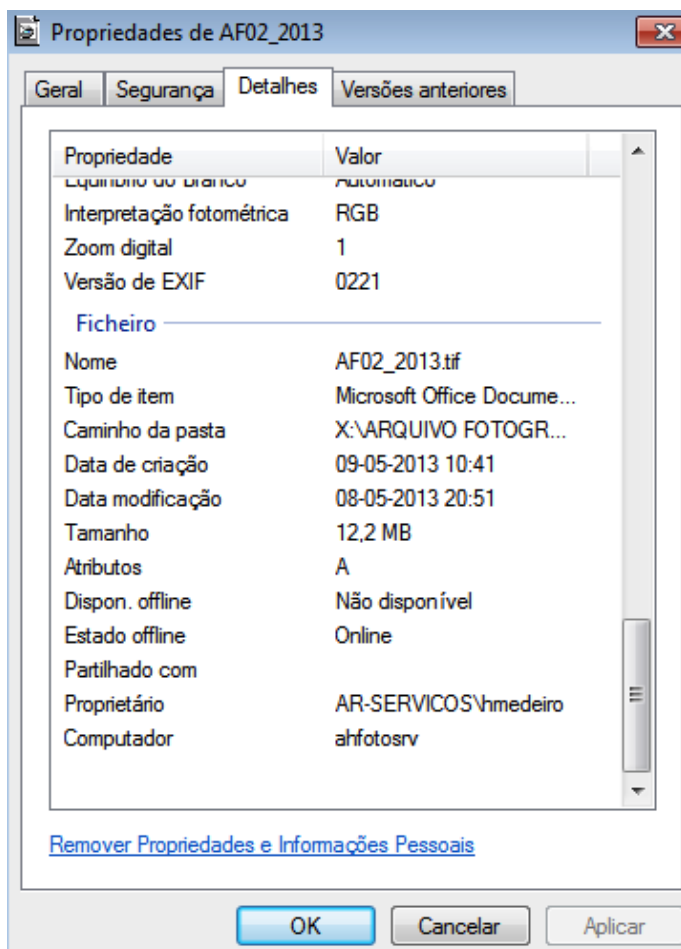


Informação sobre o dispositivo de captura da imagem

Nota: com esta câmara não é possível a realização de TIFF com 16 Megapixéis, apenas tem capacidade para 12,1 megapixéis.

Figura 13: Meta informação técnica (características técnicas da câmara fotográfica)

Ficheiro



Nome com a extensão do
ficheiro:

AF02_2013.tif

Formato do ficheiro: TIFF

Figura 14: Ficheiro

ANEXO VII

APLICAÇÃO DOS CAMPOS DO IPTC A UMA REPORTAGEM

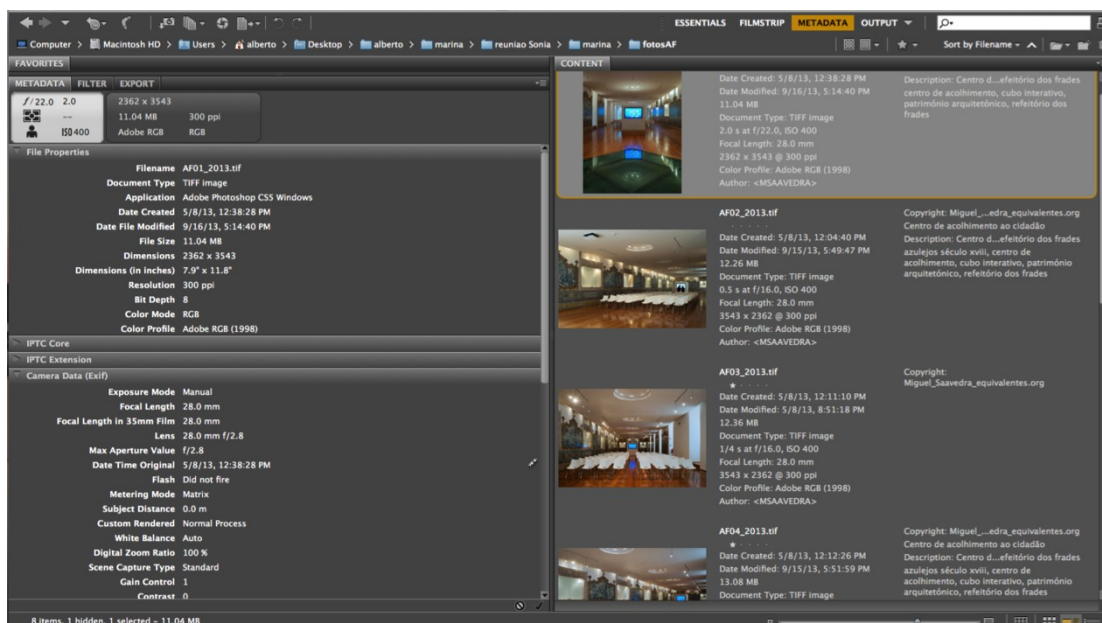


Figura 15: Ecrã geral Bridge

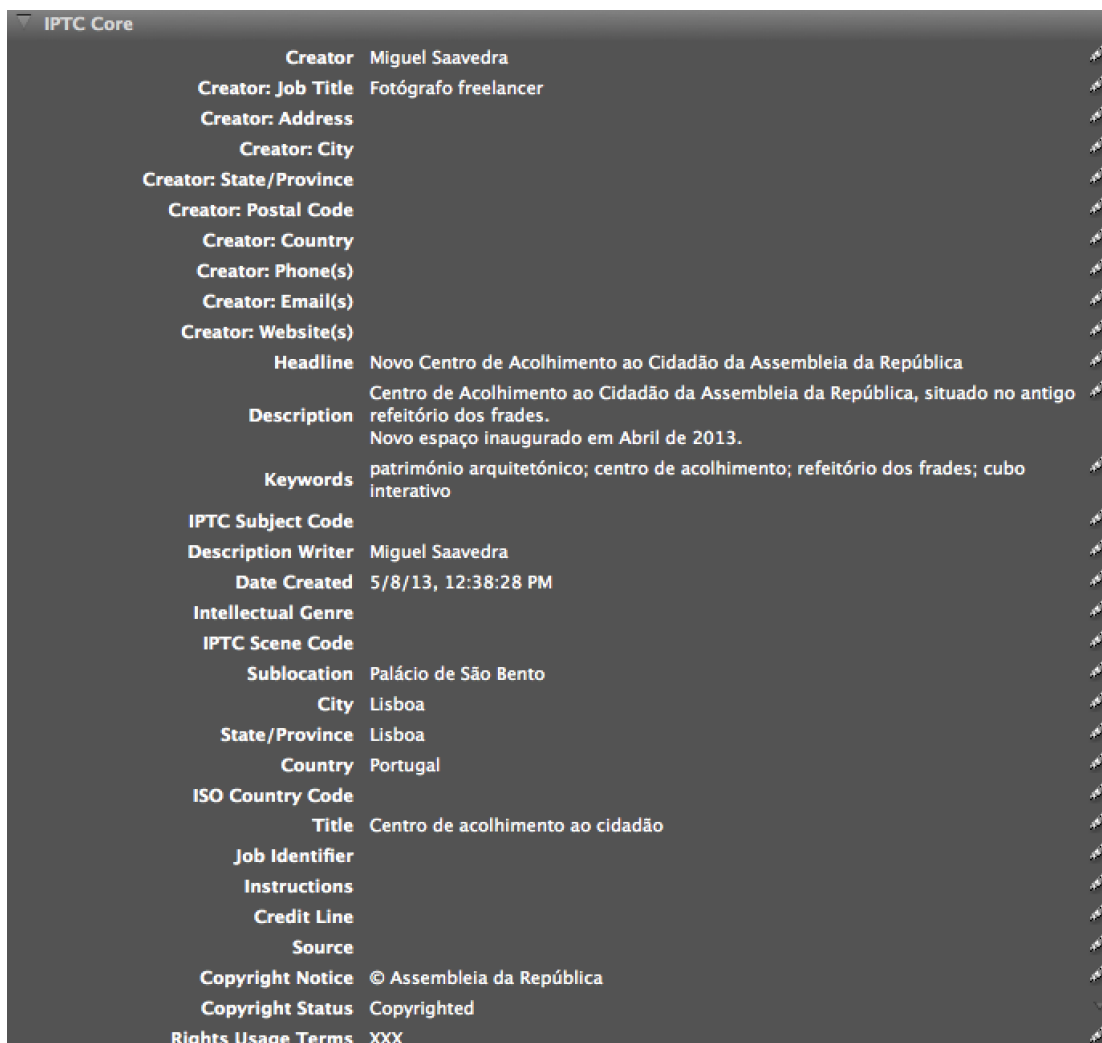


Figura 16: Exemplo da aplicação do IPTC a uma imagem

ANEXO VIII

INGRESSO DE REPORTAGENS EM JULHO DE 2013

Número do suporte	Identificação	Número de imagens por reportagem	Assunto
CD 1409	GAR 05791/2013 GAR 05804/2013	14 Fotografias	Conferência Saúde - Programa Empresas Parlamento.
CD 1410	GAR 05805/2013 GAR 05811/2013	7 Fotografias	PAR recebe a Associação de Empresários pela Inclusão Social (EPIS)
CD 1411	GAR 05812/2013 GAR 05857/2013	46 Fotografias	Mostra sobre as "Reservas da Biosfera da UNESCO: Reservas portuguesas"
CD 1412	GAR 05858/2013 GAR 05892/2013	35 Fotografias	Colóquio sobre "Reservas da Biosfera da UNESCO: Laboratórios de Desenvolvimento Sustentável"
CD 1413	GAR 05893/2013 GAR 05900/2013	8 Fotografias	Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-EUA recebe Senador Luso-Americano, Devin Nunes
CD 1414	GAR 05901/2013 GAR 05953/2013	53 Fotografias	Conferência "O Lóbi numa Sociedade Democrática"
CD 1418	GAR 06018/2013 GAR 06026/2013	9 Fotografias	PAR recebe em audiência Funcionários dos Parlamentos da CPLP
CD 1419	GAR 06027/2013 GAR 06134/2013	108 Fotografias	III Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa
CD 1420	GAR 06135/2013 GAR 06144/2013	10 Fotografias	Almoço do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argentina com o Embaixador da Argentina, Jorge Arguello
CD 1421	GAR 06145/2013 GAR 06195/2013	51 Fotografias	Convívio de Sakê em Portugal
CD 1422	GAR 06196/2013 GAR	6 Fotografias	Reunião da Comissão de Saúde

Número do suporte	Identificação	Número de imagens por reportagem	Assunto
	06202/2013		
CD 1423	GAR 06203/2013 GAR 06225/2013	23 Fotografias	Apresentação do livro "Essências", da autoria do Deputado Acácio Pinto
CD 1424	GAR 06226/2013 GAR 06275/2013	50 Fotografias	Mostra e degustação de vinhos e outros produtos da região de Lisboa
CD 1425	GAR 06276/2013 GAR 06315/2013	40 Fotografias	Lançamento da campanha do projeto Mil Brinquedos, Mil Sorrisos e atuação da Academia de Música de Alcobaça
CD 1426	GAR 06316/2013 GAR 06323/2013	8 Fotografias	Almoço do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Japão com o Embaixador do Japão, Nobutaka Shinomiya
CD 1427	GAR 06324/2013 GAR 06404/2013	81 Fotografias	Concerto de Encerramento da Sessão Legislativa pela Orquestra Juvenil de Pevidém
CD 1428	GAR 06405/2013 GAR 06443/2013	39 Fotografias	Conferência "Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política"
CD 1429	GAR 06444/2013 GAR 06454/2013	8 Fotografias	O Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Paraguai recebe em audiência o Embaixador do Paraguai, Luís Carreras
CD 1430	GAR 06455/2013 GAR 06540/2013	86 Fotografias	Conferência "Estado de Direito e Direitos Fundamentais: a concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais"
CD 1436	GAR 06599/2013 GAR 06621/2013	23 Fotografias	Inauguração da Exposição "Vozes de Nós"
CD 1437	GAR 06656/2013 GAR 06661/2013	6 Fotografias	PAR recebe o Embaixador da Irlanda em Portugal.

Número do suporte	Identificação	Número de imagens por reportagem	Assunto
CD 1438	GAR 06622/2013 GAR 06628/2013	7 Fotografias	PAR recebe Presidente do Tribunal de Contas.
CD 1439	GAR 06629/2013 GAR 06641/2013	13 Fotografias	Audição da Presidente do Instituto Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.
CD 1440	GAR 06642/2013 GAR 06645/2013	4 Fotografias	CNECP recebe o Embaixador China
CD 1441	GAR 06646/2013 GAR 06649/2013	4 Fotografias	PAR recebe o Embaixador Tunísia
CD 1442	GAR 06650/2013 GAR 06655/2013	6 Fotografias	PAR recebe o Embaixador EUA
CD 1443	GAR 06662/2013 GAR 06688/2013	27 Fotografias	PAR dá posse a dirigentes da AR.
CD 1444	GAR 06689/2013 GAR 06702/2013	14 Fotografias	PAR dá posse a um membro da Comissão Nacional de Eleições.
CD 1445	GAR 06703/2013 GAR 06745/2013	43 Fotografias	PAR dá posse ao Presidente do Conselho Nacional de Educação.
CD 1446	GAR 06746/2013 GAR 06793/2013	48 Fotografias	Cerimónia de Boas Vindas ao Presidente da República do Panamá
CD 1447	GAR 06794/2013 GAR 06834/2013	41 Fotografias	PAR dá posse ao novo Provedor de Justiça.

Número do suporte	Identificação	Número de imagens por reportagem	Assunto
CD 1448	GAR 06835/2013 GAR 06838/2013	4 Fotografias	PAR recebe Petição
CD 1449	GAR 06839/2013 GAR 06843/2013	5 Fotografias	PAR recebe Provedor de Justiça
CD 1450	AF10/2013 AF16/2013	7 Fotografias	Estátuas do Plenário
CD 1450	AF17/2013 AF20/2013	4 Fotografias	Medalhões do Senado
CD 1450	AF21/2013 AF26/2013	6 Fotografias	Painéis do Columbano na sala dos Passos Perdidos
CD 1450	AF27/2013 AF28/2013	2 Fotografias	Sala D. Maria

ANEXO IX

REPORTAGEM PRODUZIDA NO ÂMBITO DAS FUNÇÕES DO GAREPI

Título da reportagem: Audiência com o Presidente do Tribunal de Contas

Arquivo histórico parlamentar
ARQUIVO FOTOGRAFICO
MÓDULO DE CATALOGAÇÃO WEB

MARINA | SAIR

ARQUIVO PESQUISA FAVORITOS

INSERIR MOVER DUPLICAR ELIMINAR RECUPERAR

ARQUIVO FOTOGRAFICO Resultados da Pesquisa > Garepi > Presidente do Tribunal de Contas

DESCRIÇÃO IMAGENS FUNÇÕES

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS ALTERAR

IDENTIFICAÇÃO ALTERAR

Data: Inicial: 2013-07-18 Final: 2013-07-18
Código de referência: PT-AHF/GAR/R2363

CONTEÚDO ALTERAR

Autor: Luís Saraiva
Título: Presidente da Assembleia da República recebe Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Guilherme de Oliveira Martins
Sumário: Entrega do parecer sobre a conta da AR
Descritores: Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República
Guilherme de Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas

CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO ALTERAR

Numero de imagens: 7
Descrição física: Cor
Localização: CD 1438
Cota: Inicial: GAR 06622/2013 Final: GAR 06628/2013

MATERIAIS ASSOCIADOS ALTERAR

Existência de cópias:
Exposições:

NOTAS ALTERAR

Notas:

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO: Coleção (17) Reportagem (2148) Imagem (6522) Espécie (101)

Figura 17: Descrição da reportagem

Arquivo histórico parlamentar
ARQUIVO FOTOGRAFICO
MÓDULO DE CATALOGAÇÃO WEB

MARINA | SAIR

ARQUIVO PESQUISA FAVORITOS

INSERIR MOVER DUPLICAR ELIMINAR RECUPERAR

ARQUIVO FOTOGRAFICO Resultados da Pesquisa > Garepi > Presidente do Tribunal de Contas

DESCRIÇÃO IMAGENS FUNÇÕES

CARREGAR IMAGEM REMOVER DESCARREGAR

SELECIONAR TUDO

Gar06622_2013.jpg VER REM.
Gar06623_2013.jpg VER REM.
Gar06624_2013.jpg VER REM.
Gar06625_2013.jpg VER REM.
Gar06626_2013.jpg VER REM.
Gar06627_2013.jpg VER REM.
Gar06628_2013.jpg VER REM.

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO: Coleção (17) Reportagem (2148) Imagem (6522) Espécie (101)

Figura 18: Conjunto das imagens que constituem a reportagem.

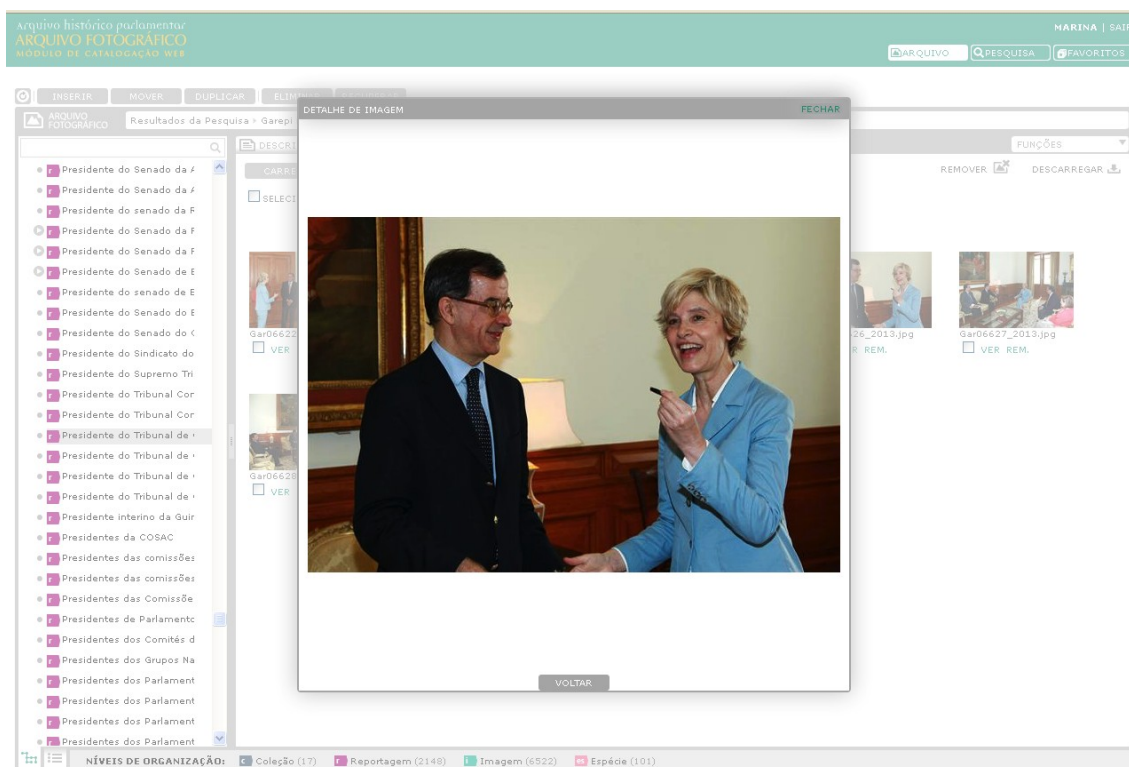


Figura 19: Detalhe de uma imagem

ANEXO X

REPORTAGEM ENCOMENDADA PELO AHP

Título da reportagem: Centro de Acolhimento ao Cidadão instalado no Refeitório dos Monges

Arquivo histórico parlamentar
ARQUIVO FOTOGRAFICO
MÓDULO DE CATALOGAÇÃO WEB

MARINA | SAIR

ARQUIVO PESQUISA FAVORITOS

INSERIR MOVER DUPLICAR ELIMINAR RECUPERAR

ARQUIVO FOTOGRAFICO Resultados da Pesquisa > Arquivo Fotográfico > Centro de acolhimento ao cidadão

Arquivo Fotográfico

- Árvore de natal
- Bustos do átrio principal
- Cartas régias de adamaçã
- Centro de acolhimento ao
- Comemoração do 25 de Al
- Constituição de 1898
- Constituição de 1976
- Deputador da IX Legislatu
- Deputados da Monarquia
- Deputados da XI Legislatu
- Deputados da XII Legislatu
- Deputados do Estado Novo
- Deputados e Senadores di
- Documentos do AHP no ár
- Documentos do arquivo re:
- Edifício Novo
- Espajo do arquivo
- Exposição 100 Anos de Pai
- Imagens do livro O Paláci
- Inauguração da Sala das S
- Maquetas das estátuas da
- O Edifício Novo da Assemb
- Obras da cúpula da sala d
- Palácio de S. Bento - exter
- Palácio de S. Bento - exter
- Palácio de S. Bento - interi
- Panorâmica das bancadas
- Passos Perdidos - 2011

DESCRÇÃO IMAGENS

FUNÇÕES

CENTRO DE ACOLHIMENTO AO CIDADÃO

ALTERAR

IDENTIFICAÇÃO

ALTERAR

Data: Inicial: 2013-05 Final: 2013-05

Código de referência: PT-AHF/AF/R889

CONTEÚDO

ALTERAR

Autor: Miguel Saavedra

Título: Centro de Acolhimento ao Cidadão instalado no Refeitório dos Monges

Sumário: Imagens do novo centro de acolhimento: perspetivas gerais e pormenores do cubo multimédia.

Descritores: Centro de Acolhimento ao Cidadão

CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO

ALTERAR

Numero de imagens: 9

Descrição física: Cor

Localização: Servidor do AF

Cota: Inicial: AF 00001/2013 Final: AF 00009/2013

MATERIAIS ASSOCIADOS

ALTERAR

Existência de cópias:

Exposições:

NOTAS

ALTERAR

Notas:

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO: C Coleção (17) R Reportagem (2148) I Imagem (6522) E Espéde (101)

Figura 20: Descrição da reportagem

Arquivo histórico parlamentar
ARQUIVO FOTOGRAFICO
MÓDULO DE CATALOGAÇÃO WEB

MARINA | SAIR

ARQUIVO PESQUISA FAVORITOS

INSERIR MOVER DUPLICAR ELIMINAR RECUPERAR

ARQUIVO FOTOGRAFICO Resultados da Pesquisa > Arquivo Fotográfico > Centro de acolhimento ao cidadão

Arquivo Fotográfico

- Árvore de natal
- Bustos do átrio principal
- Cartas régias de adamaçã
- Centro de acolhimento ao
- Comemoração do 25 de Al
- Constituição de 1898
- Constituição de 1976
- Deputados da IX Legislatu
- Deputados da Monarquia
- Deputados da XI Legislatu
- Deputados da XII Legislatu
- Deputados do Estado Novo
- Deputados e Senadores di
- Documentos do AHP no ár
- Documentos do arquivo re:
- Edifício Novo
- Espajo do arquivo
- Exposição 100 Anos de Pai
- Imagens do livro O Paláci
- Inauguração da Sala das S
- Maquetas das estátuas da
- O Edifício Novo da Assemb
- Obras da cúpula da sala d
- Palácio de S. Bento - exter
- Palácio de S. Bento - exter
- Palácio de S. Bento - interi
- Panorâmica das bancadas
- Passos Perdidos - 2011

DESCRÇÃO IMAGENS

FUNÇÕES

CARREGAR IMAGEM

REMOVER DESCARREGAR

SELECIONAR TUDO

AF01_2013.jpg VER REM.

AF02_2013.jpg VER REM.

AF03_2013.jpg VER REM.

AF04_2013.jpg VER REM.

AF05_2013.jpg VER REM.

AF06_2013.jpg VER REM.

AF07_2013.jpg VER REM.

AF08_2013.jpg VER REM.

AF09_2013.jpg VER REM.

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO: C Coleção (17) R Reportagem (2148) I Imagem (6522) E Espéde (101)

Figura 21: Conjunto das imagens que constituem a reportagem

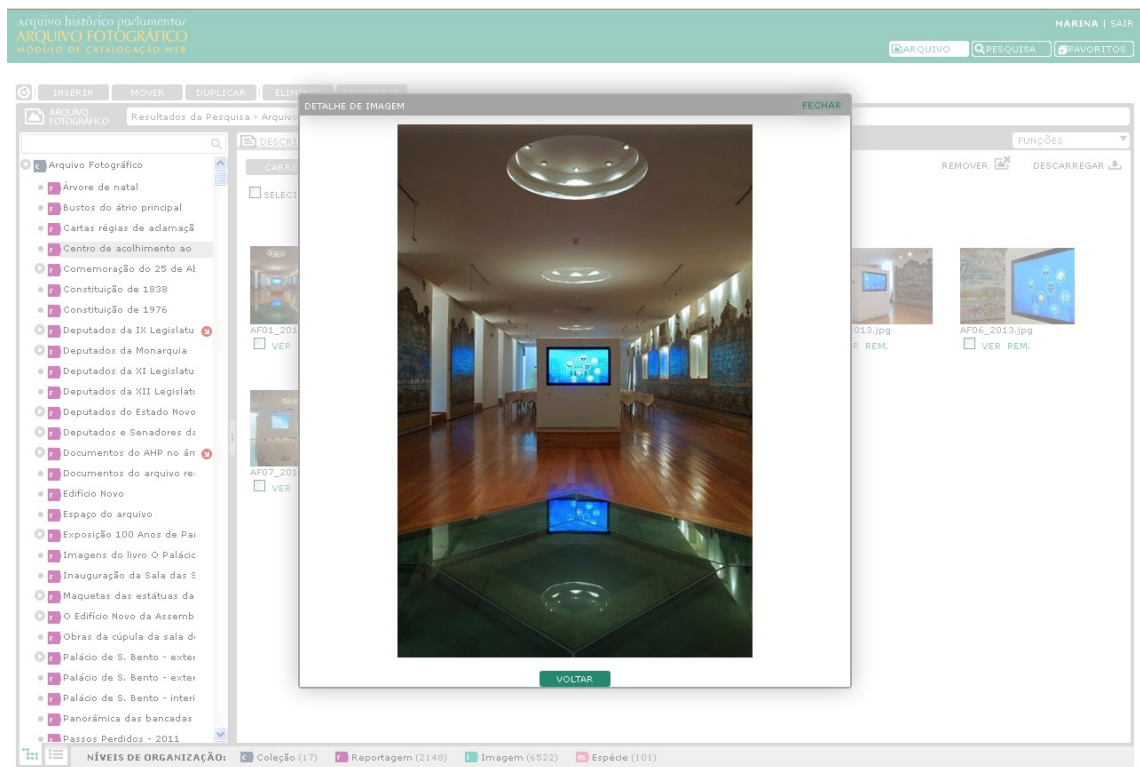


Figura 22: Detalhe de uma imagem

ANEXO XI

ANÁLISE DAS IMAGENS DA REPORTAGEM SOBRE O CONCERTO DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO LEGISLATIVA PELA ORQUESTRA JUVENIL DE PEVIDÉM

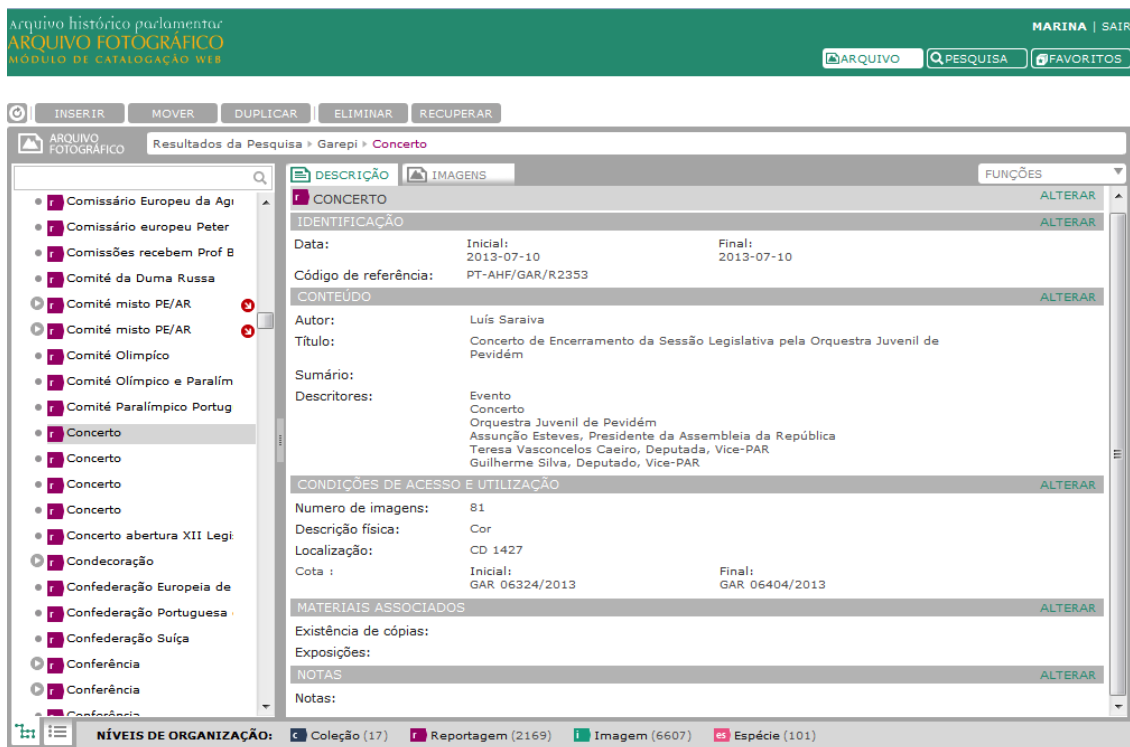


Figura 23: Descrição da reportagem

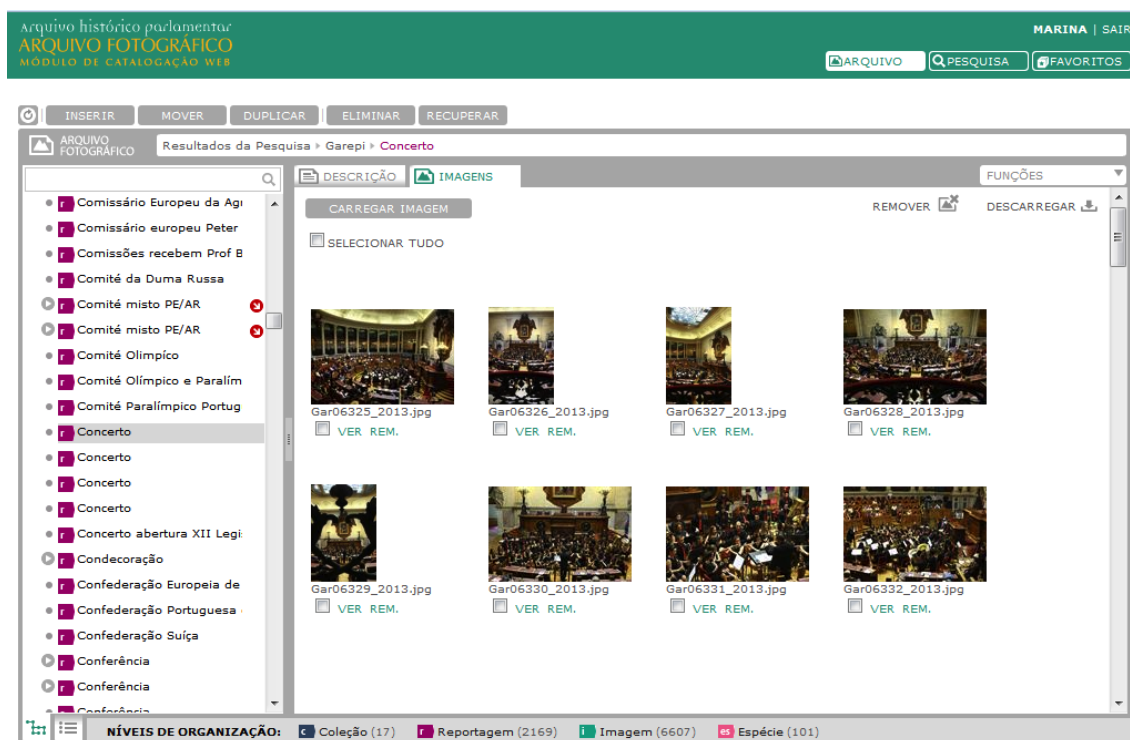


Figura 24: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (1).
GAR 06325/2013 a GAR 06332/2013

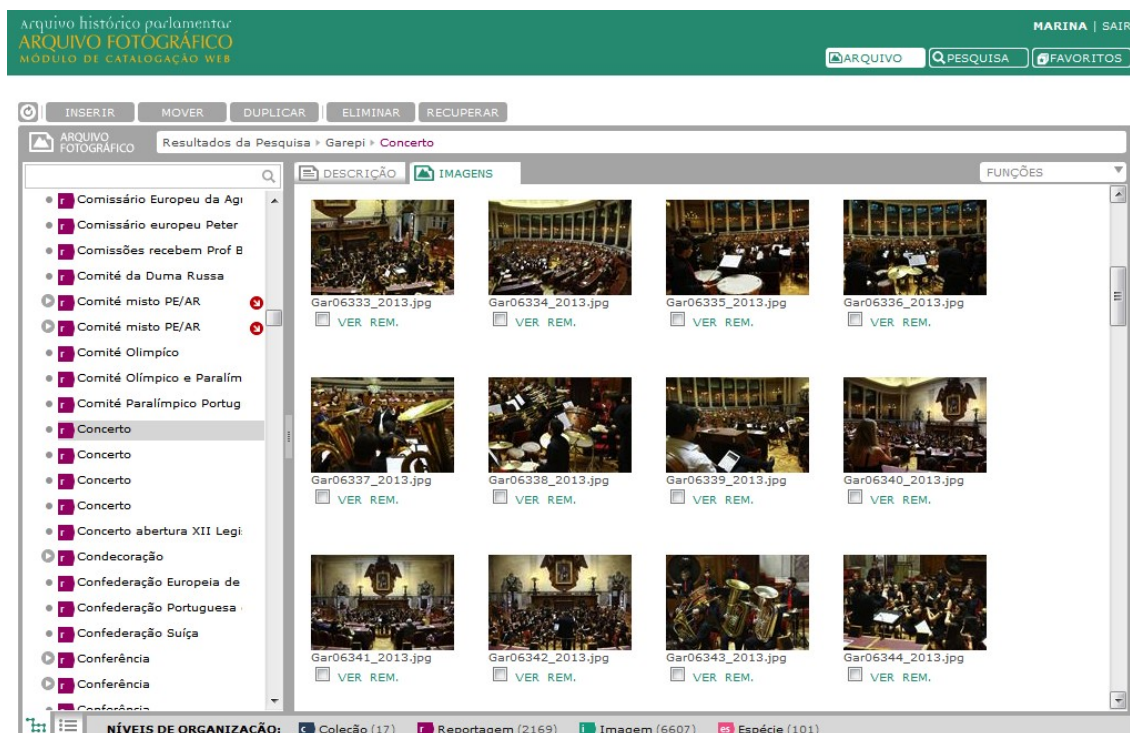


Figura 25: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (2)
GAR 06333/2013 a GAR 06344/2013

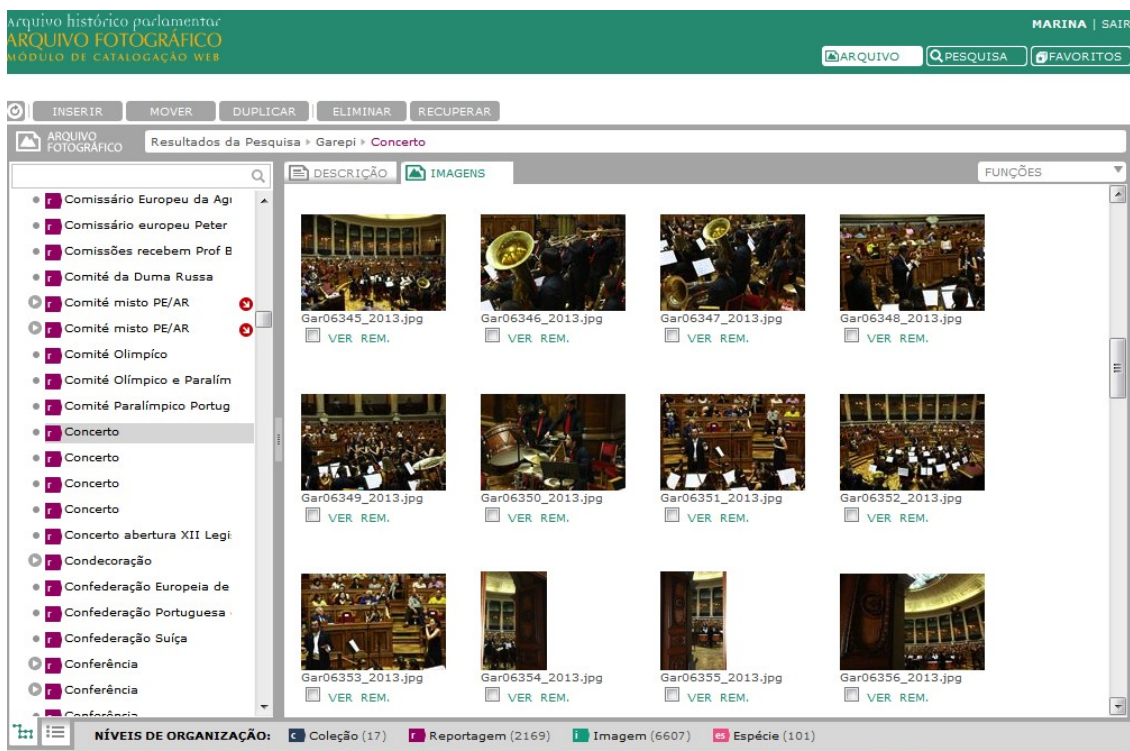


Figura 26: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (3)
GAR 06345/2013 a GAR 06356/2013

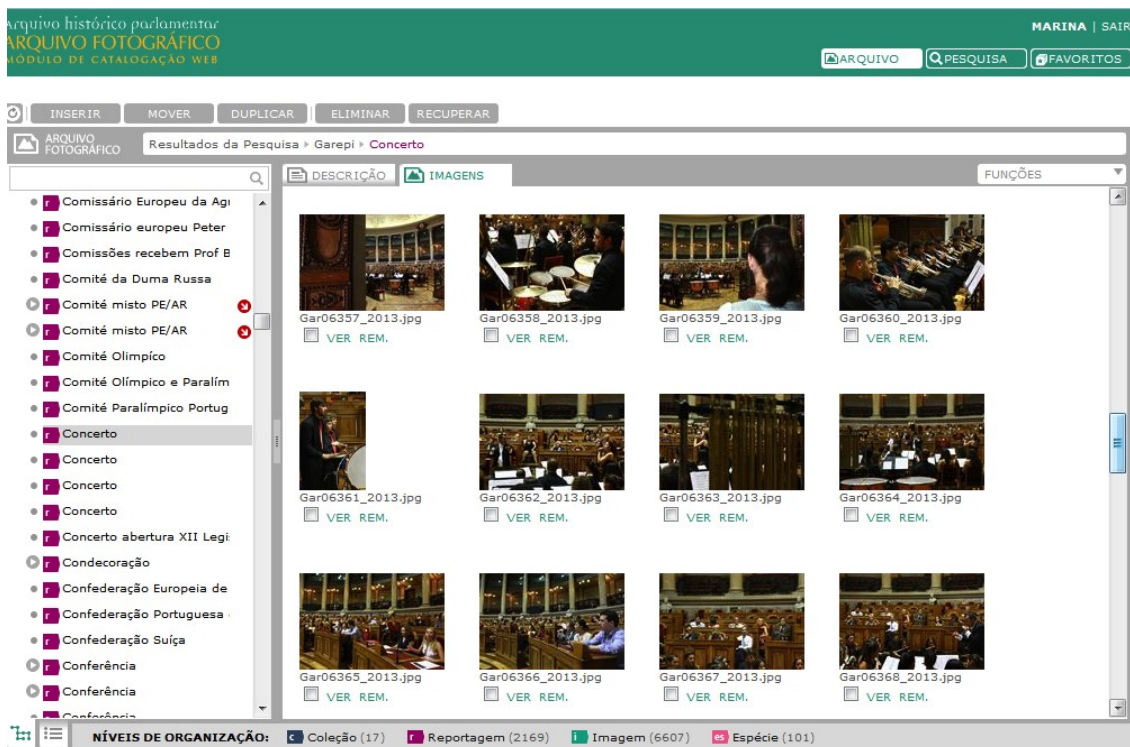


Figura 27: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (4)
GAR 06357/2013 a GAR 06368/2013

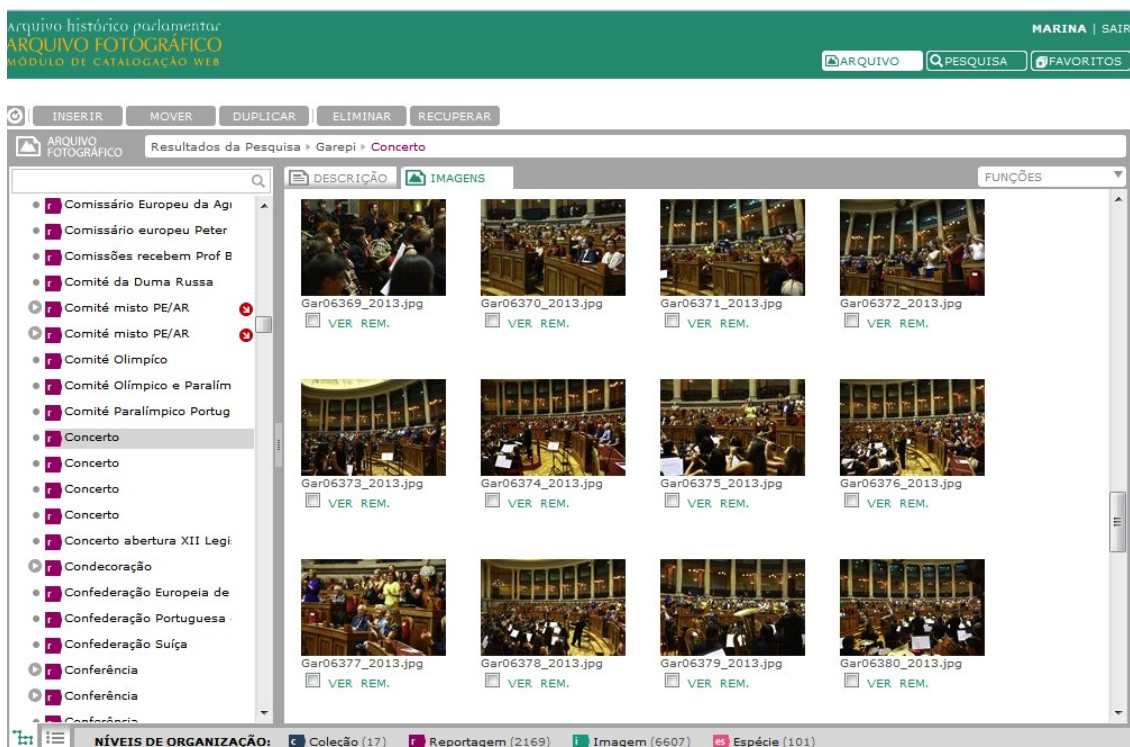


Figura 28: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (5)
GAR 06369/2013 a GAR 06380/2013

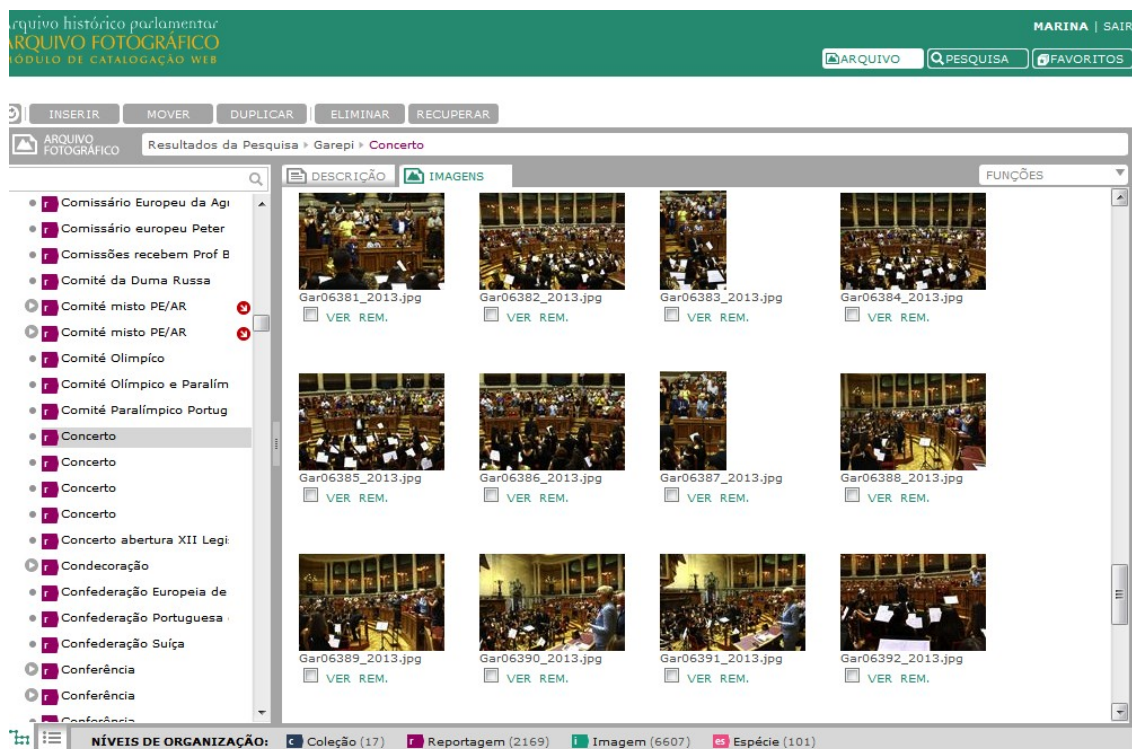


Figura 29: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (6)
GAR 06381/2013 a GAR 06392/2013

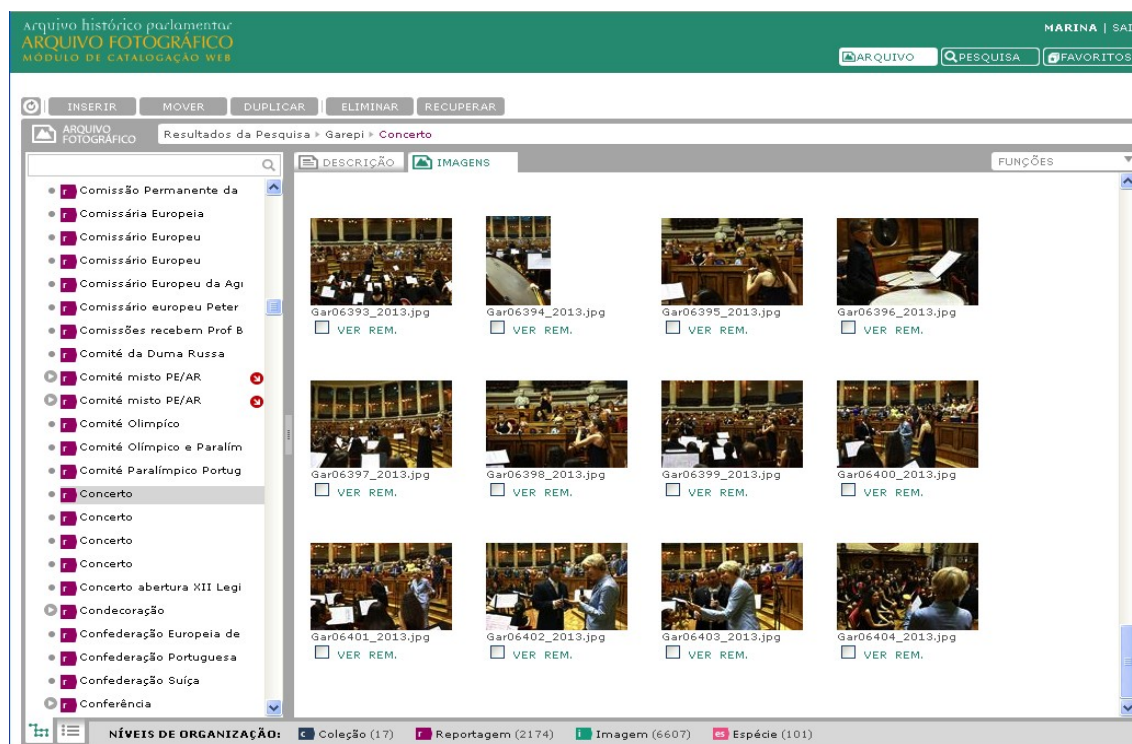


Figura 30: Conjunto das imagens que compõem a reportagem (7)
GAR 06393/2013 a GAR 06404/2013

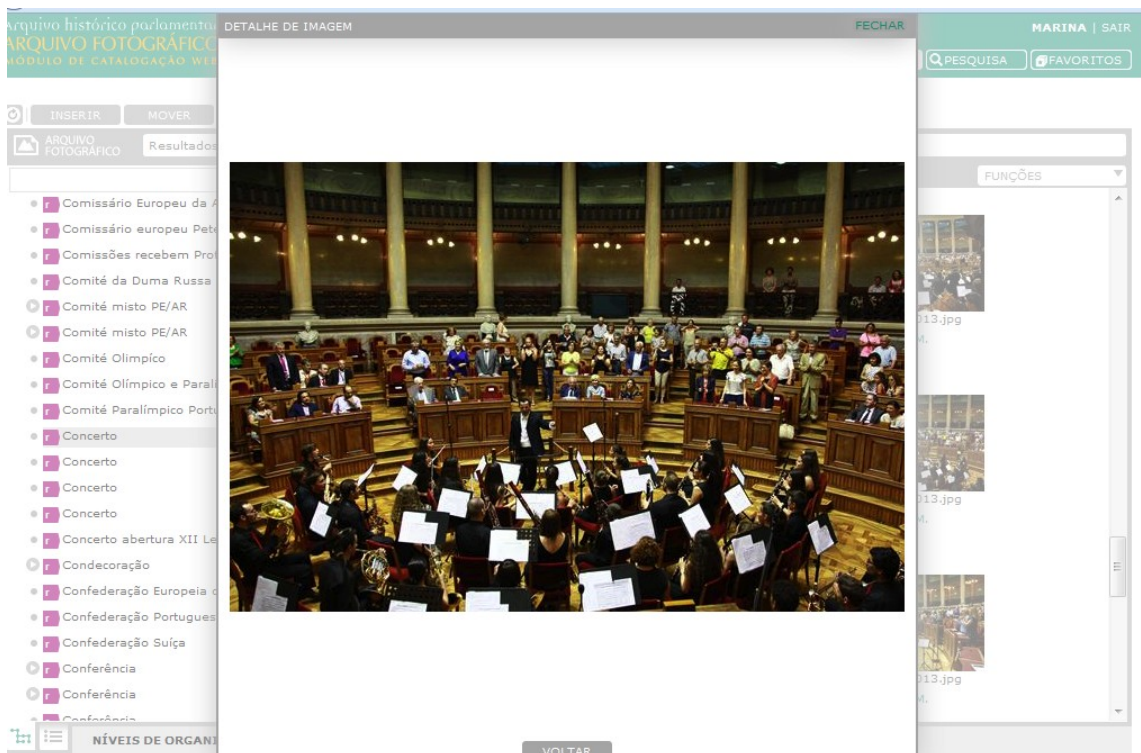


Figura 31: Detalhe da imagem com a cota GAR 06384/2013

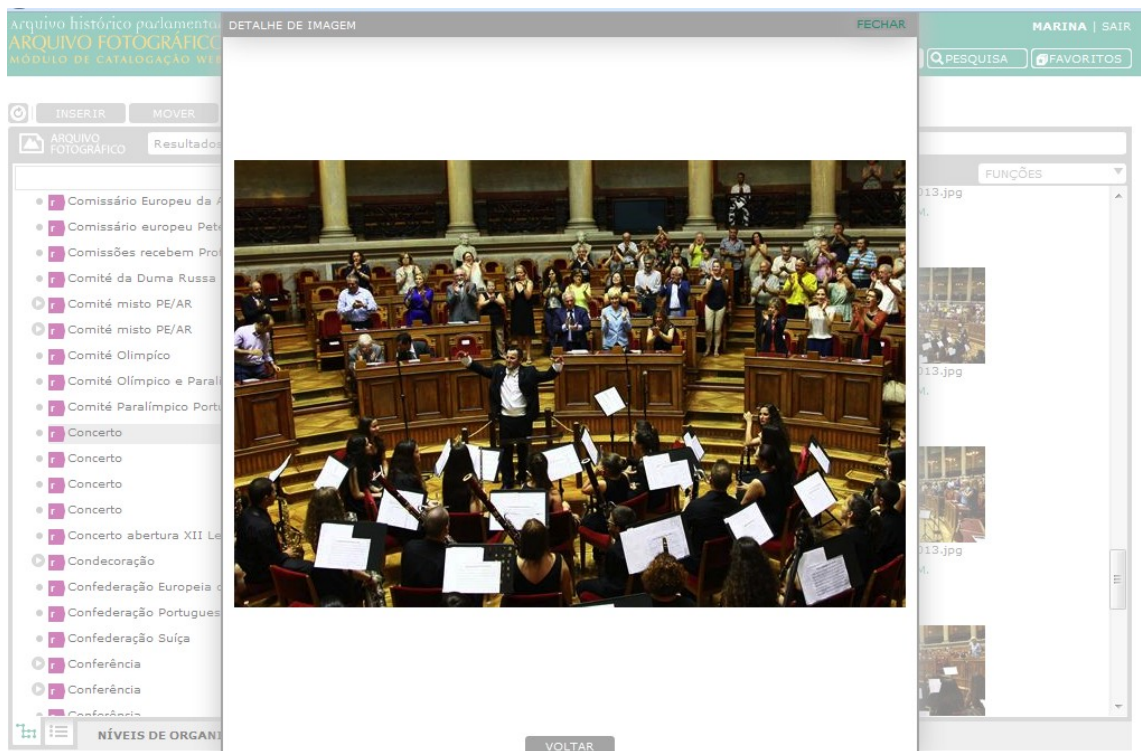


Figura 32: Detalhe da imagem com a cota GAR 06385/2013

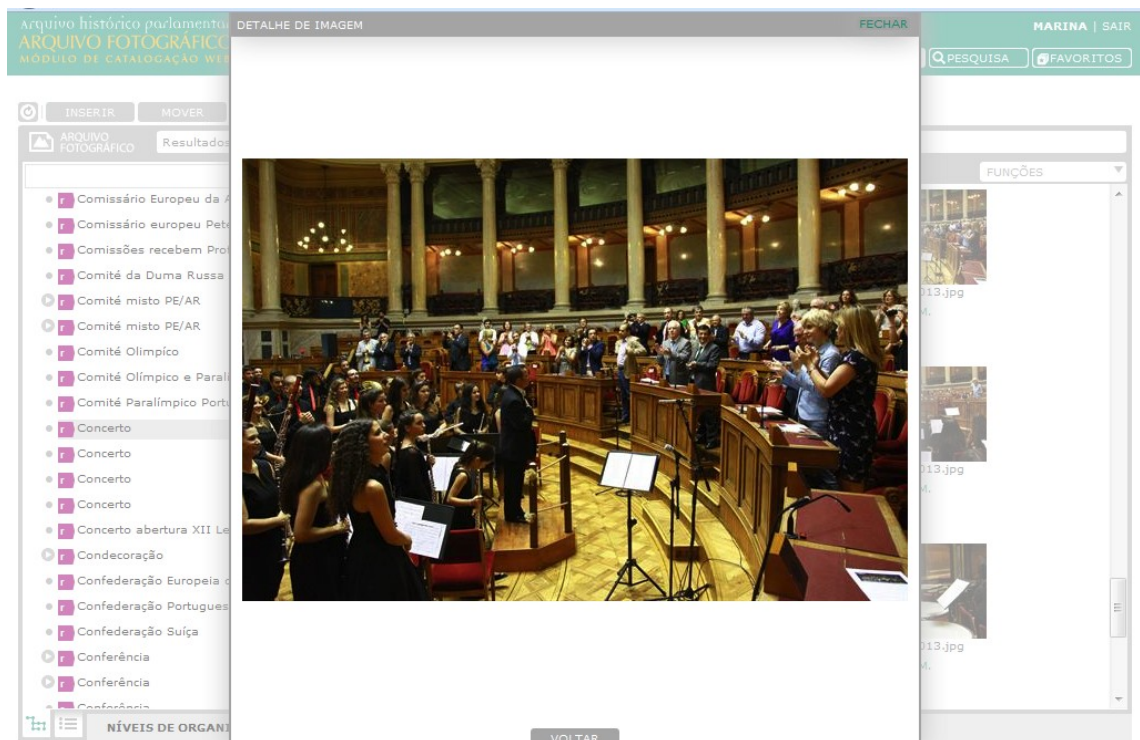


Figura 33: Detalhe da imagem com a cota GAR 06388/2013

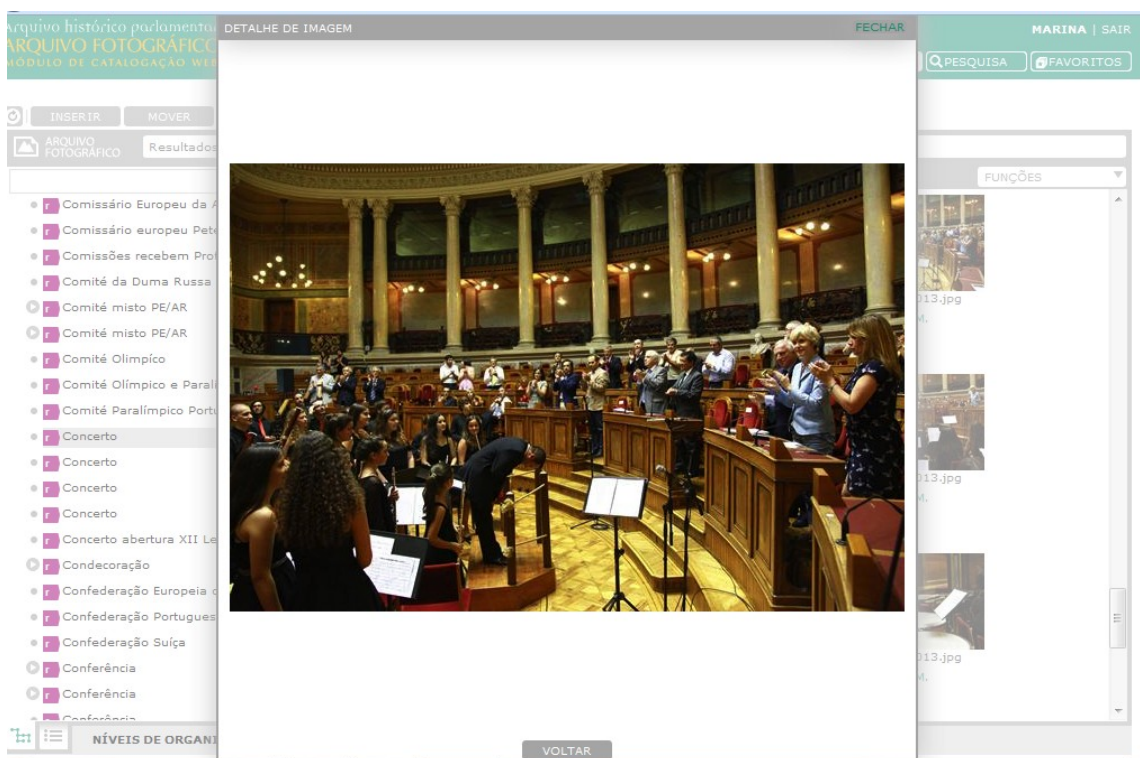


Figura 34: Detalhe da imagem com a cota GAR 06389/2013

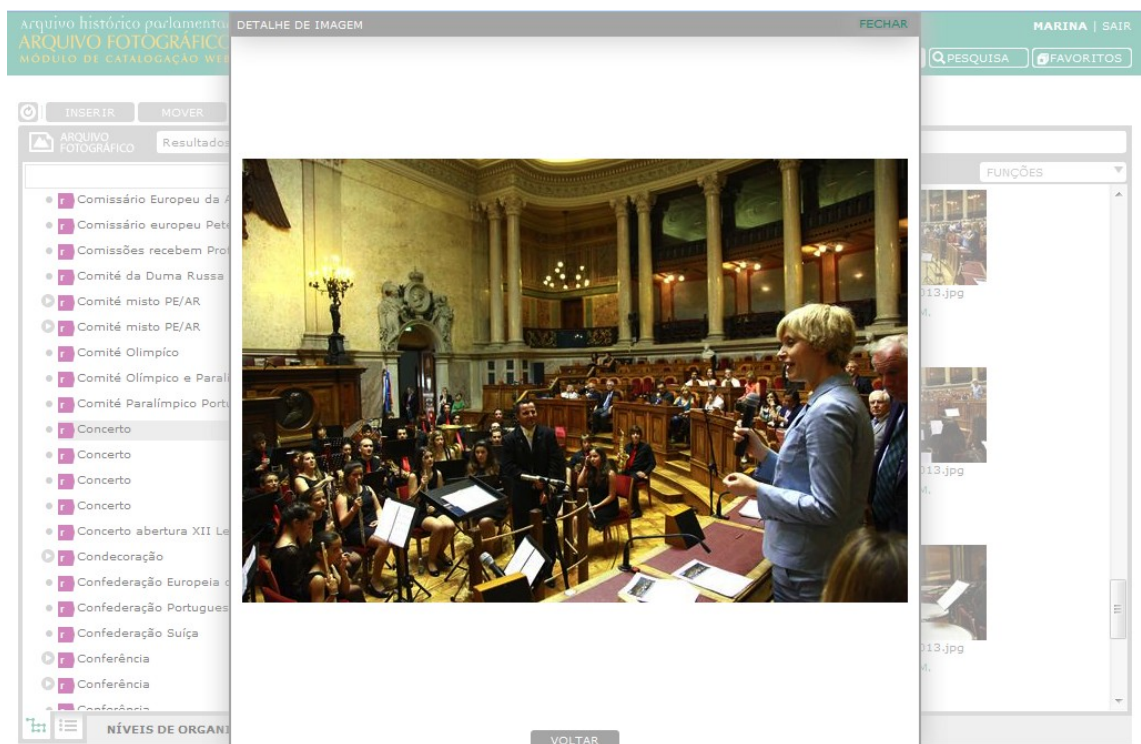


Figura 35: Detalhe da imagem com a cota GAR 06390/2013

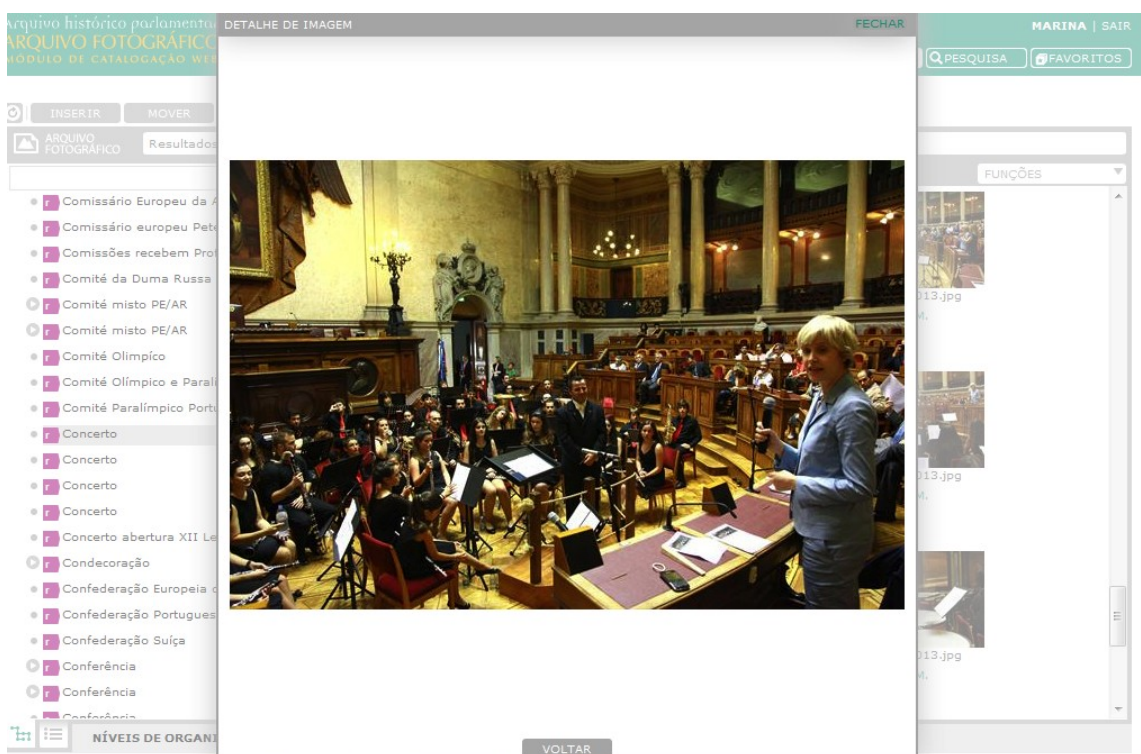


Figura 36: Detalhe da imagem com a cota GAR 06391/2013

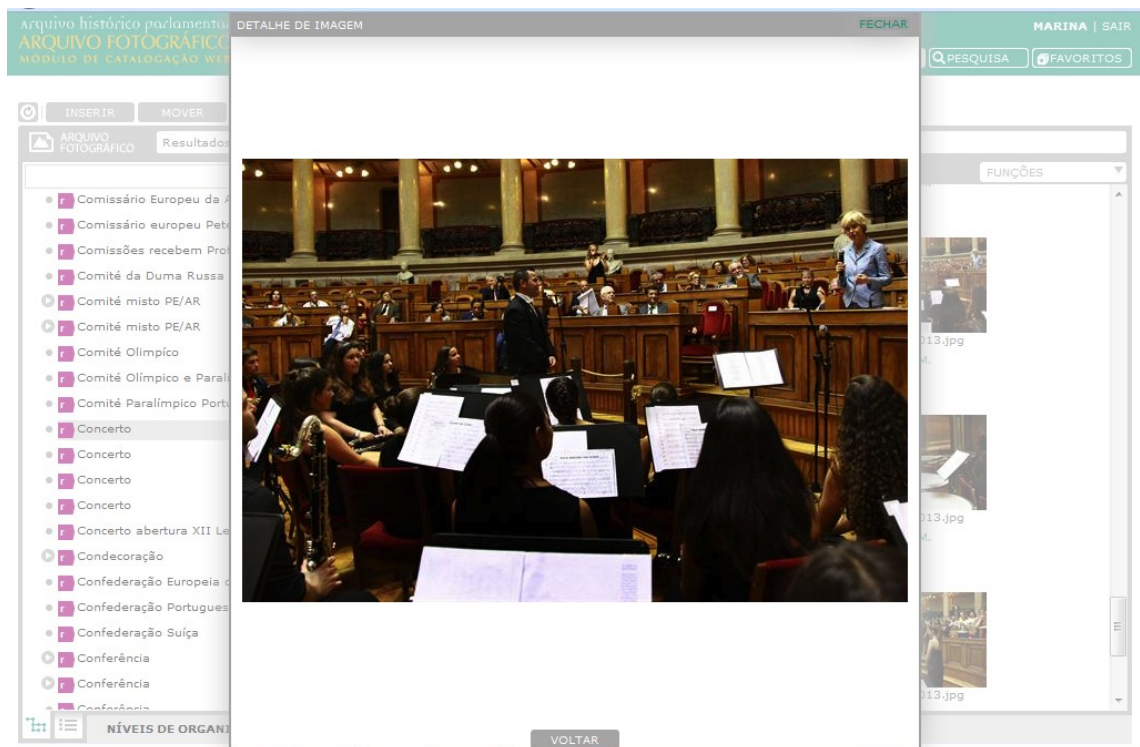


Figura 37: Detalhe da imagem com a cota GAR 06392/2013

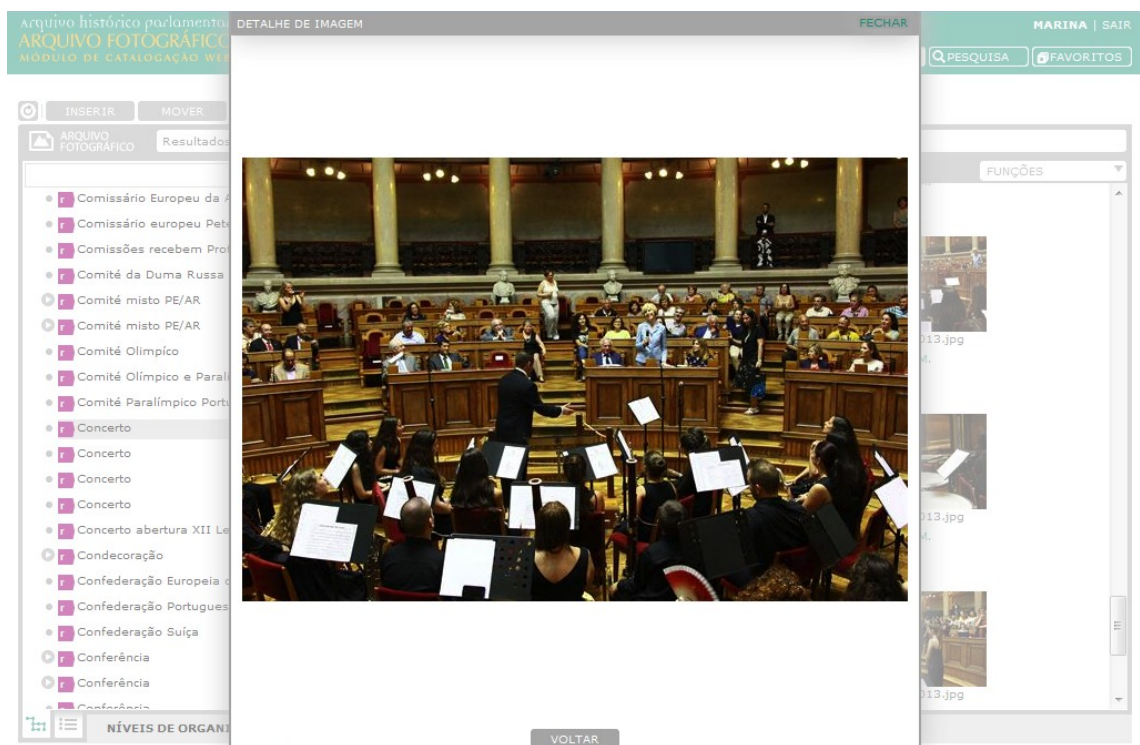


Figura 38: Detalhe da imagem com a cota GAR 06393/2013

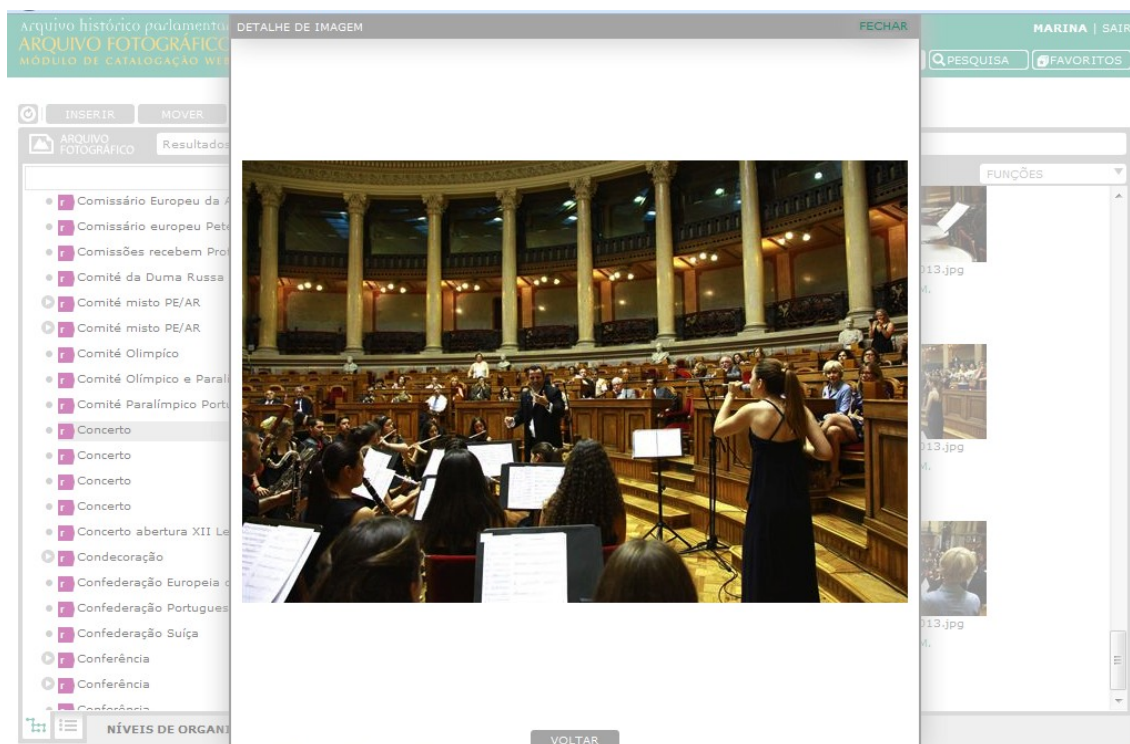


Figura 39: Detalhe da imagem com a cota GAR 06397/2013

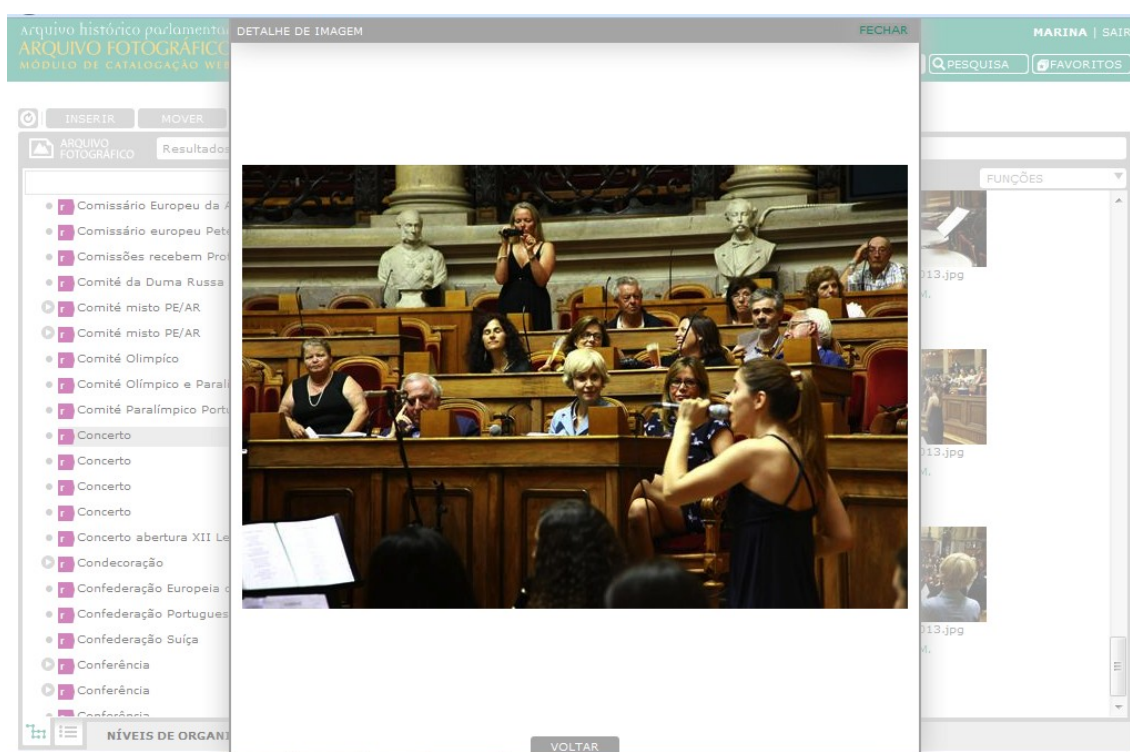


Figura 40: Detalhe da imagem com a cota GAR 06398/2013

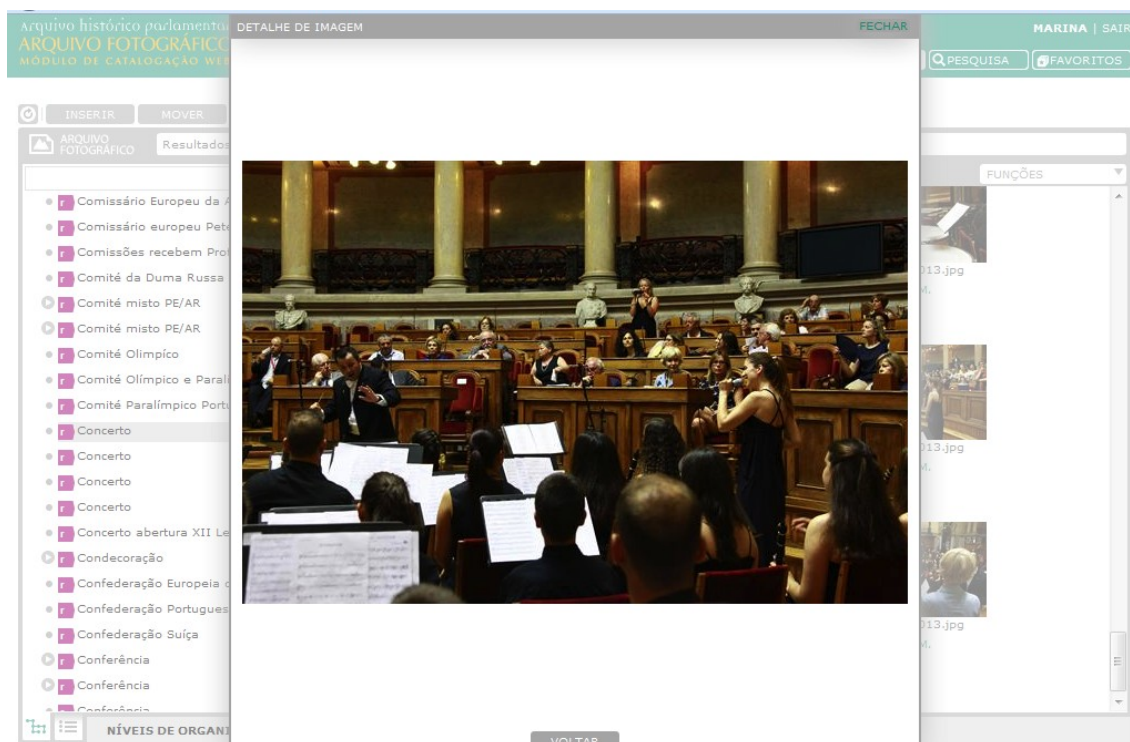


Figura 41: Detalhe da imagem com a cota GAR 06399/2013

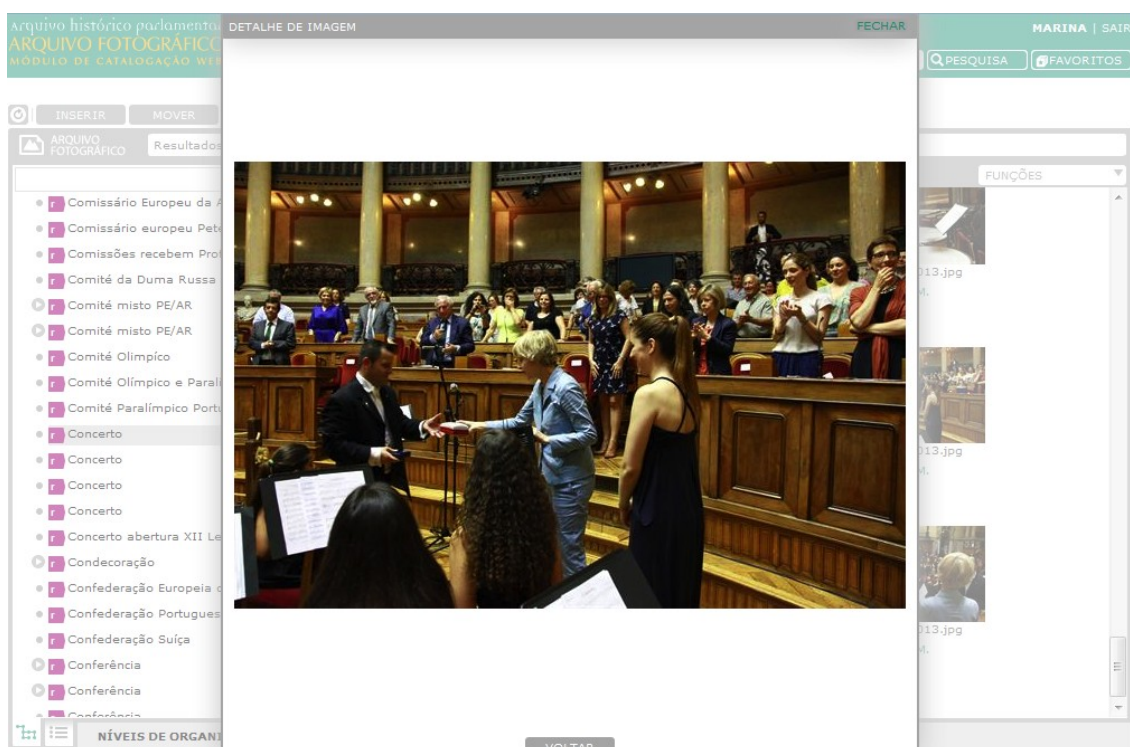


Figura 42: Detalhe da imagem com a cota GAR 06400/2013

ANEXO XII

ANÁLISE DAS IMAGENS DA REPORTAGEM RELATIVA À REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE CRISE ECONÓMICA, POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

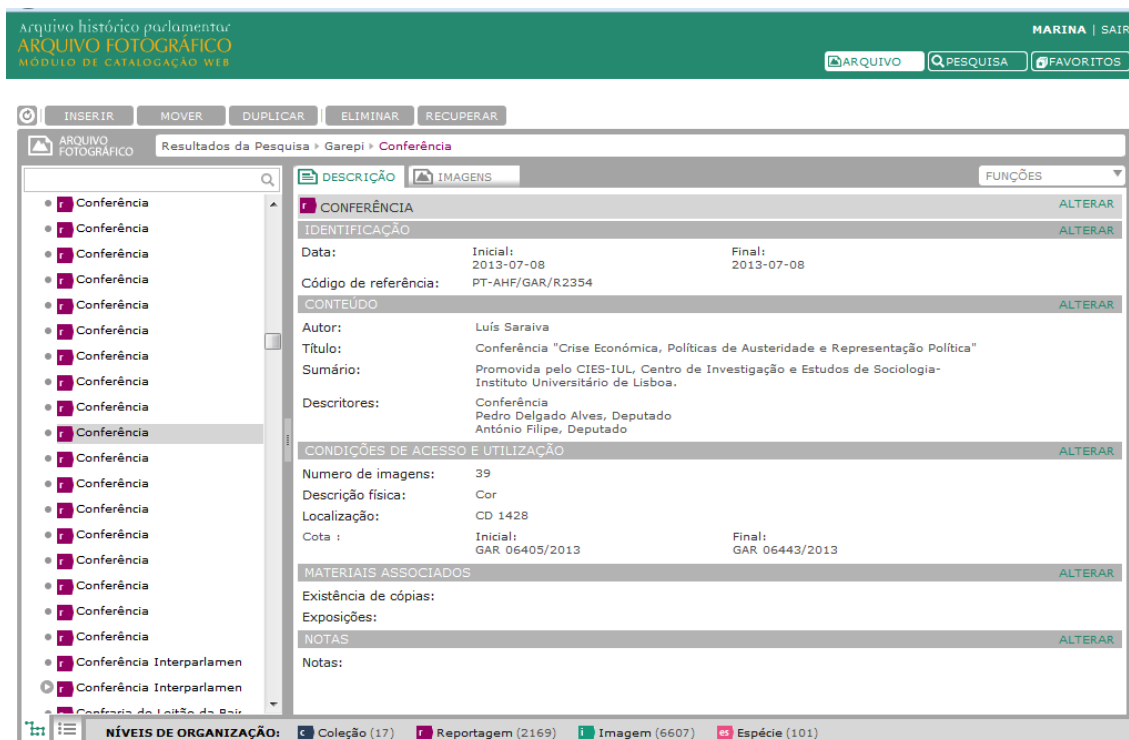


Figura 43: Descrição da reportagem na Base de dados

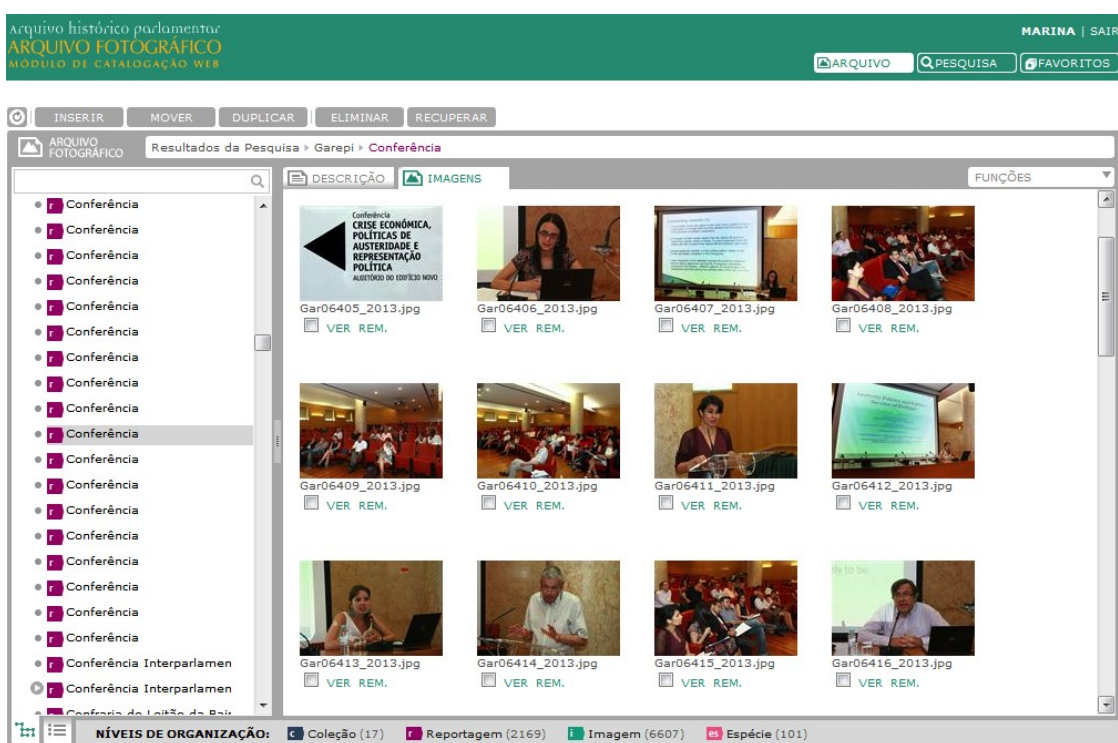


Figura 44: Conjunto das imagens que compõem a reportagem GAR 06405/2013 a GAR 06416/2013

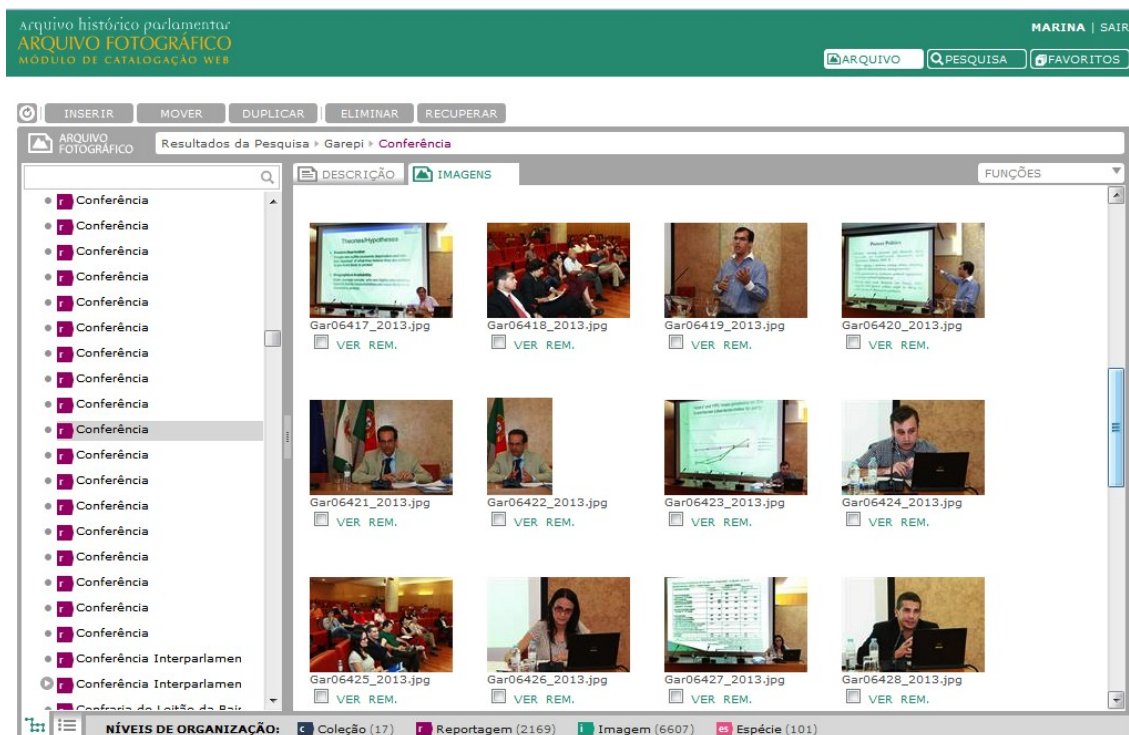


Figura 45: Conjunto das imagens que compõem a reportagem GAR 06417/2013 a GAR 06428/2013

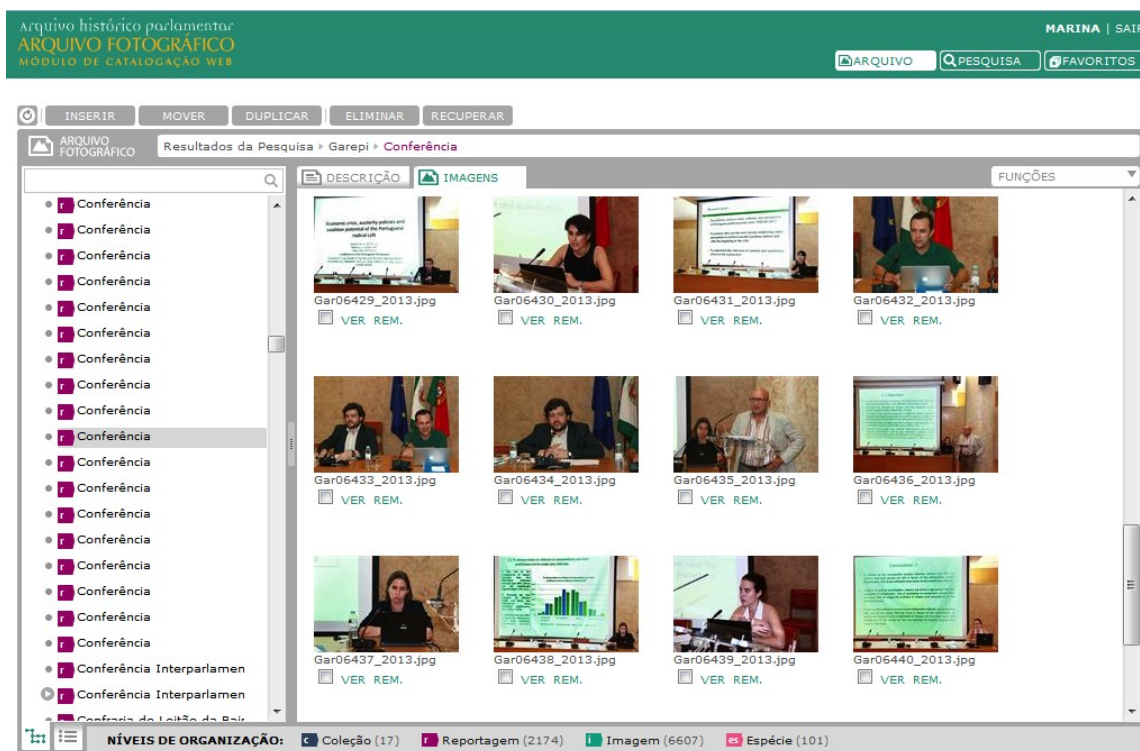


Figura 46: Conjunto das imagens que compõem a reportagem GAR 06429/2013 a GAR 06440/2013



Figura 47: Conjunto das imagens que compõem a reportagem GAR 06441/2013 a GAR 06443/2013

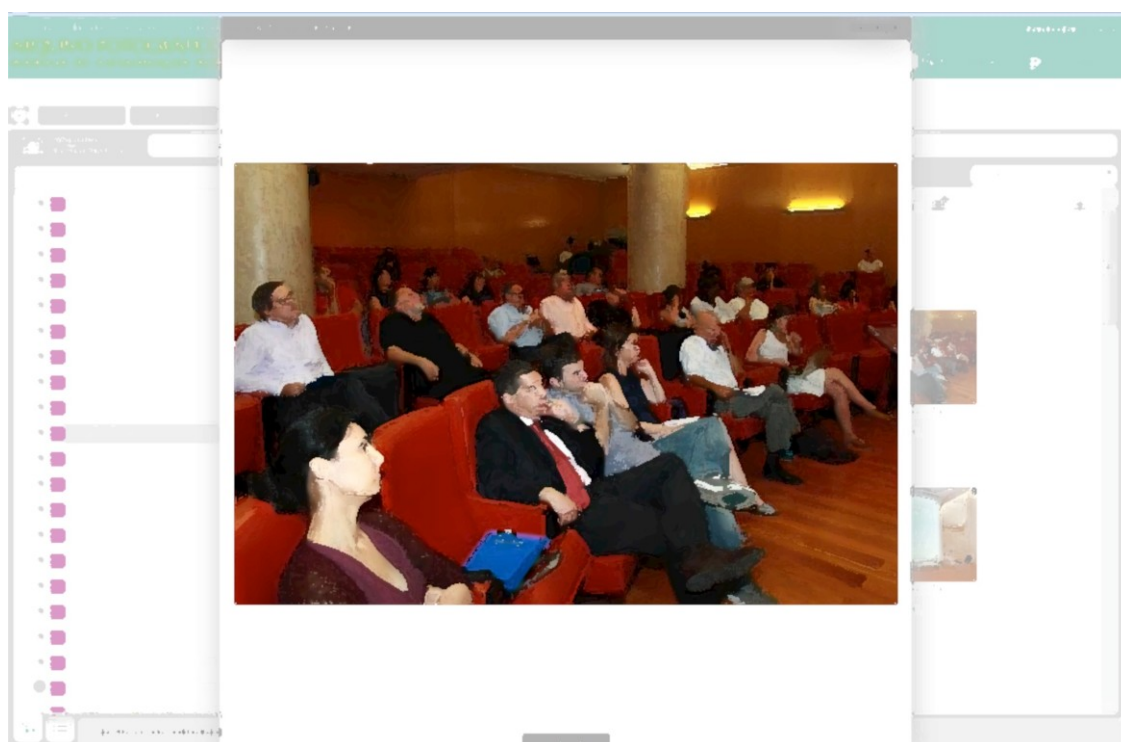


Figura 48: Detalhe da imagem com a cota GAR 06408/2013

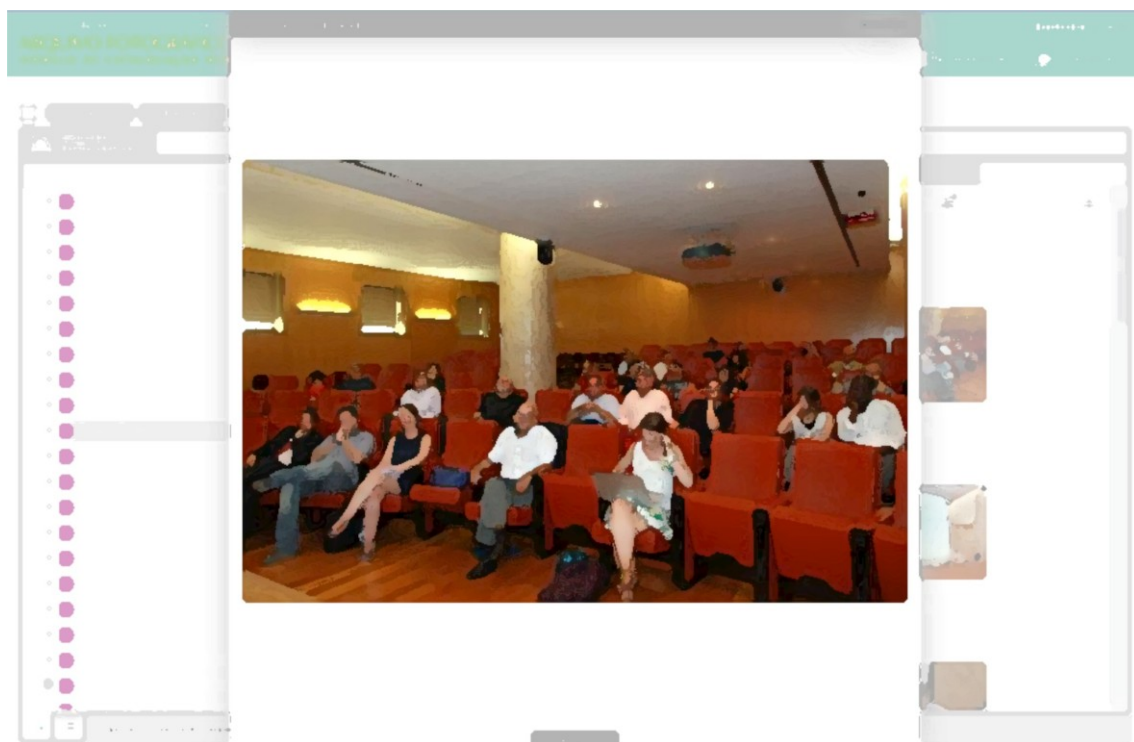


Figura 49: Detalhe da imagem com a cota GAR 06409/2013

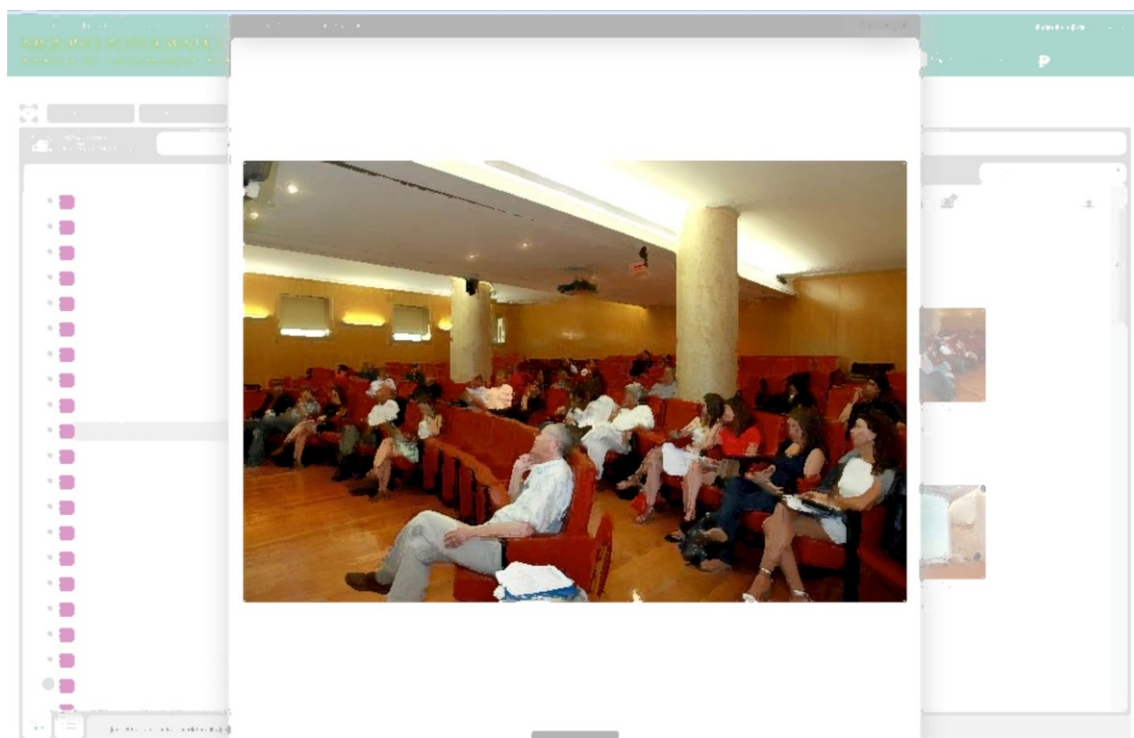


Figura 50: Detalhe da imagem com a cota GAR 06410/2013

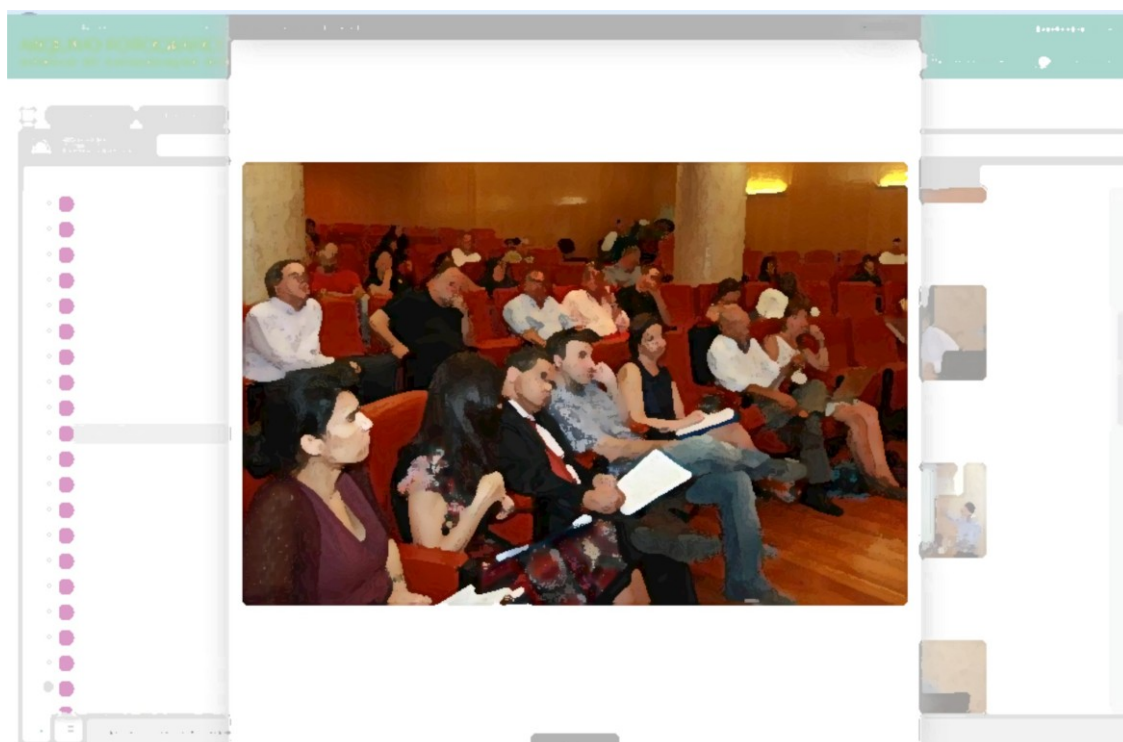


Figura 51: Detalhe da imagem com a cota GAR 06415/2013

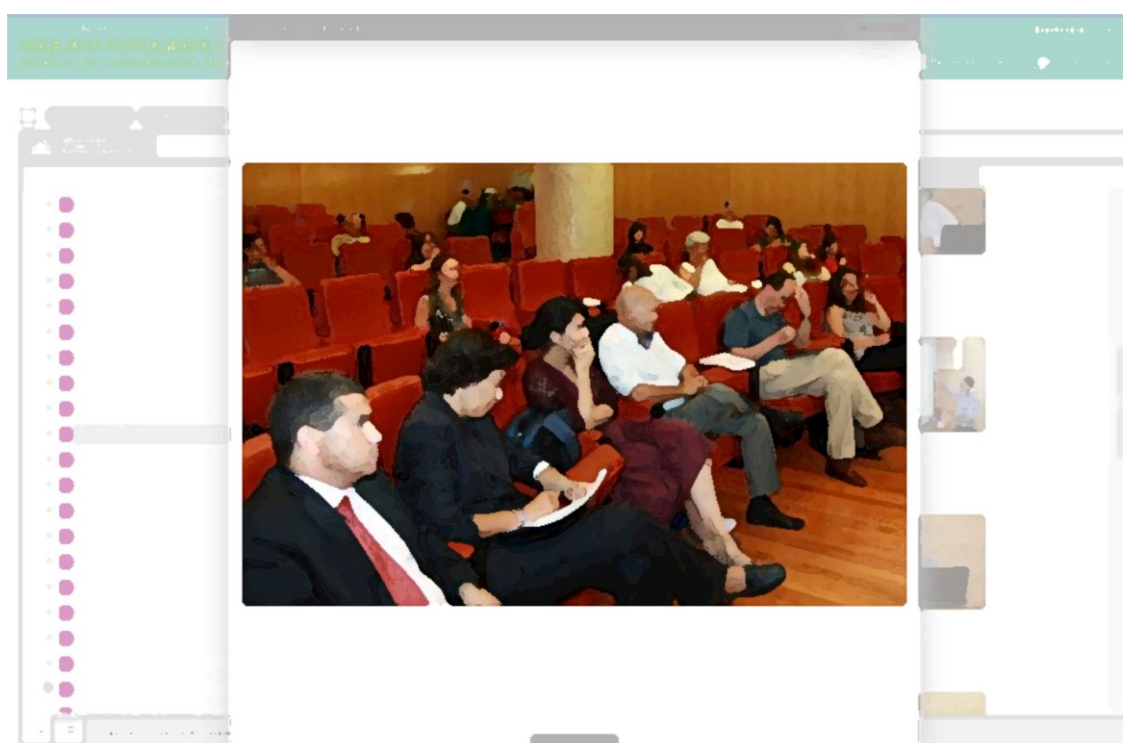


Figura 52: Detalhe da imagem com a cota GAR 06418/2013

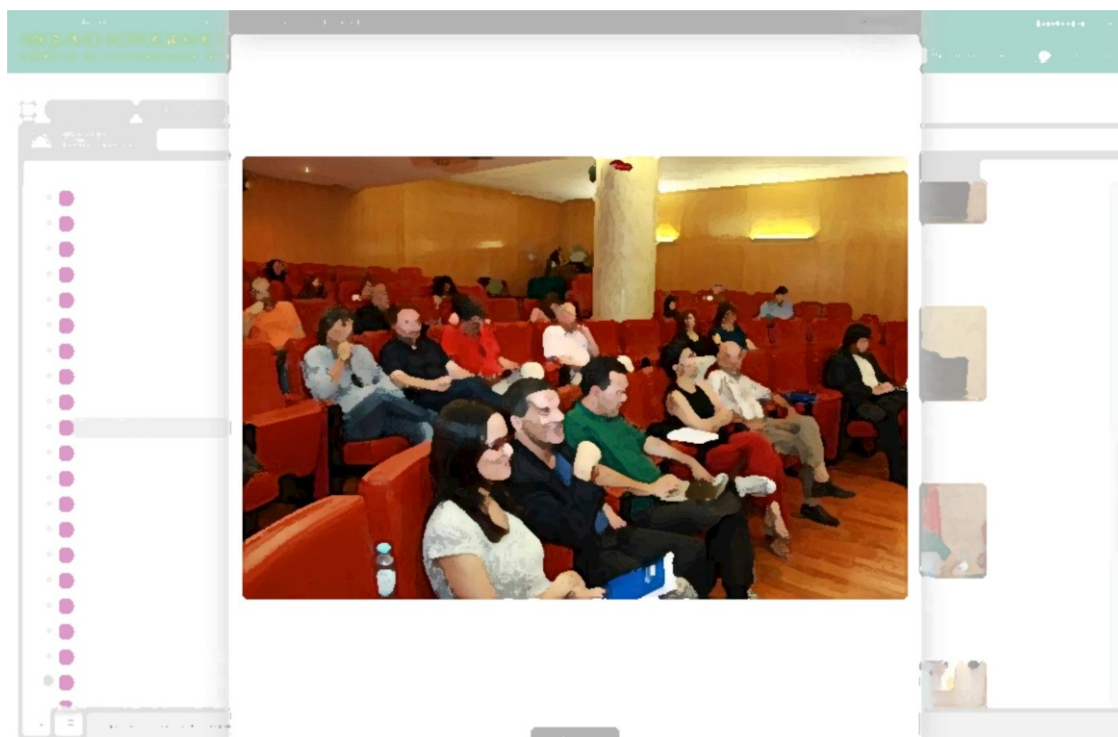
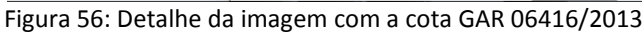
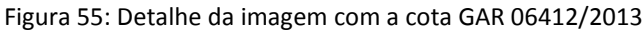


Figura 53: Detalhe da imagem com a cota GAR 06425/2013



Figura 54: Detalhe da imagem com a cota GAR 06407/2013



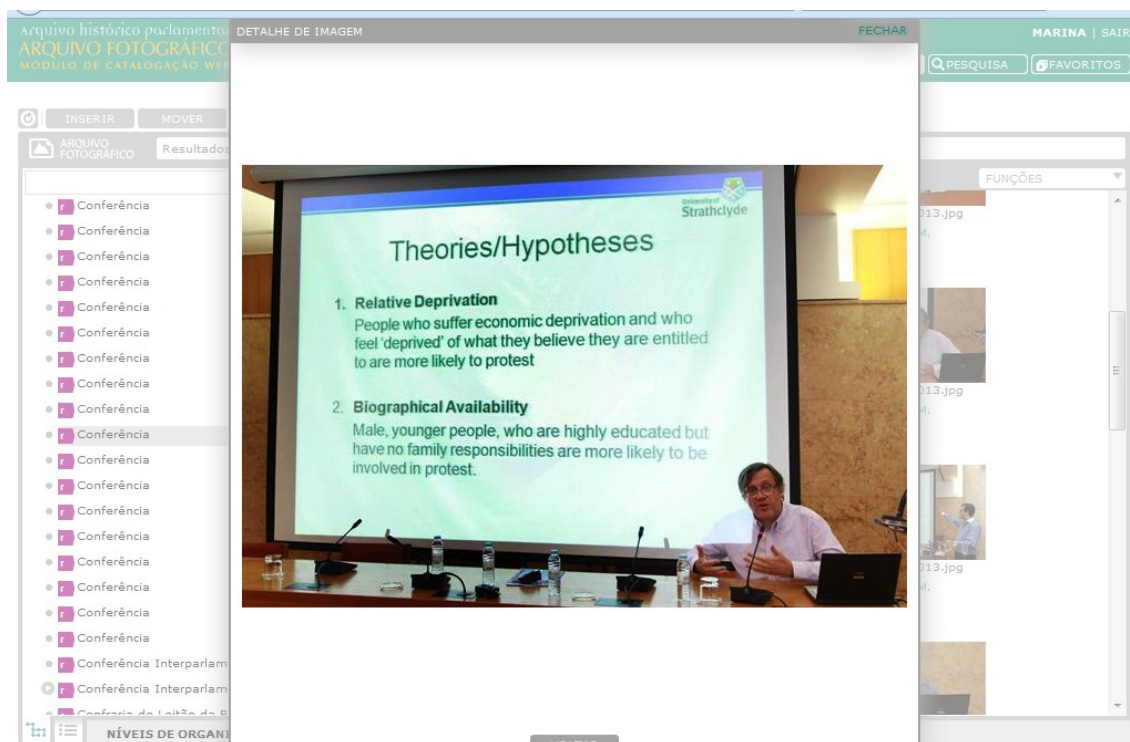


Figura 57: Detalhe da imagem com a cota GAR 06417/2013



Figura 58: Detalhe da imagem com a cota GAR 06441/2013

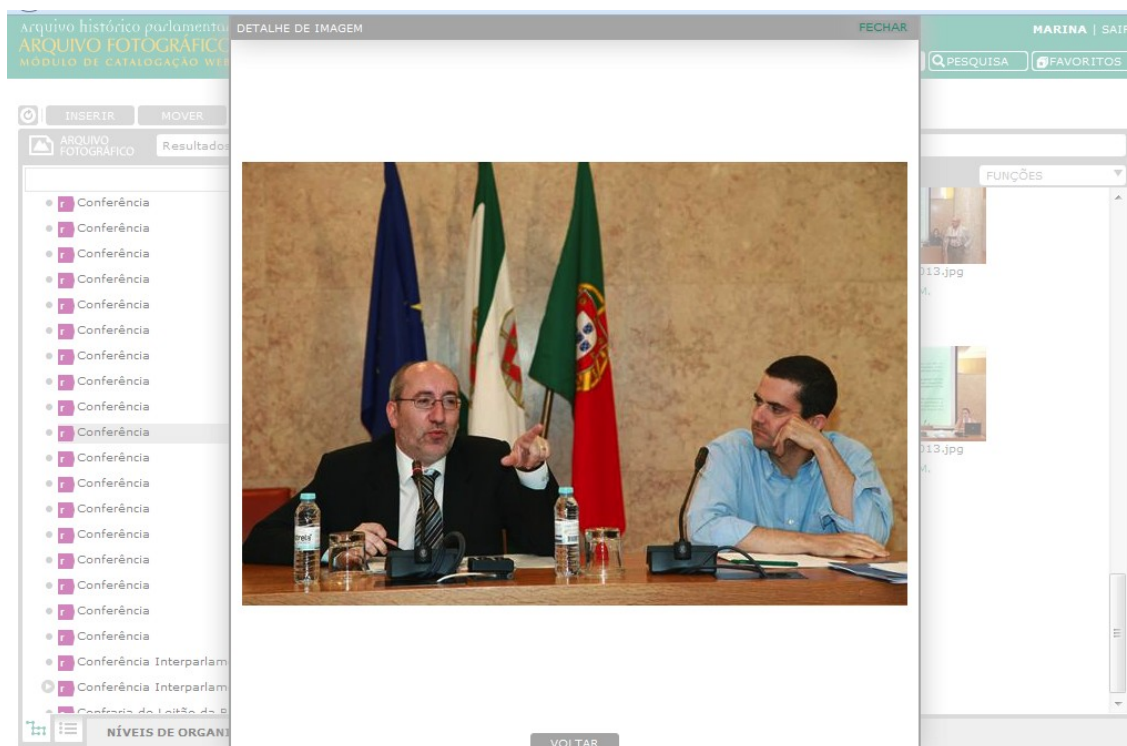


Figura 59: Detalhe da imagem com a cota GAR 06443/2013

ANEXO XIII

ANÁLISE DAS IMAGENS DA REPORTAGEM SOBRE O ALMOÇO DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS COM O EMBAIXADOR DA CHINA

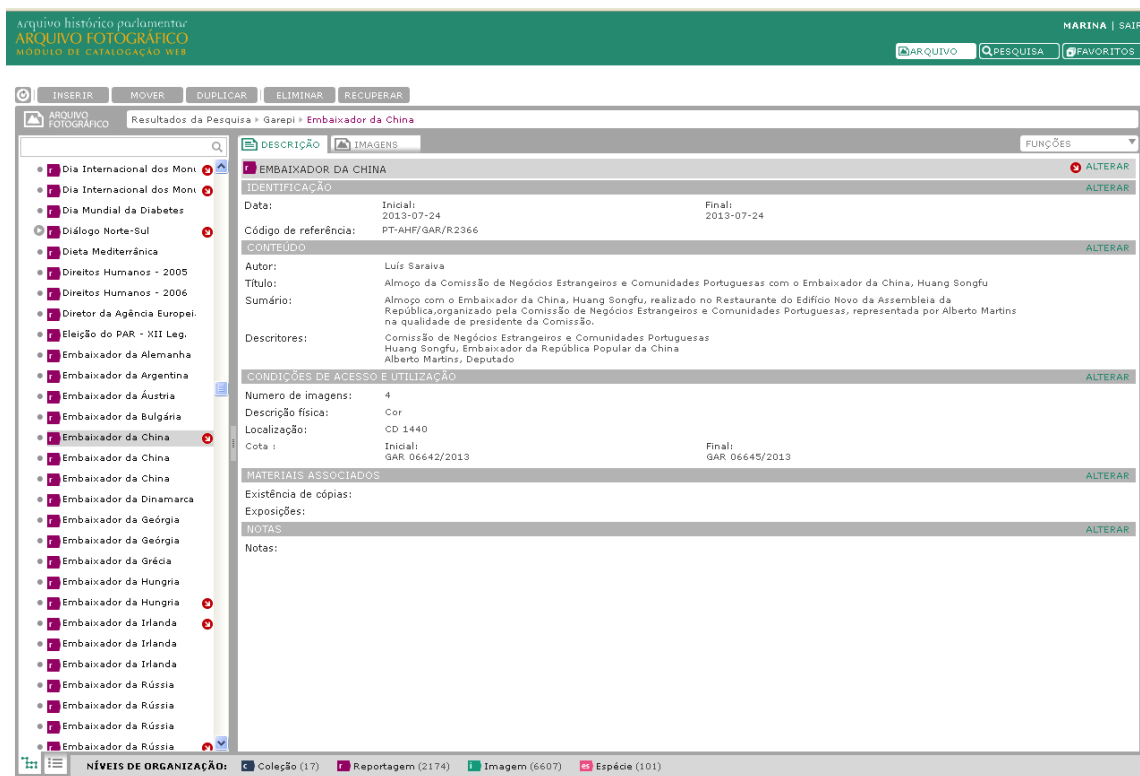


Figura 60: Descrição da reportagem na base de dados

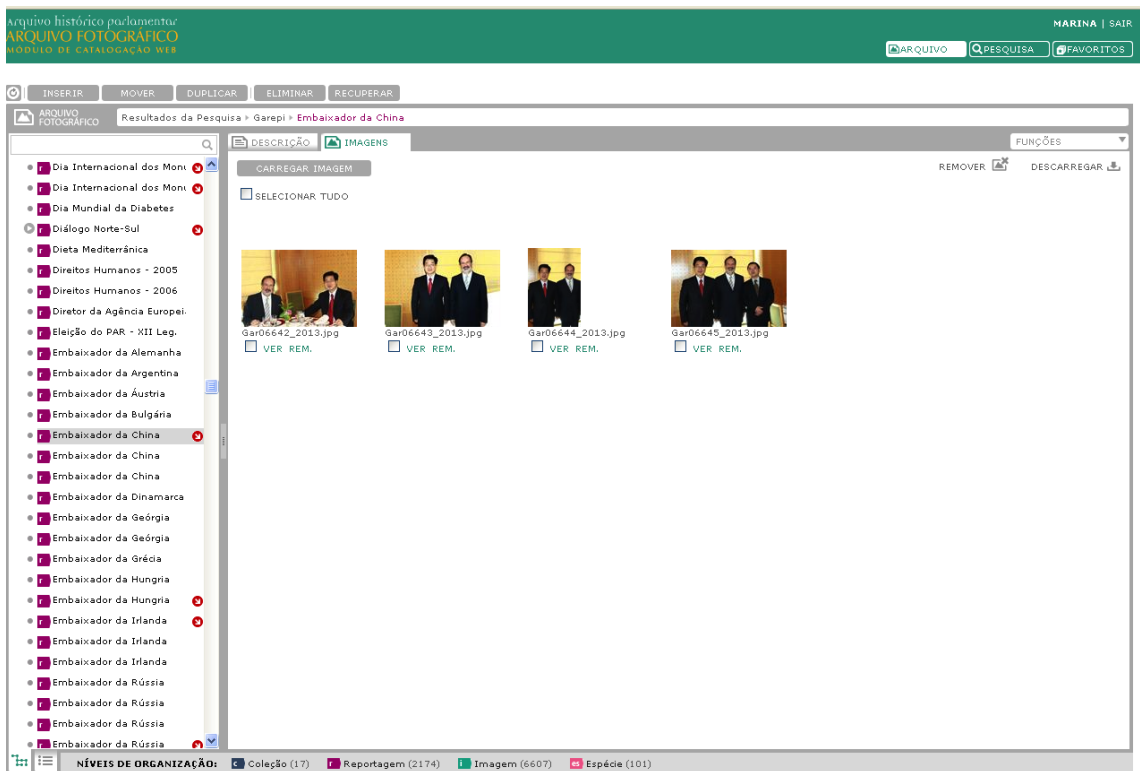


Figura 61: Conjunto das imagens que compõem a reportagem

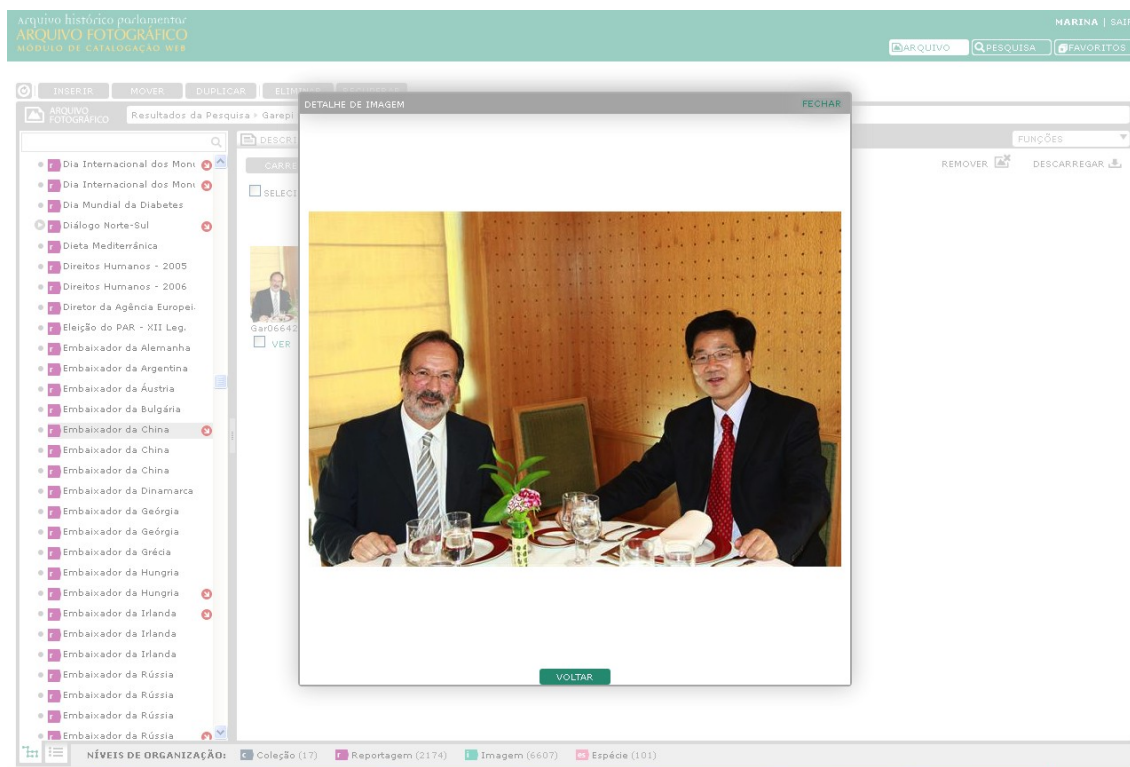


Figura 62: Detalhe de uma imagem GAR 06642/2013

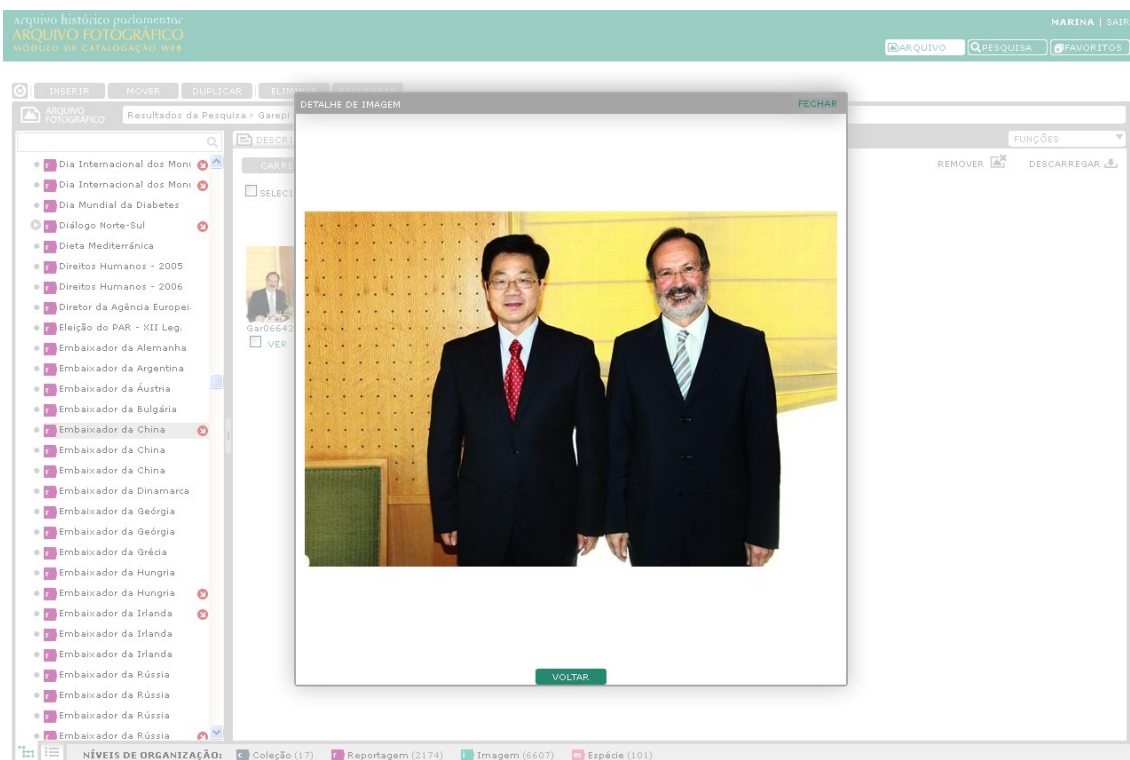


Figura 63: Detalhe de uma imagem GAR 06643/2013

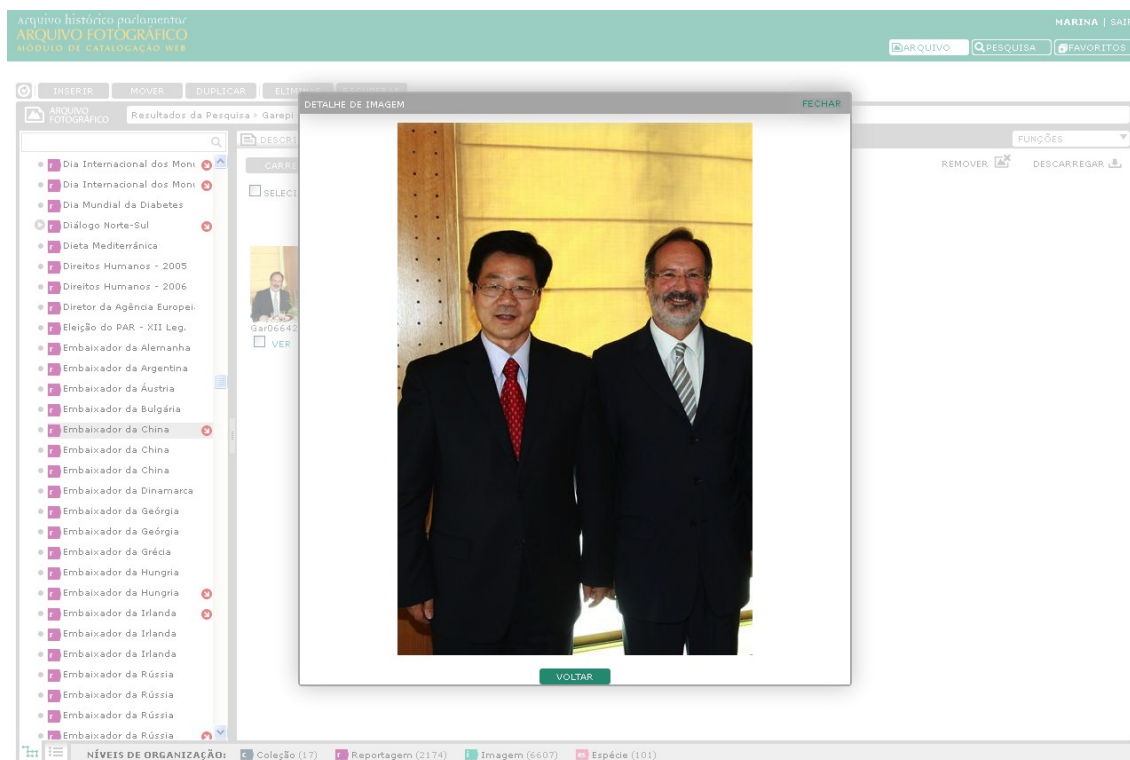


Figura 64: Detalhe de uma imagem GAR 06644/2013



Figura 65: Detalhe de uma imagem GAR 06645/2013

ANEXO XIV

ANÁLISE DAS IMAGENS DA REPORTAGEM RELATIVA AO ENCONTRO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COM O EMBAIXADOR DA IRLANDA EM PORTUGAL

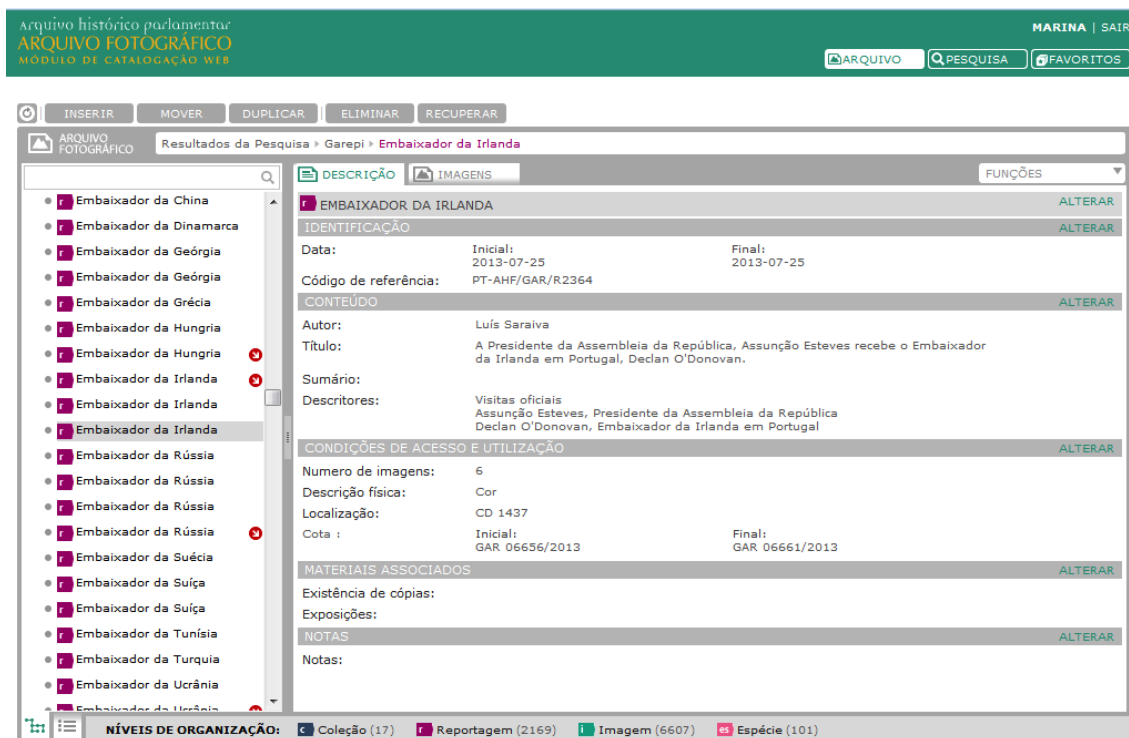


Figura 66: Descrição da reportagem na base de dados

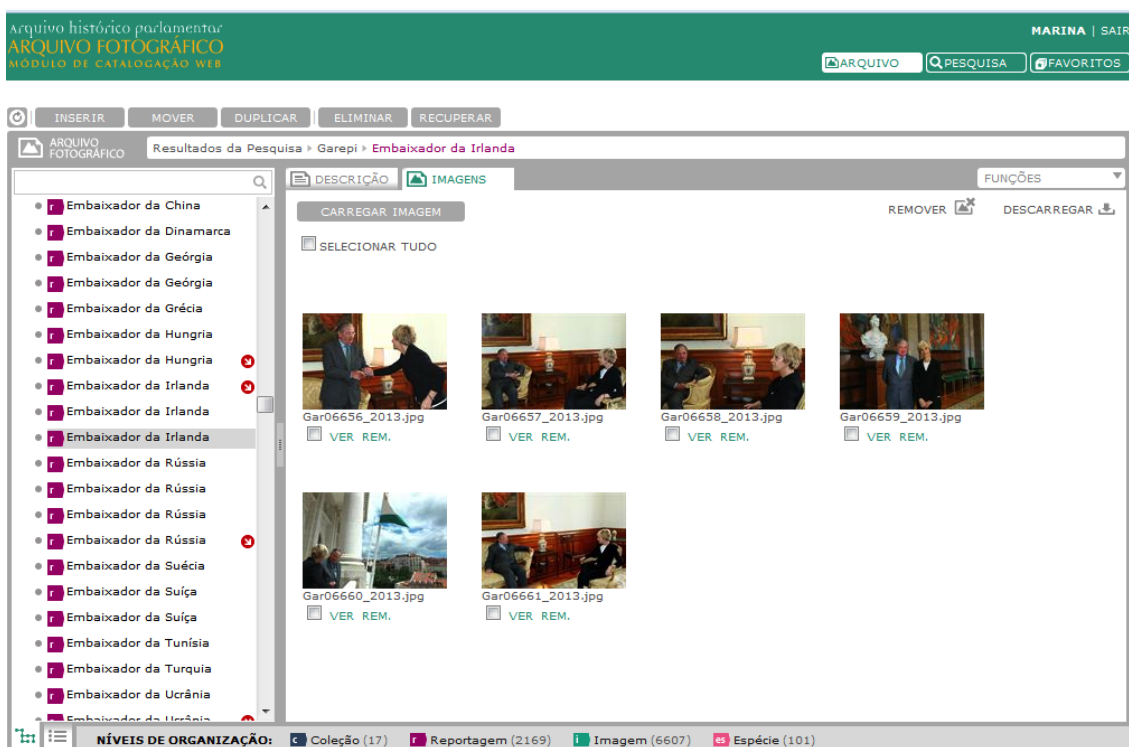


Figura 67: Conjunto das imagens que compõem a reportagem. GAR 06656/2013 a GAR 06661/2013

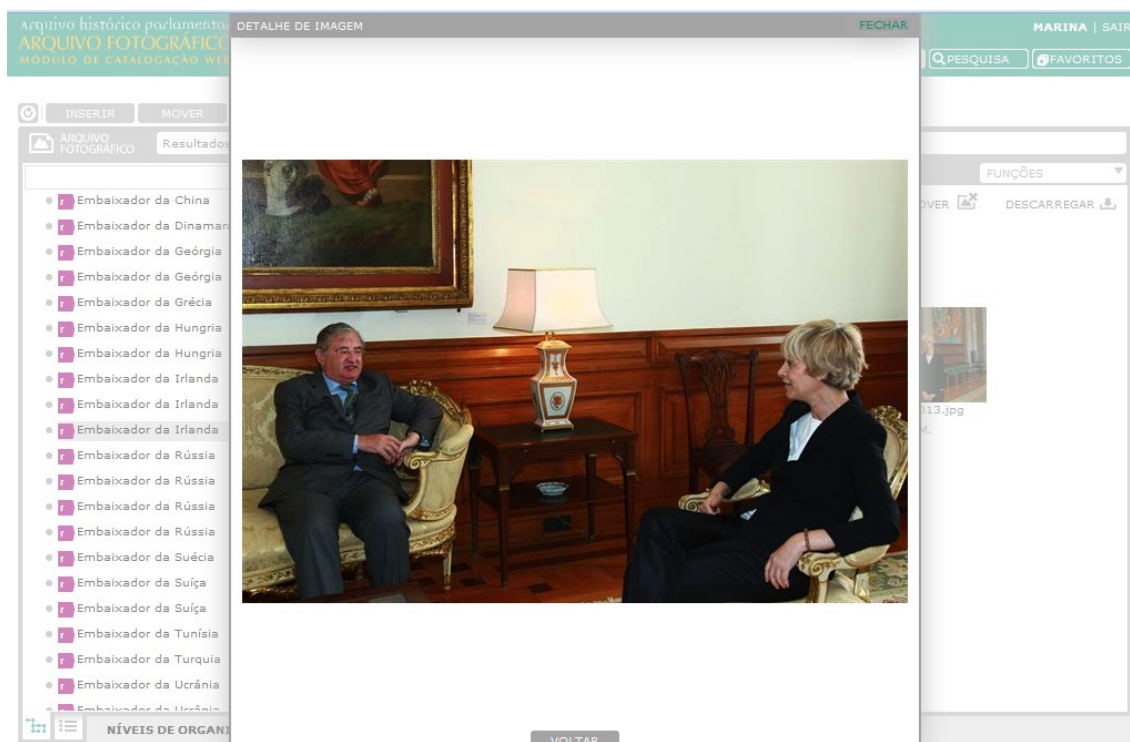


Figura 68: Detalhe de uma imagem GAR 06657/2013

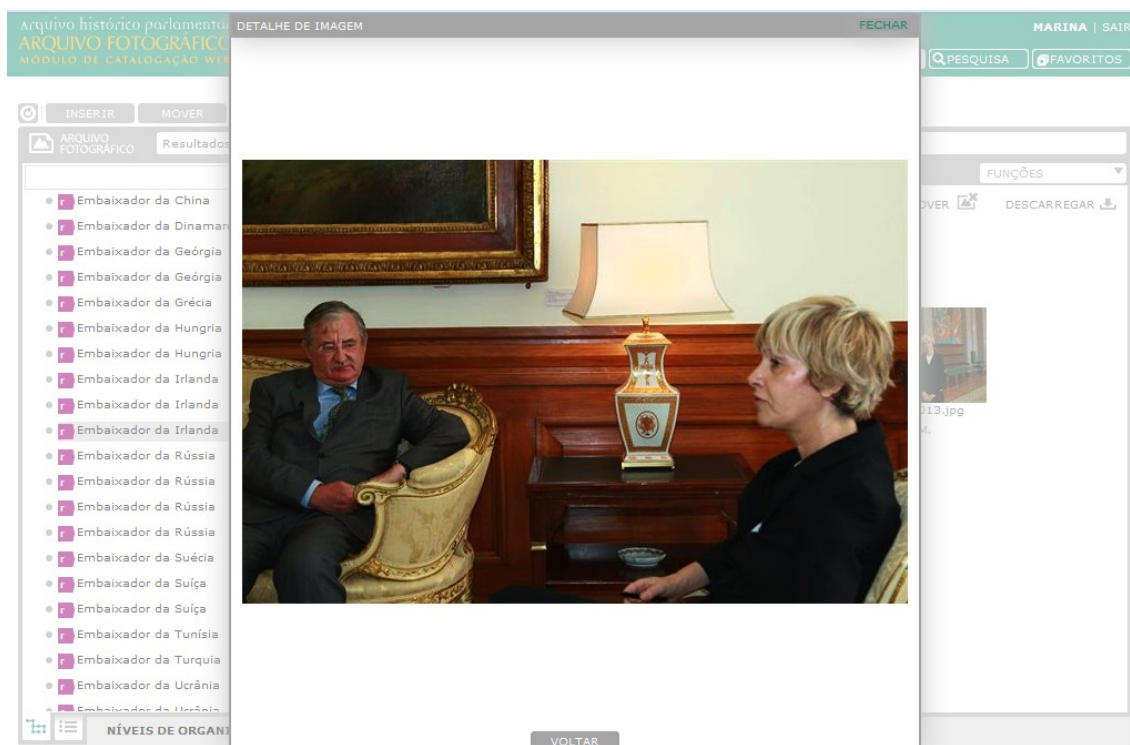


Figura 69: Detalhe de uma imagem GAR 06658/2013

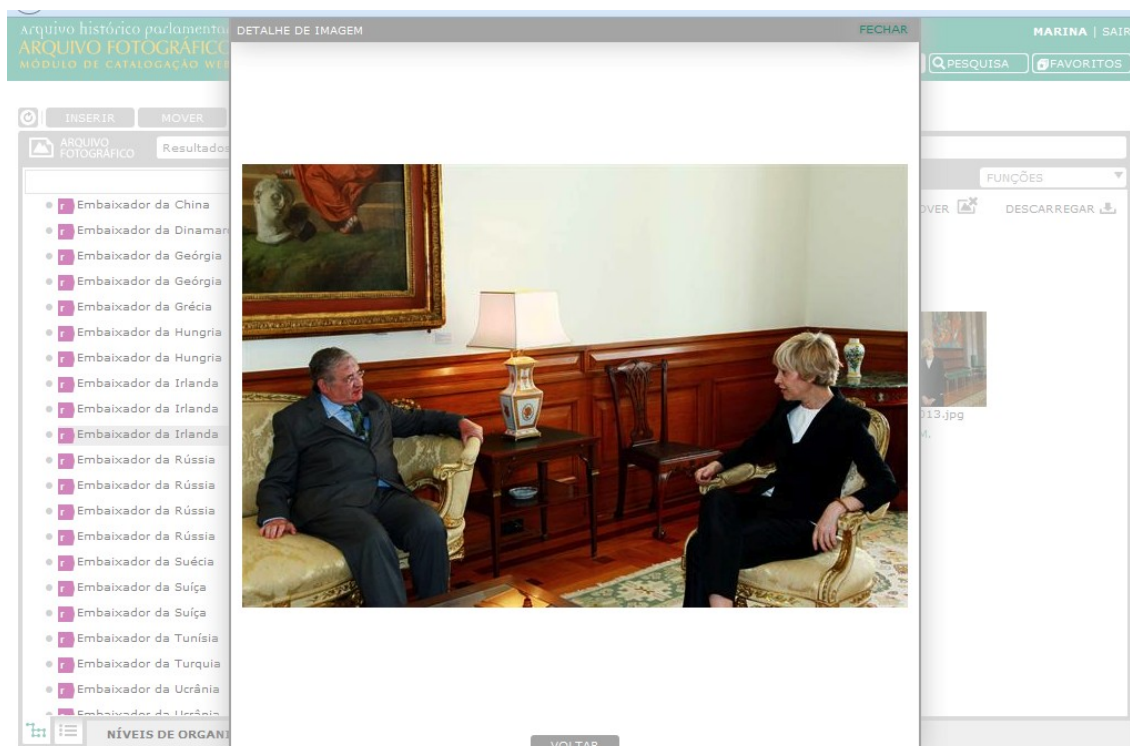


Figura 70: Detalhe de uma imagem GAR 06661/2013